



FARSUL

**RELATÓRIO
ECONÔMICO 2024
E PERSPECTIVAS 2025**

PALAVRA DO PRESIDENTE

Os últimos anos têm sido desafiadores para o RS. Com um setor agropecuário robusto que impulsiona a economia, as perdas de safra devido às variações climáticas afetam a indústria, os serviços e a arrecadação pública. Isso reforça a necessidade de armazenagem de água para irrigação, especialmente em anos com chuvas abundantes, como este.

Este ano, em particular, pareceu ter duas passagens de ano, pois as enchentes foram catastróficas não apenas para a economia, mas também para milhões de pessoas que sofreram perdas humanas irreparáveis e enfrentam um recomeço incerto após grandes perdas materiais. Foram tantas frentes de atuação que, às vezes, nos confundimos com o que aconteceu antes das enchentes ou no ano passado.

No início do ano, a Farsul foi diligente e firme na defesa da sociedade gaúcha contra a tentativa de aumento do ICMS, seja pelo “plano A” ou “plano B” propostos pelo Governo do Estado. Estávamos confiantes de que a arrecadação se recuperaria com a safra que se aproximava, impulsionando indústrias, comércios e serviços, sem a necessidade de aumentar as taxas. Combatemos com respeito e firmeza, enfrentando as frentes política e técnica, e nossas teses se mostraram corretas com o tempo. O governo recuou e a arrecadação foi recomposta, como prevíamos.

Contra o Governo Federal, montamos uma trincheira quando este apresentou uma proposta absurda de importar arroz com recursos públicos, subsidiando o produto importado para ser vendido abaixo do custo de produção interno. Essa medida populista e demagógica, além de cara, destinou R\$ 7,2 bilhões, muito mais do que foi destinado aos produtores gaúchos afetados pelas crises climáticas. Fizemos estudos, tomamos posição, ocupamos a mídia nacional nas frentes



Gedeão Pereira
Presidente do Sistema Farsul

política e técnica, e ajudamos a convencer a população brasileira do tamanho do disparate, que o tempo provou estar errado.

Em seguida, enfrentamos o drama das enchentes, que trouxe perdas significativas para milhares de produtores, já afetados por dois anos consecutivos de estiagens. O somatório das perdas criou um cenário devastador que exigiu muito foco e preocupação da Farsul. Mantivemos nossos sindicatos informados e buscamos soluções, não reconhecimento. Conseguimos ajudar mais de 170 mil produtores a renegociar suas dívidas, propusemos linhas de crédito e lutamos por recursos que não impactassem as finanças públicas. Terminamos o ano com a certeza de que fizemos muito, mas ainda há mais a fazer em 2025.

Por fim, foi um ano que parece não ter começado no momento certo e parece também não ter fim. Que ele seja o símbolo da nossa resiliência, união, sentido de nação e, sobretudo, de recomeço. Que 2025 nos traga de volta a alegria que temos.

SUMÁRIO

1 BALANÇO DA AGROPECUÁRIA EM 2024 E PERSPECTIVAS 2025

8 1.1 Análise dos Fundamentos da Agropecuária no Rio Grande do Sul

9 1.1.1 Grãos

12 1.1.2 Pecuária de Corte

14 1.1.3 Pecuária de Leite

17 1.2 Análise da Rentabilidade da Agropecuária no Rio Grande do Sul

18 1.2.1 Grãos

23 1.2.2 Leite

27 1.3 Análise do Crédito no Rio Grande do Sul

30 1.3.1 Análise de Custeio

32 1.3.2 Análise de Investimento

35 1.4 Análise e Perspectivas da Agropecuária Mundial e Brasileira

36 1.4.1 Arroz

39 1.4.2 Milho

41 1.4.3 Soja

44 1.4.4 Trigo

47 1.4.5 Carne bovina

50 1.5.6 Leite

SUMÁRIO

2 CONJUNTURA 2024-25

54 2.1 ECONOMIA BRASILEIRA

65 2.2 ECONOMIA GAÚCHA

SUMÁRIO | TABELAS

- 9** Tabela 1 – Área colhida, produção e rendimento dos grãos no Rio Grande do Sul, em 2023 e 2024
- 10** Tabela 2 – Produção 2024 e projeções para 2025 da safra de grãos do Rio Grande do Sul, em mil toneladas
- 12** Tabela 3 – Animais abatidos e Valor da Produção de Bovinos de Corte no RS
- 15** Tabela 4 – Leite Adquirido e Valor da Produção de Leite no RS
- 21** Tabela 5 – Orçamentação do Custo Operacional Total (COT), Receita Bruta, Margem Bruta e Preço Médio de Comercialização
- 30** Tabela 6 - Comparativo do Crédito Rural tomado para custeio dos principais grãos do Rio Grande do Sul, entre 2023 e 2024, em R\$ mil.
- 32** Tabela 7 - Comparativo das taxas de juros de Investimento dentro da carteira do Crédito Rural de 2023 para 2024.
- 33** Tabela 8 - Participação dos principais tipos de produtos dentro da carteira de Investimento do Crédito Rural entre janeiro e outubro de 2023 e 2024.
- 34** Tabela 9 - Comparativo do Crédito Rural tomado para comercialização dos principais grãos do Rio Grande do Sul, entre 2023 e 2024, em R\$ mil.
- 70** Tabela 10 - Dados das renegociações realizadas até dia 21/11/2024

SUMÁRIO | GRÁFICOS

- 15** Gráfico 1 - Série de preços médios no RS recebidos pelo produtor, em R\$ por litro de leite
- 18** Gráfico 2 - Evolução mensal do Índice de Inflação dos Custos de Produção (IICP), em número índice (base 100 = jan/10)
- 19** Gráfico 3 - Evolução mensal do preço dos fertilizantes nos últimos 12 meses, em R\$/tonelada
- 20** Gráfico 4 - Evolução mensal do Índice de Inflação dos Preços Recebidos pelos Produtores (IIPR), em número índice (base 100 = jan/10)
- 23** Gráfico 5 - Índice de insumos para produção de leite cru (ILC) no Rio Grande do Sul, Acumulado em 12 meses
- 24** Gráfico 6 - Comportamento mensal do Índice de insumos para produção de leite cru (ILC) no Rio Grande do Sul, em 2024
- 25** Gráfico 07 - Preço médio mensal do Leite ao produtor no Rio Grande do Sul, em R\$ por litros
- 26** Gráfico 8 - Comparação do ILC com o índice de preço médio ao produtor e o índice de preços no varejo (UHT), janeiro/2016=100
- 28** Gráfico 9 - Comparativo do Crédito Rural tomado pelos produtores do RS entre janeiro e outubro de 2023 e 2024, em R\$ milhões.
- 29** Gráfico 10 - Participação do Custeio, Investimento e Comercialização dentro da Carteira de Crédito Rural tomado no RS em 2023 e 2024, em percentual.
- 31** Gráfico 11 - Participação dos principais grãos no Custeio da carteira de Crédito Rural do Estado em 2024 (jan-out), em percentual.
- 36** Gráfico 12 - Comparação entre produção e consumo globais de arroz
- 37** Gráfico 13 - Estoques finais e a relação estoque/demanda de arroz no mundo
- 38** Gráfico 14 - Preço do arroz no Estado do Rio Grande do Sul
- 39** Gráfico 15 - Comparação entre produção e consumo globais de milho
- 40** Gráfico 16 - Preço do milho em Passo Fundo
- 41** Gráfico 17 - Comparação entre produção e consumo globais de soja
- 42** Gráfico 18 - Estoques finais e a relação estoque/demanda de soja no mundo
- 43** Gráfico 19 - Preço mensal da Soja em Passo Fundo/RS
- 44** Gráfico 20 - Comparação entre produção e consumo globais de trigo
- 45** Gráfico 21 - Estoques finais e a relação estoque/demanda de trigo no mundo
- 46** Gráfico 22 - Preço mensal do trigo em Passo Fundo/RS
- 48** Gráfico 23 - Ciclo da pecuária: percentual de abates de fêmeas no Brasil
- 49** Gráfico 24 - Preço do boi gordo no Rio Grande do Sul, em R\$/kg carcaça
- 51** Gráfico 25 - Quantidade de leite cru adquirido, em bilhões de litros
- 52** Gráfico 26 - Preço do leite no Rio Grande do Sul, R\$/litro
- 54** Gráfico 27 - Evolução Real das Despesas do Governo Central (acumulado em 12 meses)
- 55** Gráfico 28 - Resultado nominal - fluxo acumulado em 12 meses (R\$ milhões)
- 57** Gráfico 29 - Dívida Bruta/PIB (%)

SUMÁRIO | GRÁFICOS

- 57** Gráfico 30 - Dívida Líquida/PIB (%)
- 58** Gráfico 31 - PIB e PIB potencial (índice base fixa)
- 58** Gráfico 32 - Hiato do produto
- 59** Gráfico 33 - IPCA (% acumulado em 12 meses)
- 60** Gráfico 34 - Evolução da mediana das expectativas para inflação no final do ano (% a.a.)
- 61** Gráfico 35 - Evolução das emissões de NTN-B (5 anos) - IPCA+
- 62** Gráfico 36 - Meta para a Taxa Selic (% a.a.)
- 63** Gráfico 37 - Evolução das projeções do Boletim Focus do Banco Central para os PIB trimestrais de 2024 (%)
- 64** Gráfico 38 - PIB Brasil acumulado em 4 Trimestres, com projeção da Farsul para 2024 e 2025
- 64** Gráfico 39 - Evolução da Taxa de Desemprego no Brasil (%) e comparação com a média dos anos de 2014 e 2024
- 66** Gráfico 40 - Índices de Arrecadação ICMS (Base 100 = média 2007)
- 66** Gráfico 41 - Dispersão entre arrecadação agro e total
- 67** Gráfico 42 - Arrecadação de ICMS do Governo do Estado do RS, período entre janeiro e outubro (R\$ Bilhões constantes)



1.1

**ANÁLISE DOS
FUNDAMENTOS DA
AGROPECUÁRIA DO RS**

ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA AGROPECUÁRIA DO RS

1.1.1 Grãos

Por Danielle Montiel Guimarães

O ano de 2024 foi marcado por um desastre climático sem precedentes no Rio Grande do Sul, deixando cicatrizes profundas na população e na economia do estado. Produtores enfrentaram perdas devastadoras: rebanhos dizimados, estoques destruídos, grãos perdidos nos campos, e investimentos em maquinário e infraestrutura comprometidos. Além disso, milhares de pessoas ficaram desalojadas devido aos danos severos à infraestrutura. De uma área plantada de 8,5 milhões de hectares com grãos de verão, colhemos 8,2 milhões de hectares, registrando perda de 267 mil hectares.

Apesar das adversidades, a maior parte da nossa safra de verão já havia sido colhida, o que per-

mitiu que a safra 2024 superasse a de 2023. No entanto, esse crescimento deve ser interpretado com cautela, pois reflete uma base fraca de comparação. Mesmo com melhorias, as médias de produtividade ficaram abaixo do potencial em anos de normalidade.

Segundo o IBGE, a safra de 2024 alcançou 35,3 milhões de toneladas de grãos, representando um aumento expressivo de 30% em relação a 2023. Contudo, o volume ainda ficou aquém do recorde de 37 milhões de toneladas registrado em 2021. A análise evidencia que o incremento na produção foi impulsionado por ganhos no rendimento, já que as áreas plantada e colhida foram menores.

TABELA 1 – ÁREA COLHIDA, PRODUÇÃO E RENDIMENTO DOS GRÃOS NO RIO GRANDE DO SUL, EM 2023 E 2024

	ÁREA COLHIDA (MIL HECTARES)			PRODUÇÃO (MIL TONELADAS)			RENDIMENTO MÉDIO (KG/HA)		
	2023	2024	var.%	2023	2024	var.%	2023	2024	var.%
AMENDOIM	1	1	-7,2%	2	2	0,3%	1.626	1.758	8,1%
ARROZ	829	863	4,1%	7.109	7.129	0,3%	8.575	8.260	-3,7%
AVEIA	361	371	2,8%	584	919	57,4%	1.619	2.479	53,1%
CENTEIO	2	1	-31,4%	2	2	-3,2%	1.036	1.462	41,1%
CEVADA	40	35	-12,2%	79	119	50%	1.961	3.348	70,7%
FEIJÃO	48	49	2,5%	69	63	-7,8%	1.444	1.299	-10%
GIRASSOL	3	2	-44,9%	5	3	-45,3%	1.591	1.579	-0,8%
MILHO	816	799	-2,1%	3.960	4.510	13,9%	4.854	5.646	16,3%
SOJA	6.639	6.499	-2,1%	12.693	18.257	43,8%	1.912	2.809	46,9%
SORGO	1	0	-20,9%	2	1	-22%	3.068	3.025	-1,4%
TRIGO	1.496	1.341	-10,4%	2.620	4.325	65%	1.751	3.225	84,2%
TRITICALE	9	5	-49,7%	18	14	-21,5%	1.858	2.899	56%
TOTAL	10.245	9.966	-2,7%	27.144	35.344	30,2%	-	-	-

Fonte: LSPA/IBGE

PROJEÇÕES PARA 2025

As primeiras estimativas para a safra 2025 sugerem um aumento significativo na produção. O IBGE estima uma produção de 39,7 milhões de toneladas, um crescimento de 12,4% em relação aos 35,3 milhões que levantaram em 2024. Já a Conab estima 38,4 milhões de toneladas, o que representaria um aumento de 3% em relação aos 37 milhões estimados pela entidade para 2024. As discrepâncias decorrem de diferenças metodológicas e variações nas estimativas para o fechamento da safra de 2024.

Há consenso de que a soja será o principal motor do crescimento da safra. IBGE, Conab e Emater indicam que esse aumento de produção de soja deverá ser resultado de uma área planta-

da maior e de ganhos de produtividade. Para a produção de arroz, as estimativas também convergem no sentido de maior área e melhor rendimento, descola um pouco a estimativa da Conab, que aposta numa área um ligeiramente maior (988 mil hectares) em comparação com as demais estimativas (948 mil hectares). Já no milho, as estimativas divergem.

Embora todos concordem na redução da área plantada, discordam em torno dos rendimentos. IBGE e Emater acreditam em rendimentos de 7,5 e 7,1 mil quilogramas por hectare, respectivamente, enquanto a Conab estima 5,9 mil quilogramas por hectare. Em função dessa diferença, IBGE e Emater acreditam na ampliação da produção de milho, enquanto a Conab acredita numa retração, conforme a tabela a seguir.

TABELA 2 – PRODUÇÃO 2024 E PROJEÇÕES PARA 2025 DA SAFRA DE GRÃOS DO RIO GRANDE DO SUL, EM MIL TONELADAS

GRÃOS	IBGE			CONAB			EMATER		
	2024	2025	var.%	2024	2025	var.%	2024	2025	var.%
AMENDOIM	2,2	2,2	-1%	5	5,1	2%	-	-	-
ARROZ	7.128,9	7.887,9	11%	7.159,8	8.255,2	15%	7.198,5	8.040,3	12%
AVEIA	919	852,6	-7%	839,3	839,3	0%	-	-	-
CANOLA	0	-	-	200,9	200,9	0%	-	-	-
CENTEIO	2	2,1	4%	-	-	-	-	-	-
CEVADA	118,7	102,9	-13%	122,4	122,4	0%	-	-	-
FEIJÃO 1ª SAFRA	40,7	51,4	26%	53	48,6	-8%	40,7	51,6	27%
FEIJÃO 2ª SAFRA	22,7	28,9	27%	18,7	27,5	47%	-	-	-
GIRASSOL	2,6	3,3	25%	3,1	6,4	106%	-	-	-
MILHO	4.509,8	5.446,5	21%	4.850,3	4.296	-11%	4.500,4	5.326,1	18%
SOJA	18.257,3	21.614	18%	19.652	20.340,1	4%	18.258,1	21.625,4	19%
SORGO	1,2	1,3	1%	-	-	-	-	-	-
TRIGO	4.325	3.737,7	-14%	4.187	4.187	0%	-	-	-
TRITICALE	13,8	13,3	-3%	21,4	21,4	0%	-	-	-
SOMA	35.344	39.744,2	12%	37.112,9	38.349,9	3%	29.997,7	35.070,5	17%

Fontes: Estimativas Agrícolas LSPA/IBGE; Boletim de Safras Conab (2º levantamento); Estimativa Inicial Safra de Verão Emater/RS

ANÁLISE E EXPECTATIVAS

É plausível esperar uma safra maior em 2025, especialmente considerando que os rendimentos de 2024 ainda ficaram abaixo dos patamares observados em anos normais, apesar de terem superado o cenário crítico de 2023. A soja, que tem a maior área plantada do estado, deve liderar a retomada, já que seus rendimentos em 2024 ficaram abaixo das médias históricas.

O aumento da área de arroz parece provável diante dos elevados preços do grão, o que, aliado a rendimentos médios similares aos de 2024, pode gerar uma produção maior. Por ou-

tro lado, com ampliações estimadas para as áreas de arroz e soja, é razoável projetar uma queda na área de milho, que ocorreria em detrimento da maior área de soja. A expectativa de maior volume de produção de milho, apesar da menor área, também parece coerente quando se estima um cenário de clima normal, visto que o rendimento do grão em 2024 ficou aquém dos anos de normalidade (5,6 mil quilogramas por hectare contra 6,8 mil de 2015 a 2019).

O ano de 2025 se desenha promissor para a agricultura gaúcha, mas será fundamental monitorar as condições climáticas e as dinâmicas de mercado para confirmar essas projeções.

11

ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA AGROPECUÁRIA DO RS

1.1.2 Pecuária de Corte

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

No ano de 2023 houve um aumento dos abates, que refletiu na expansão da oferta interna. Somado a esse cenário, a suspensão das exportações brasileiras de carne bovina para a China impactou a demanda externa e contribuiu na redução dos preços, e conseqüentemente, queda no valor bruto da produção (VBP).

Para 2024 projetamos um cenário de queda dos abates com um volume exportado similar ao de 2023, o que reduziu a oferta no mercado interno e estimulou o movimento de recuperação dos preços durante o ano. Diante desta conjuntura, de retração da oferta sem uma elevação do volume exportado, o preço médio praticado neste ano ainda se encontra no mesmo patamar do ano anterior, porém com um viés de alta até o final do ano. Portanto, estimamos retração do faturamento como

resultado do menor número de animais abatidos.

PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

O número de cabeças abatidas em 2024 deverá cair 5% em relação ao ano passado no RS. Para o Valor Bruto da Produção (VBP), a perspectiva é queda de 6% em 2024, fechando o ano em R\$ 8,1 bilhões. Esse desempenho está associado à queda dos abates somado a um preço médio entre janeiro e outubro praticamente estável - segundo os dados de preço do FUNDESA -, em relação ao mesmo período do ano passado. Quando consideramos o VBP somente no período entre janeiro e outubro deste ano, já alcançamos um valor de faturamento 7% menor do que no mesmo período de 2023, resultado da queda no número de animais abatidos.

TABELA 3 – ANIMAIS ABATIDOS E VALOR DA PRODUÇÃO DE BOVINOS DE CORTE NO RS

MÊS/ANO	ABATES DE BOVINOS		VBP BOVINOS (R\$)	
	2023	2024	2023	2024
JANEIRO	170.182	168.260	801.176.555	654.847.357
FEVEREIRO	147.568	151.999	690.403.373	663.560.656
MARÇO	157.095	146.562	746.470.461	664.847.590
ABRIL	137.582	151.890	655.868.517	627.317.312
MAIO	153.288	131.191	714.940.945	629.763.218
JUNHO	135.925	121.586	605.825.904	476.413.515
JULHO	142.651	128.385	660.650.919	536.284.312
AGOSTO	194.900	149.111	785.093.363	610.900.659
SETEMBRO	184.936	182.492	612.457.668	761.574.674
OUTUBRO	214.329	227.693	821.898.226	942.429.481
NOVEMBRO*	197.302	184.136	740.511.315	779.898.898
DEZEMBRO*	199.887	182.918	840.042.071	814.654.382
TOTAL	2.035.645	1.926.222	8.675.339.319	8.162.492.054

Fonte: FUNDESA. (*) Projeção da Assessoria Econômica/Sistema Farsul

Em 2023, a pecuária de corte deu um salto de 13% nos abates, sendo o segundo maior número de abates na série histórica do FUNDESA. Por outro lado, as exportações apresentaram um desempenho fraco com baixa de 21% no volume e 34% nos valores. Assim, o avanço forte da oferta no RS em comparação ao ano anterior somado à queda nas exportações, aumentou a oferta interna no Estado e impactou negativamente os preços recebidos pelo produtor.

Para 2024, apesar da expectativa da queda do número de cabeças abatidas, devemos registrar a terceiro maior volume da série histórica. Essa queda dos abates refletiu em um cenário

de exportações parecido com o de 2023. Analisando somente o período entre janeiro e outubro, o volume exportado em toneladas neste ano caiu 2,9% e o faturamento retraiu 11%, em comparação com o mesmo período do ano passado. Além disso, o ciclo da pecuária brasileira tem duração média de três anos e, atualmente, apresenta sinais de inversão. Desde o quarto trimestre de 2021 registramos um aumento do percentual de abates de fêmeas, porém tudo sugere que provavelmente estaremos perto do fim deste ciclo, ou seja, o país deve reduzir o abate de fêmeas, o que abre espaço para a elevação dos preços no mercado interno.

É importante ressaltarmos que os dados do último bimestre desse ano são projeções, tanto para produção quanto para o faturamento, com base nos dados disponíveis pelo FUNDESA até outubro de 2024. A tendência é que o número de animais abatidos seja menor neste ano, portanto, o VBP fechará em queda puxado pela redução de oferta. Entretanto, é importante termos cautela com as previsões feitas, os preços apresentaram um comportamento de valorização em 2024, o que pode fazer com que a projeção de faturamento apresente uma melhora até o final do ano.

Então, o pecuarista deve estar sempre atento para os acontecimentos da economia, uma vez que o seu negócio é diretamente afetado pelos seus reflexos. Este deve monitorar e prestar atenção nas exportações do setor, já que há uma forte relação de influência entre volume exportado e preço recebido, sobretudo em períodos de longa estagnação do consumo doméstico.



11

ANÁLISE DOS FUNDAMENTOS DA AGROPECUÁRIA DO RS

1.1.3 Pecuária de Leite

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

A produção de leite em 2023 foi a mais baixa dos últimos 13 anos, influenciada principalmente por dois fatores, a estiagem e o recorde das importações vindas do Mercosul. Essa conjuntura afetou a receita auferida pelos produtores tanto pelo lado do preço como pela produção, o que desestimulou investimentos em aumento de escala produtiva.

Com a recuperação da safra de verão 2024 observamos uma melhora na oferta de alimentação, num contexto de preços de milho e soja em queda na primeira metade do ano, porém os efeitos das enchentes somado aos passivos acumulados depois de dois anos de estiagens, a crise de preços do ano passado e perda de margens desestimulou o aumento de produção de leite neste ano.

Este panorama observado de contração na oferta desencadeou uma forte retomada dos preços ao produtor, resultando em uma projeção de leve alta no Valor Bruto da Produção (VBP) do leite no Rio Grande do Sul em relação ao ano anterior.

PRODUÇÃO E VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO

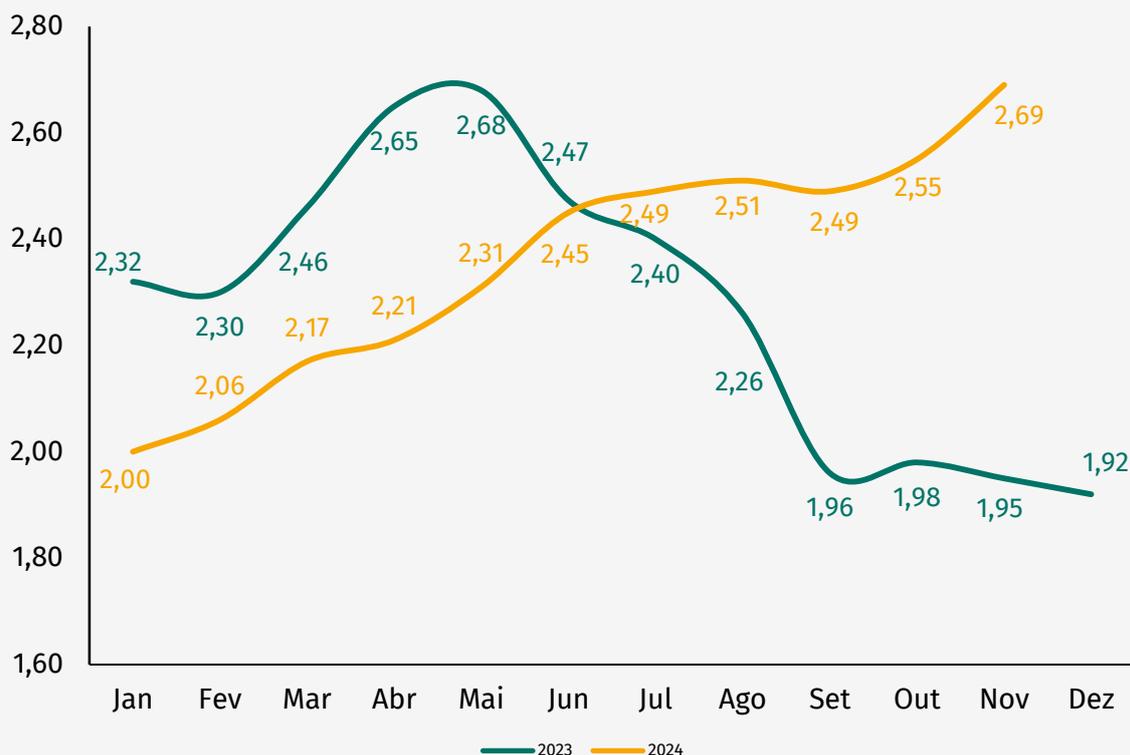
A expectativa atual é de queda de 4,76% da produção de leite em 2024, uma estimativa de retração de 150 milhões de litros, ou seja, a produção

de leite no RS voltou a um nível comparável ao de 2010. É importante destacarmos que se trata de uma projeção do último trimestre do ano, uma vez que, a produção entre janeiro e setembro já está posta pelos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Então, ainda estamos trabalhando com um cenário que poderá mudar até o final do ano, pois mais de um quarto da produção de leite no estado se concentra exatamente no último trimestre do ano. Quando compararmos os dados já consolidados pelo IBGE, dos três trimestres de 2024 contra o mesmo período de 2023, observamos queda de 6,48% da produção, o que reforça a expectativa de uma nova redução de oferta.

Entretanto, essa retração significativa da oferta no ano somado a conjuntura de redução dos volumes importados do Mercosul estimulou a recuperação do preço ao produtor. O preço médio pago ao produtor apresentou aumento de 35% no ano. Se analisarmos o preço do leite longa vida ao consumidor dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) esse cenário fica mais evidente, no acumulado do ano o leite longa vida apresentou uma inflação de 21,44% na região metropolitana de Porto Alegre.

GRÁFICO 1 - SÉRIE DE PREÇOS MÉDIOS NO RS RECEBIDOS PELO PRODUTOR, EM R\$ POR LITRO DE LEITE



Fonte: EMATER

O Valor Bruto da Produção (VPB) do RS estimado para 2024 é R\$ 7,2 bilhões, isto é, uma variação positiva de 0,57% em comparação com o ano anterior. Os fundamentos que ancoram essa projeção de VBP é a valorização do preço de maneira cons-

tante durante todo o ano somado a uma expectativa de produção para o segundo semestre deste ano bem similar ao do ano anterior, período em que se concentra a maior parte do volume produzido anualmente.

TABELA 4 – LEITE ADQUIRIDO E VALOR DA PRODUÇÃO DE LEITE NO RS

MÊS/ANO	LEITE ADQUIRIDO (MIL LITROS)		VPB DO LEITE (R\$)	
	2023	2024	2023	2024
JANEIRO	271.205	254.267	629.196	508.534
FEVEREIRO	228.712	231.860	526.038	477.632
MARÇO	264.059	236.084	649.585	512.302
ABRIL	232.804	215.555	616.931	476.377
MAIO	243.340	207.382	652.151	479.052
JUNHO	245.834	227.141	607.947	556.495
JULHO	284.395	270.944	682.548	674.651
AGOSTO	304.307	276.208	687.734	693.282
SETEMBRO	284.045	286.463	556.728	713.293
OUTUBRO*	280.439	276.530	555.269	705.151
NOVEMBRO*	253.599	256.544	494.518	690.104
DEZEMBRO*	264.166	267.567	507.199	719.755
TOTAL	3.156.905	3.006.545	7.165.844	7.206.627

Fonte: IBGE. (*) Projeção 2024 - Farsul

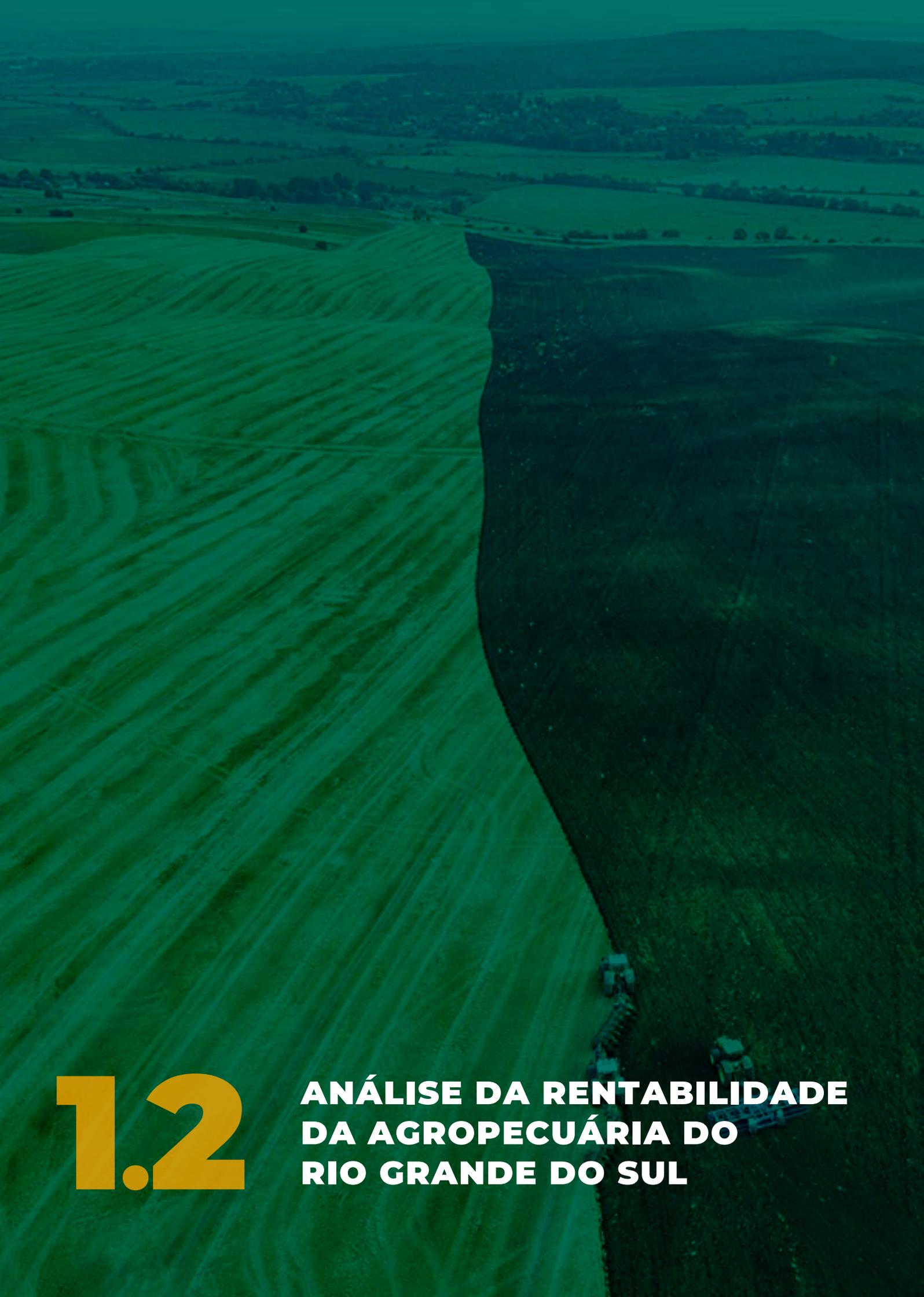
Depois de dois anos de aumento generalizado do custo de produção, o ano de 2023 começou com uma expectativa positiva de recuo do preço dos insumos e retomada das margens perdidas nos anos anteriores. Entretanto, essas expectativas foram totalmente frustradas pelo aumento das importações de leite vindas do Mercosul que pressionaram os preços e resultaram em perdas de margens.

Este panorama do ano anterior somado as enchentes desestimularam aumento da oferta em 2024. Contudo, o volume de leite importado no RS entre janeiro e setembro deste ano caiu 40%

na comparação com o mesmo período do ano passado, a alta do preço do dólar desestimulou as importações neste ano.

Portanto, observamos uma recuperação das margens do setor lácteo mediante a recuperação de receita por parte do preço em conjunto com um custo de produção mais comportado. Analisando esse cenário, se a tendência de valorização dos preços se mantiver até o final do ano, é provável que a oferta se recupere um pouco no segundo semestre, mas não ao ponto de mudar de maneira expressiva a projeção apresentada.

É importante ressaltar que os dados do último trimestre desse ano são projeções, tanto para produção quanto para o faturamento, com base nos dados disponíveis pelo IBGE até setembro, e os preços da EMATER até novembro de 2024. Então, é importante termos cautela com as previsões feitas, não acreditamos em um aumento da oferta em comparação com o ano passado. Porém, os preços apresentaram uma valorização forte no ano, o que reforça uma expectativa de no final do ano a projeção de faturamento fechar em alta.



1.2

**ANÁLISE DA RENTABILIDADE
DA AGROPECUÁRIA DO
RIO GRANDE DO SUL**

1.2 ANÁLISE DA RENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

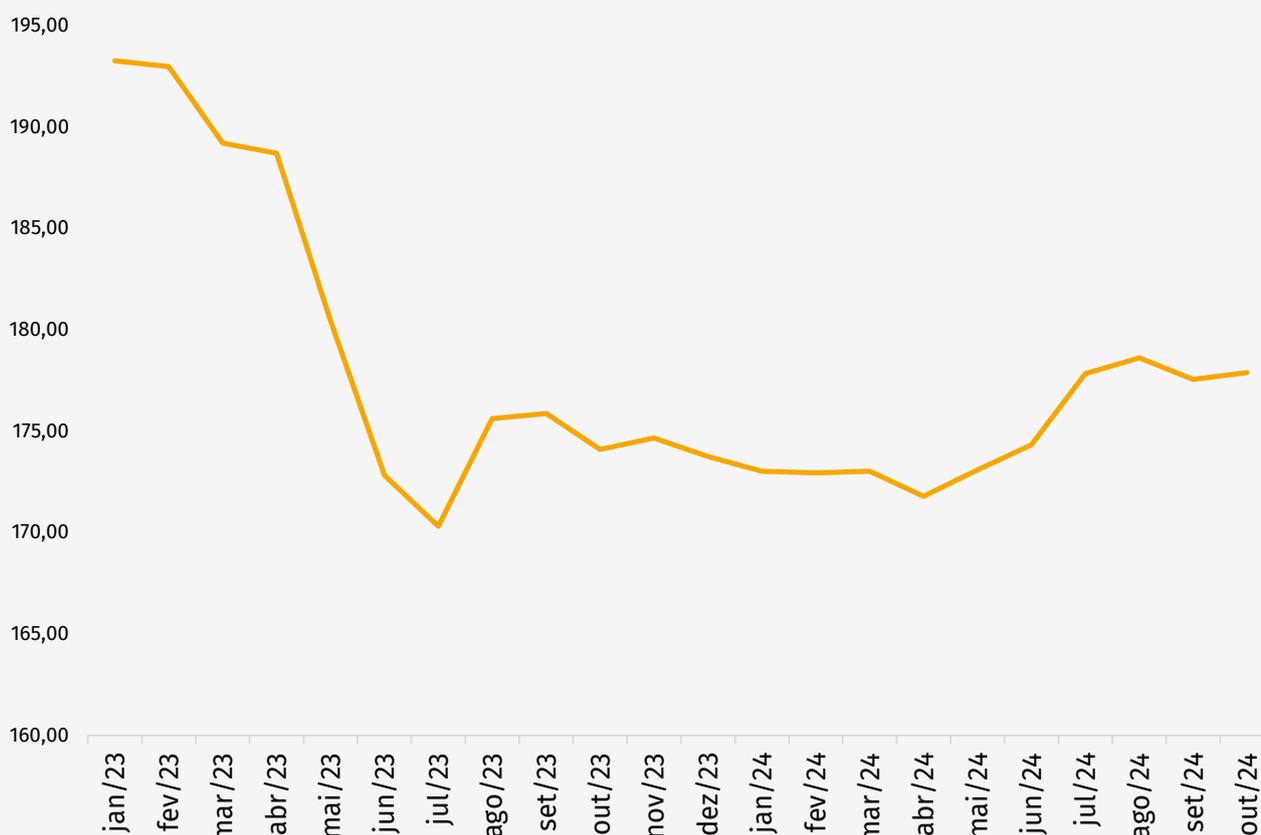
1.2.1 GRÃOS

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

A Análise de Rentabilidade trata **exclusivamente** da capacidade de geração de receita por hectare, considerando preço e a produtividade esperada, diante do custo de produção. Perdas climáticas futuras não são consideradas na projeção de receita para próxima safra, pois o objetivo da análise é entender o potencial competitivo e não obter uma previsão detalhada de desempenho para o próximo ano.

Com o intuito de contribuir com a compreensão da evolução dos custos de produção do produtor rural do Rio Grande do Sul, o Sistema Farsul divulga mensalmente o Índice de Inflação dos Custos de Produção (IICP). Em outubro de 2024, o índice acumulou uma inflação de 2,38% no ano e 2,17% na comparação com os 12 meses anteriores.

GRÁFICO 2 - EVOLUÇÃO MENSAL DO ÍNDICE DE INFLAÇÃO DOS CUSTOS DE PRODUÇÃO (IICP), EM NÚMERO ÍNDICE (BASE 100 = JAN/10)



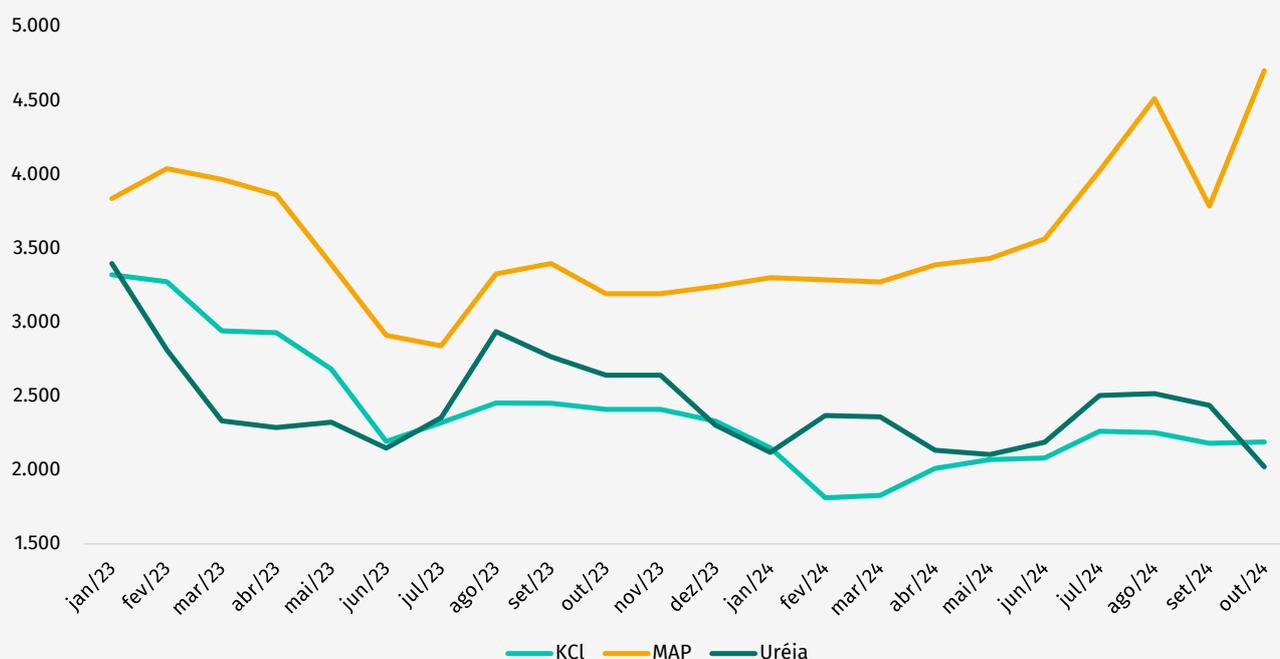
Fonte: Assessoria Econômica do Sistema Farsul (out/24)

Depois de um pico de preços dos insumos em 2022, a inflação dentro da cesta do IICP caiu significativamente, principalmente durante o ano de 2023 quando o índice fechou em deflação de 10,5%. No entanto, para 2024 as leituras mais recentes apontam para uma retomada da inflação acumulada. Dentro da cesta do IICP, os principais aumentos de custo entre outubro de 2023 e 2024 foram nos itens: Sementes, fertilizantes, operações mecânicas, frete, mão de obra e custos gerais. Por outro lado, os defensivos foram um fator positivo na análise dentro desse período: herbicidas, fungicidas e inseticidas caíram

em média 8%, devido aos elevados estoques nas vendas, que seguem gerando uma pressão adicional nos preços dos químicos.

Os fertilizantes permanecem como um dos insumos com maior peso dentro das despesas da lavoura, podendo representar até mesmo mais de um terço do desembolso operacional em algumas culturas. Em 2024 observamos cenários distintos dentro dos formulados N, P e K: os produtos fosfatados foram os que mais aumentaram de preço, enquanto o cloreto de potássio apresentou queda.

GRÁFICO 3 - EVOLUÇÃO MENSAL DO PREÇO DOS FERTILIZANTES NOS ÚLTIMOS 12 MESES, EM R\$/TONELADA



Fonte: CEPEA / referência Passo Fundo – RS (out/24)

Para safra 24/25 vislumbramos um custo com fertilizantes em tendência de alta. O preço do MAP apresentou um aumento de 11% no acumulado em 12 meses e 17% no acumulado do ano. Restrições nas exportações de fertilizantes fosfatados da China afetaram especialmente as cotações

de MAP e DAP, pois os principais compradores internacionais apresentam dificuldades para importar o produto. O destaque positivo é o preço da tonelada de Ureia e Cloreto de Potássio, que apresentou queda acumulada em 12 meses de 23% e 9%, respectivamente.

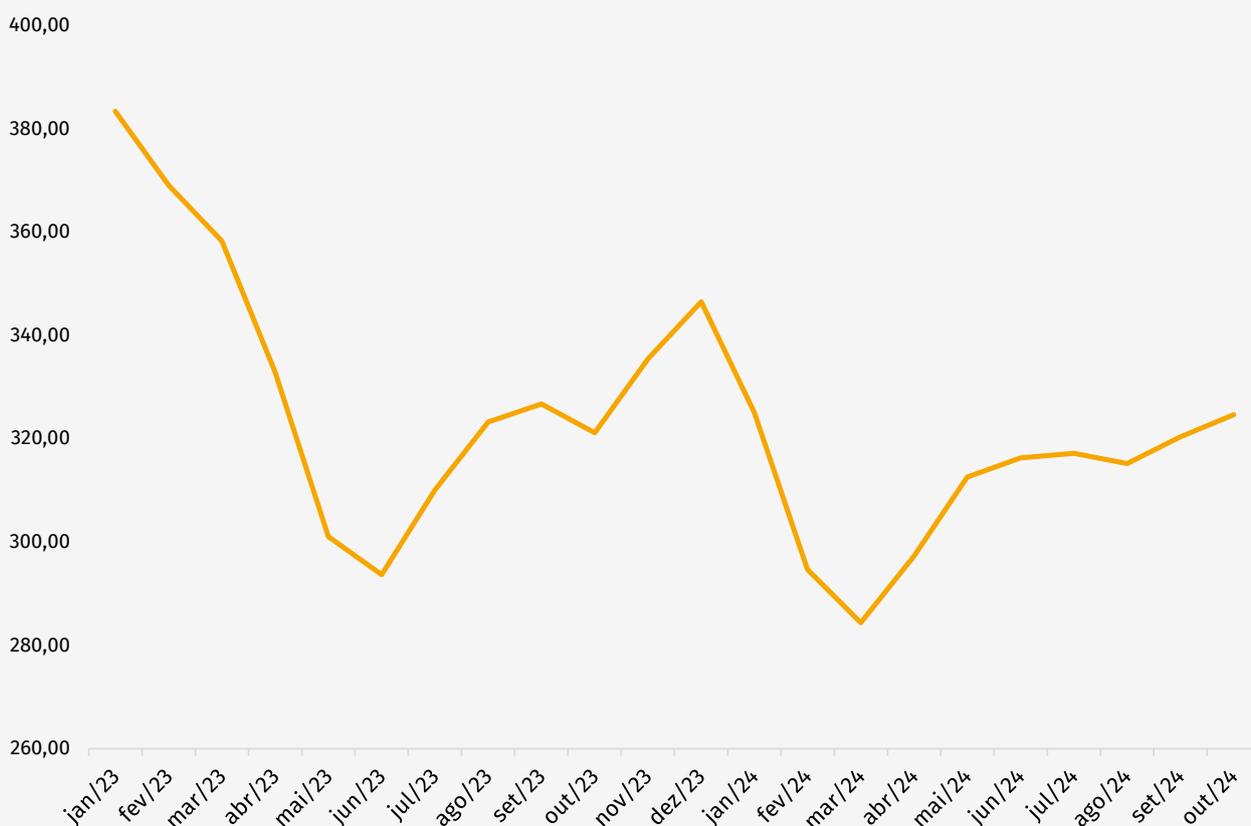
Para a safra 24/25 vislumbramos um custo com fertilizantes em tendência de alta.

PROJEÇÃO DE ORÇAMENTAÇÃO DO CUSTO, RECEITA BRUTA E MARGEM DE LUCRATIVIDADE DA SAFRA 24/25

Para formar a receita bruta, analisamos o comportamento dos preços no Rio Grande do Sul usando o Índice de Inflação dos Preços Recebidos pelos Produtores (IIPR), di-

vulgado mensalmente pela Assessoria Econômica do Sistema Farsul. Em outubro de 2024, o IIPR registrou uma deflação de 6,3% no acumulado do ano e 1,08% nos últimos 12 meses, refletindo principalmente a queda de 8,2% no preço da soja, que tem o maior peso na cesta do IIPR.

GRÁFICO 4 - EVOLUÇÃO MENSAL DO ÍNDICE DE INFLAÇÃO DOS PREÇOS RECEBIDOS PELOS PRODUTORES (IIPR), EM NÚMERO ÍNDICE (BASE 100 = JAN/10)



Fonte: Assessoria Econômica do Sistema Farsul (Set/24)

Por outro lado, arroz, milho e trigo registraram valorização dos preços em outubro de 2024 em comparação com o mesmo mês do ano anterior: de 15%, 16,1% e 35,3%, respectivamente.

Considerando produtividades normais para a próxima safra, esperam-se receitas brutas maiores para essas culturas em relação à safra

anterior, enquanto somente a soja pode ter redução na sua receita bruta projetada como reflexo do atual comportamento do seu preço.

Conferir a seção **1.4 Análise de Perspectivas da Agropecuária Mundial e Brasileira** para um panorama mais completo do mercado de grãos e das expectativas futuras para os preços.

Considerando produtividades normais para a próxima safra, esperam-se receitas brutas maiores para essas culturas em relação à safra anterior

TABELA 5 – ORÇAMENTAÇÃO DO CUSTO OPERACIONAL TOTAL (COT), RECEITA BRUTA¹, MARGEM BRUTA E PREÇO MÉDIO DE COMERCIALIZAÇÃO

	ARROZ		MILHO		SOJA		TRIGO	
	23/24	24/25	23/24	24/25	23/24	24/25	23/24	24/25
RECEITA BRUTA (R\$/HA)	17.987,13	21.330,00	4.044,00	9.713,60	7.749,00	7.426,85	1.925,00	3.666,43
COT (R\$/HA)	-12.262,48	-12.539,21	-6.797,84	-6.918,53	-5.116,33	-5.144,30	-3.903,19	-3.712,18
MARGEM BRUTA (R\$/HA)	5.724,66	8.790,79	-2.753,84	2.795,07	2.632,67	2.282,56	-1.978,19	-45,76
PREÇO MÉDIO (R\$/SC)	100,30	118,50	53,92	60,71	129,15	123,78	55,00	68,21

Fonte: Assessoria Econômica/Sistema Farsul, a partir de CEPEA / Projeto Campo Futuro (out/24)

ORÇAMENTAÇÃO ARROZ²: Para a safra 24/25 projeta-se um aumento de 2,3% do COT em relação à safra passada. Os custos de produção vêm em alta desde abril, puxado principalmente pelo aumento no custo com mão de obra (7%), sementes (21%) e irrigação (8%). Atualmente projetamos um aumento da margem bruta com base no preço atual do grão, embora a expectativa seja de um aumento de área e, conseqüentemente, de maior oferta, que deve provocar uma queda nos preços, principalmente no primeiro semestre de 2025.

Caso a projeção de aumento de oferta se confirme, pode haver redução da margem bruta projetada até o início da colheita da safra 24/25. O planejamento do fluxo de caixa por parte dos produtores é crucial para evitar a necessidade de venda do arroz logo após a colheita, possibilitando uma comercialização mais intensa a partir do segundo semestre do ano, quando a tendência sazonal é de melhores preços.

ORÇAMENTAÇÃO MILHO³: Segundo o Cepea/Esalq, a projeção é de aumento de 1,8% no COT (referência outubro de 2024), devido à valorização nos preços de fertilizantes, sementes e mão de obra. A perspectiva para a safra 2025 é de retomada da lucratividade, ancorado na recuperação da produtividade e de preços em trajetória de alta, sustentados pela expectativa de retração dos estoques finais do Brasil em 2025.

Portanto, os produtores que plantaram variedades precoces para colherem no final do ano e conseguiram atingir produtividades acima dos 160 sacos por hectares, podem alcançar resultados compatíveis ou até mesmo superiores aos projetados, enquanto produtores que pagam arrendamento ou possuem alto índice de alavancagem devem ter margens de lucratividade mais apertadas, especialmente se colherem mais na boca da safra de verão e precisarem comercializar a produção logo após a colheita.

¹ O preço do arroz está em R\$/50kg, os demais grãos estão em R\$/60kg.

² A propriedade analisada na metodologia leva em consideração os rendimentos médios por hectare dos levantamentos do Campo Futuro na região de Uruguaiana para safra 2023/24.

³ A propriedade analisada na metodologia leva em consideração os rendimentos médios por hectare dos levantamentos do Campo Futuro na região de Carazinho.

ORÇAMENTAÇÃO SOJA⁴: Para a safra de soja em 2025, projeta-se atualmente um COT 0,5% maior que o do ano passado. Os aumentos nos custos com sementes (5%), fertilizantes (8%) e mão de obra (7%) foram essenciais para essa ampliação do custo, intensificados pela desvalorização cambial e a proximidade do plantio da safra de verão. Considerando uma produtividade normal para safra 2025, atualmente, projetamos uma queda da receita e da margem bruta, baseado nas atuais cotações do grão. As expectativas de safra para 2025 não permitem estimarmos espaço para aumento de preços, visto que o USDA aponta para um aumento da produção brasileira de 10,5%, o que resultará em um aumento dos estoques finais, o que pode reduzir as margens esperadas até o início da comercialização.

ORÇAMENTAÇÃO TRIGO⁵: A queda no COT para safra 2024 (maio como mês de referência) foi de 4,9%, puxado principalmente pela retração do custo com defensivos. Apesar de, projetamos hoje um aumento da receita bruta baseado na expectativa de melhores produtividades e valorização do preço do grão, a margem pode permanecer muito apertada, ou até mesmo ser negativa, dependendo do movimento futuro do preço.

É importante ressaltar que essa é uma “fotografia” das expectativas atuais para o desempenho da próxima safra de soja. Os produtores que firmaram contratos antecipados, sobretudo para remunerar o custo operacional, devem obter margens mais próximas às projetadas. Enquanto muitos produtores arrendatários, ou que possuem um alto nível de alavancagem, podem ter sérias dificuldades para pagar o custo de produção.

É importante destacar que nossas projeções são baseadas nas expectativas atuais, utilizando o preço de outubro de 2024, período em que a safra está sendo colhida. Entretanto, as estimativas do IBGE apontam para uma recuperação na produção nacional puxada pela safra gaúcha, o que pode levar a uma desvalorização dos preços e aumentar a pressão sobre as margens projetadas.

⁴ A propriedade analisada na metodologia leva em consideração os rendimentos médios por hectare dos levantamentos do Campo Futuro na região de Carazinho.

⁵ A propriedade analisada na metodologia leva em consideração os rendimentos médios por hectare dos levantamentos do Campo Futuro na região de Carazinho.

1.2

ANÁLISE DA RENTABILIDADE DA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL

1.2.2 LEITE

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

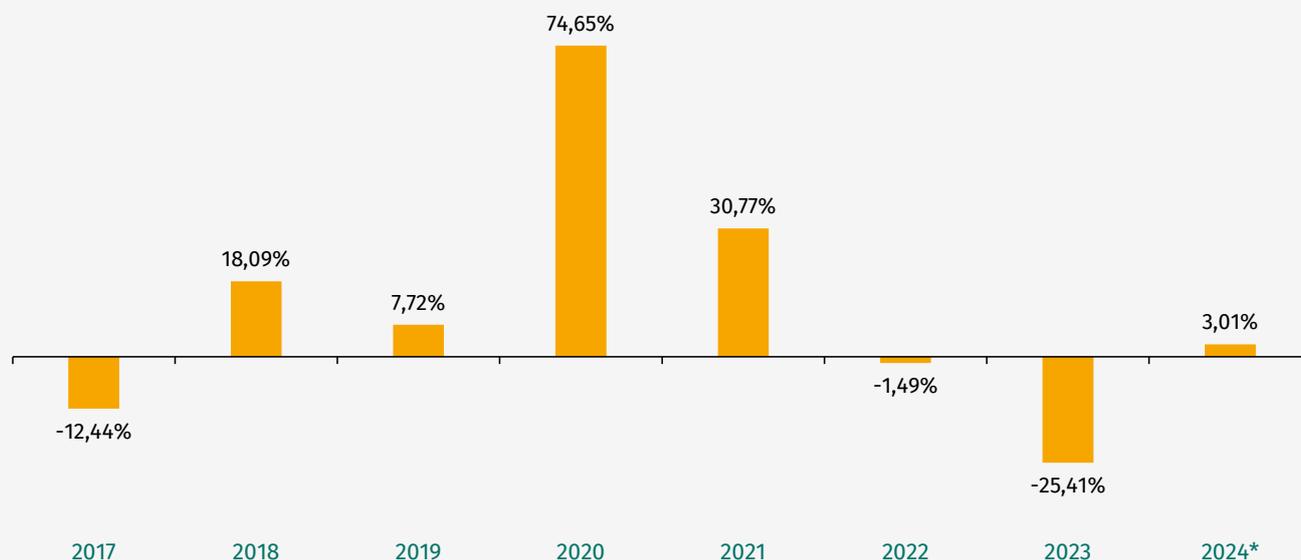
Com o intuito de contribuir com a compreensão da evolução dos custos de produção da cadeia do leite do Rio Grande do Sul, a Assessoria Econômica do Sistema Farsul elaborou o Índice de Insumos para a Produção de Leite Cru (ILC). Para a elaboração do ILC, foram consideradas as particularidades da produção de leite gaúcha. Utilizamos como referência os dados coletados em painel pelo Projeto Campo Futuro, o que permitiu ponderar os pesos de cada insumo na composição do índice. O objetivo do ILC é mensurar a variação dos preços de uma cesta de insumos, que representam 80% do custo de produção do leite verificado em nossos painéis de campo.

No ano de 2023, os custos registraram sua maior queda dos últimos 8 anos, estimulados pelas menores cotações de milho e soja, que derreteram no

primeiro semestre do ano passado diante da safra de verão recorde no Brasil. O governo manteve os juros elevados durante toda a primeira metade do ano para domar a inflação, o que contribuiu para apreciação do Real frente ao Dólar, reduzindo o custo dos insumos importados.

Além disso, tanto EUA quanto UE seguiram com políticas de combate à inflação, o que gerou um processo global de queda nos preços das commodities. As cotações do barril de petróleo caíram no mundo todo na primeira metade do ano, refletindo em menores preços de óleo diesel, gasolina e fertilizantes em comparação com suas cotações médias do ano anterior. O comportamento histórico do indicador pode ser verificado no **gráfico seguinte**.

GRÁFICO 5 – ÍNDICE DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE CRU (ILC) NO RIO GRANDE DO SUL, ACUMULADO EM 12 MESES*



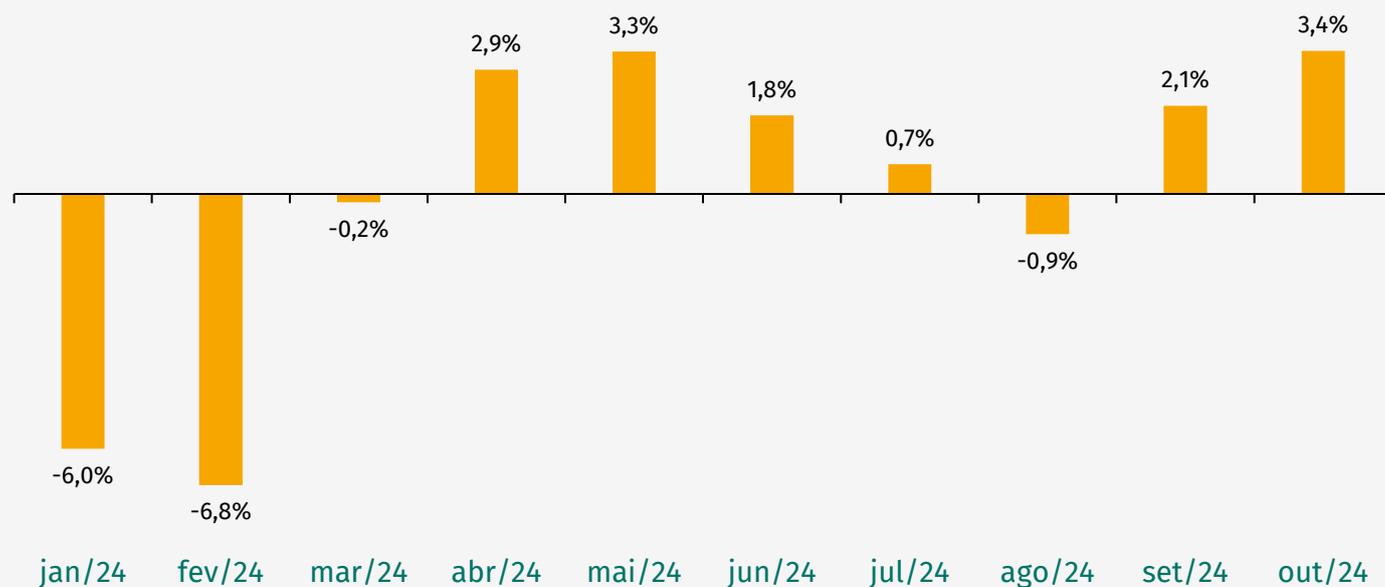
Apesar das perdas no centro-oeste, as safras de milho e soja no Brasil em 2023/24 foram elevadas em relação à série histórica, refletindo na queda das cotações desses grãos e que perdurou até a primeira metade do ano, o que resultou em um ILC apresentando comportamento deflacionário em boa parte do ano.

Para 2024, observamos uma retomada da inflação dentro do ILC que vem sendo influenciada pela valorização dos grãos - principalmente o milho - e na elevação das tarifas de energia elétrica.

Com a expectativa de menor oferta mundial e

queda nos estoques finais de milho em 2024/25, o preço do grão vem se valorizando e deve seguir essa tendência até o final do ano, ampliando o comportamento inflacionário do indicador. Além do preço do milho, combustíveis e fertilizantes também vêm apresentando fundamentos altistas, reflexo da elevada taxa de câmbio - que se valorizou em 24% neste ano - e dos conflitos no Oriente Médio. Diante dessa mudança de trajetória, a retomada da inflação do ILC ocorreu em abril e, hoje, dos 10 meses apurados, 6 apresentaram inflação, sinalizando uma possível retomada de aumento dos preços dos insumos, como pode ser observado no gráfico seguinte.

GRÁFICO 6 – COMPORTAMENTO MENSAL DO ÍNDICE DE INSUMOS PARA PRODUÇÃO DE LEITE CRU (ILC) NO RIO GRANDE DO SUL, EM 2024



Fonte: Assessoria Econômica Sistema Farsul.

Além dos fundamentos dos mercados de insumos, o cenário macroeconômico do Brasil também tem reforçado a expectativa de alta do ILC. Os dados de crescimento do PIB acima das expectativas e o mercado de trabalho aquecido vêm desancorando a inflação futura, sustentando a expectativa de que o ILC feche o ano de 2024 com inflação.

Corroborando com a nossa expectativa de alta do ILC o

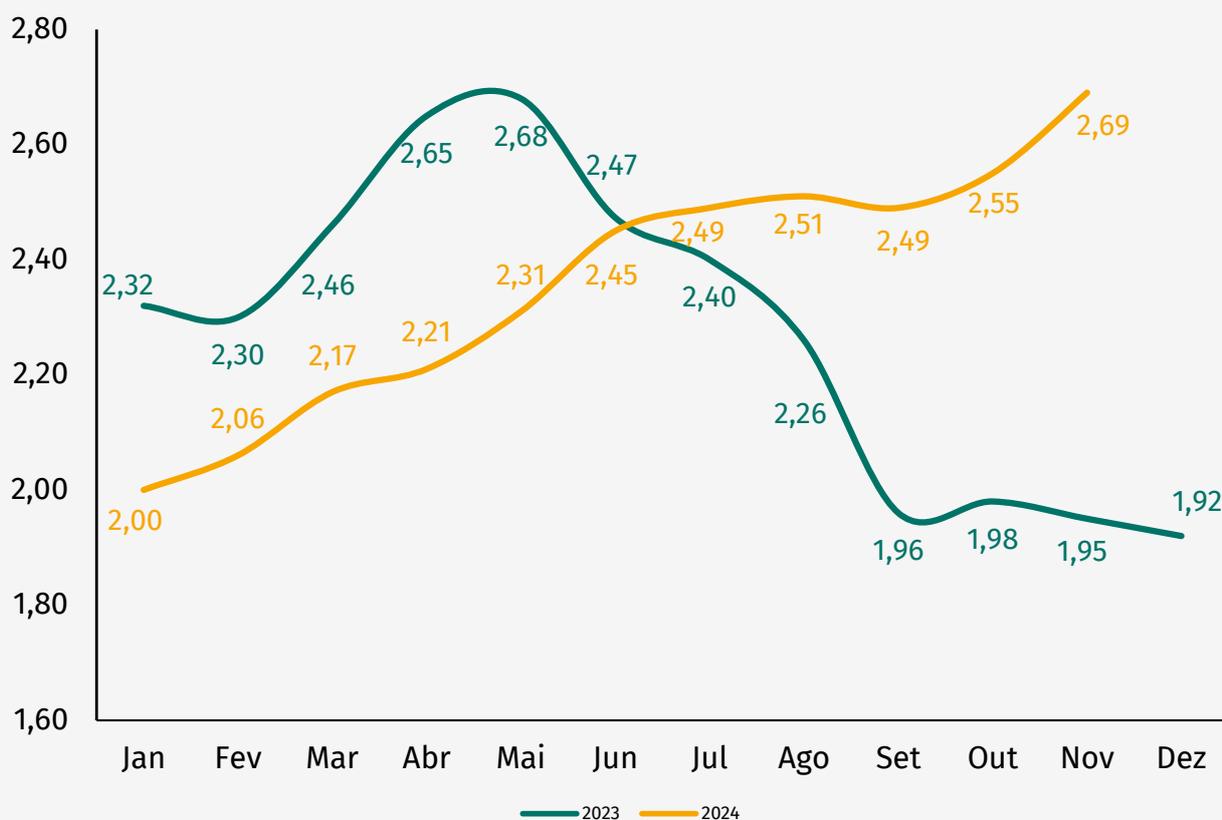
Índice de Inflação do Custo de Produção (IICP), calculado pela Assessoria Econômica do Sistema FAR-SUL, que apresenta inflação de 2,17% no acumulado em 12 meses. Também apontam para a mesma tendência o Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA-DI) e o Índice Geral de Preços (IGP-DI), indicadores que medem a inflação da cesta de commodities, que apresentam inflação de 6,32% e 5,91% no acumulado em 12 meses, respectivamente.

MARGEM DE LUCRATIVIDADE DO LEITE

O aumento de 38% das importações de leite em 2023, vindas majoritariamente do Mercosul, derrubaram os preços no Estado e, conseqüentemente, reduziram as margens de lucratividade da atividade, o que des-

estimulou a produção de leite no ano passado. Entretanto, para 2024, projetamos melhora nas margens impulsionada pela alta nos preços, que reflete a redução nos níveis produção – resultado das margens apertadas no ano passado –, somada ao menor volume importado.

GRÁFICO 7 – GRÁFICO 07 – PREÇO MÉDIO MENSAL DO LEITE AO PRODUTOR NO RIO GRANDE DO SUL, EM R\$ POR LITROS



Fonte: Assessoria Econômica Sistema Farsul.

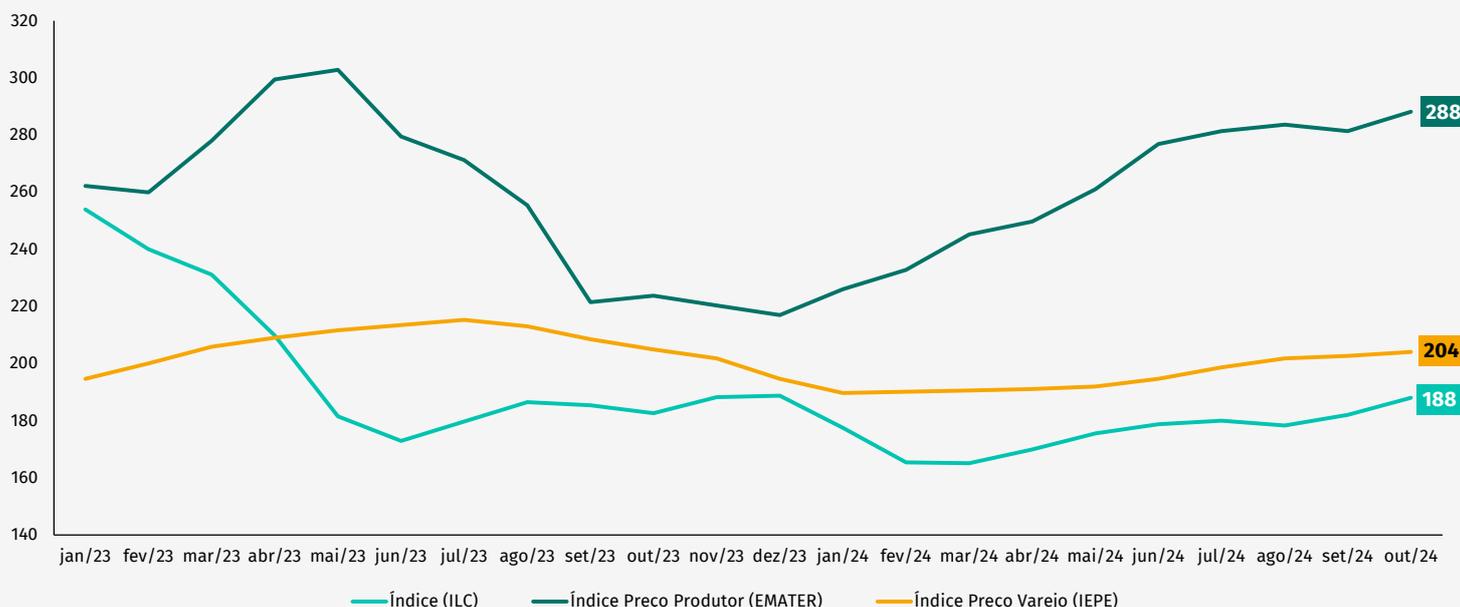
O preço do litro de Leite no Rio Grande do Sul, em novembro de 2024, foi de R\$ 2,69/litro. Esse valor foi 38% maior do que a cotação em novembro de 2023 (R\$ 1,95/litro). Além disso, como pode-se observar no **gráfico anterior**, a partir de 2024 os preços iniciam sua trajetória de valorização, subindo 40% no acumulado do ano, recuperando em novembro o valor perdido no ano anterior.

Se analisarmos dentro do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o item Leite

Longa Vida apresentou uma inflação de 21,44%, no acumulado do ano, deixando evidente a mudança de trajetória do preço em 2024 também à nível do consumidor.

Apesar do ILC apontar para aumento significativo na inflação nos insumos, a receita dos produtores de leite do RS também entra em trajetória de recuperação, iniciando o movimento de recomposição de margem de lucro perdida no ano passado.

GRÁFICO 8 – COMPARAÇÃO DO ILC COM O ÍNDICE DE PREÇO MÉDIO AO PRODUTOR E O ÍNDICE DE PREÇOS NO VAREJO (UHT), JANEIRO/2016=100



Fonte: Assessoria Econômica Sistema Farsul / IEPE-UFRGS / Emater

Analisando o **gráfico anterior**, observamos que índice ILC vem variando abaixo do índice de preços ao produtor em 2024, o que é positivo depois de tanto tempo acumulado de insumos subindo em velocidade maior que o preço ao produtor. No entanto, atualmente, há um descolamento positivo da curva de insumos e preço, caso as cotações do leite continuem em trajetória de valorização, esse cenário pode aliviar a situação de crise no setor.

Apesar de acumular deflação de 0,35% até outubro, a expectativa é que o ILC feche o ano com inflação, reforçando o panorama atual de custo elevado e margens apertadas, pois os preços ainda não recuperaram todo o valor que foi perdido no ano passado. Entretanto, observamos atualmente uma mudança dentro do mercado, preços ao produtor se valorizando, diante da menor oferta, e uma leve inflação de preços dos insumos, o que deve contribuir para retomada das margens e uma melhora significativa nas expectativas dos produtores para o setor neste ano.

1.3

ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

The background features a close-up of a calculator keypad on the left and a document with numerical data on the right. A pen tip is positioned over the document, pointing towards the numbers. The overall image has a teal color overlay.

1,116	1,116
2,200	2,200
3,400	3,400
3,200	3,200
2,116	2,116
1,716	1,716
1,154	1,154
450	450
15	15
6,000	6,000
8,000	8,000
1,315.08	1,315.08
615.08	615.08
6,046.81	6,046.81
7,188.72	7,188.72
14,296.05	14,296.05
14,291.05	14,291.05
5,491.05	5,491.05
5,490.25	5,490.25
3,690	3,690

13

ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

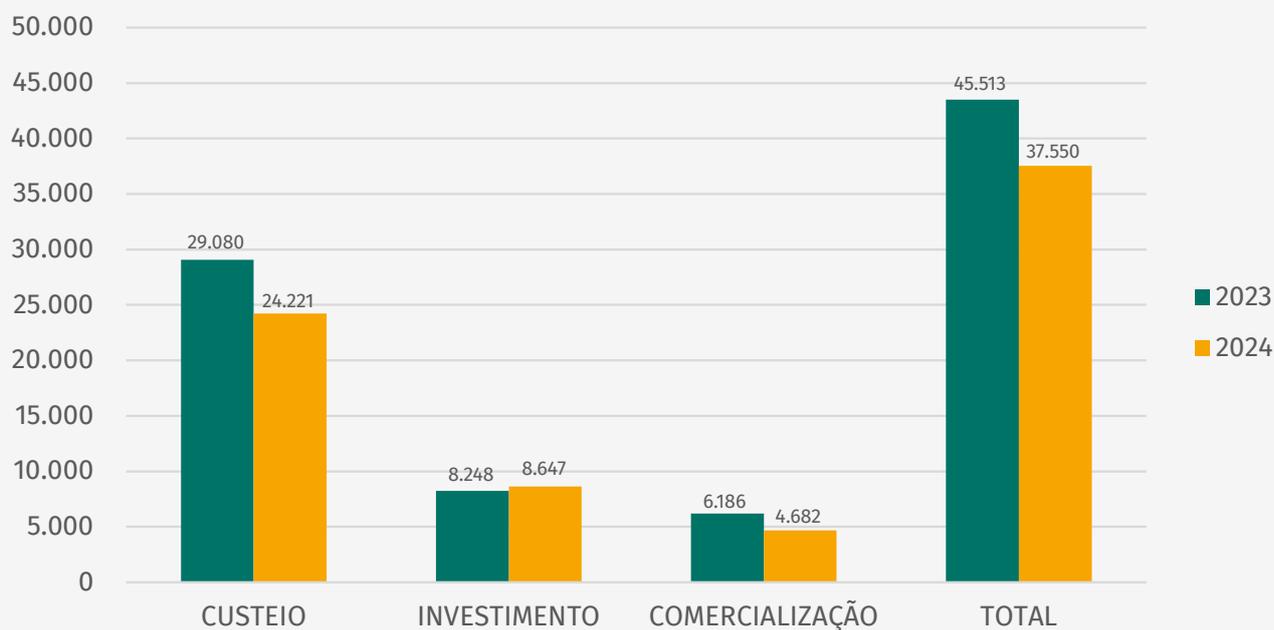
Por Ruy Augusto da Silveira Neto



O volume total de recursos anunciados pelo Governo Federal para o Plano Safra 2024/25 é de R\$ 400,6 bilhões, aumento de 10% em relação ao montante anunciado na safra anterior. O Plano Safra atual foi marcado pelo aumento significativo de 19% nos recursos livres e 7% nos recursos controlados destinados ao Pronamp. Entretanto, os recursos controlados para os produtores empresariais caíram 1,1% em relação ao plano anterior, o que reforça a dinâmica dos últimos anos no Crédito Rural onde os juros controlados têm uma destinação maior para os pequenos e médios produtores, e os produtores empresariais, com maior capacidade de alavancagem, acabam tomando parcela maior do crédito a juros livres.

As taxas de juros se mantiveram inalteradas para o Plano Safra 24/25, com mudanças só nos limites disponíveis de crédito. Com o início do movimento de aumento da taxa básica de juros pelo Banco Central em 2024, a expectativa é que a taxa terminal alcance um patamar superior aos juros praticados atualmente. Portanto, espera-se um cenário de maior aperto para a tomada de crédito pelos agentes financeiros neste ano. Em 2024, observamos um aumento nos contratos de investimento depois de dois anos de quedas consecutivas. Entretanto, em termos de acesso ao custeio verificamos uma queda de contratos e valores retirados. A comercialização apresentou uma forte retração em termos de contratos e valores, muito em função da recuperação da safra de verão.

GRÁFICO 9 - COMPARATIVO DO CRÉDITO RURAL TOMADO PELOS PRODUTORES DO RS ENTRE JANEIRO E OUTUBRO DE 2023 E 2024, EM R\$ MILHÕES.



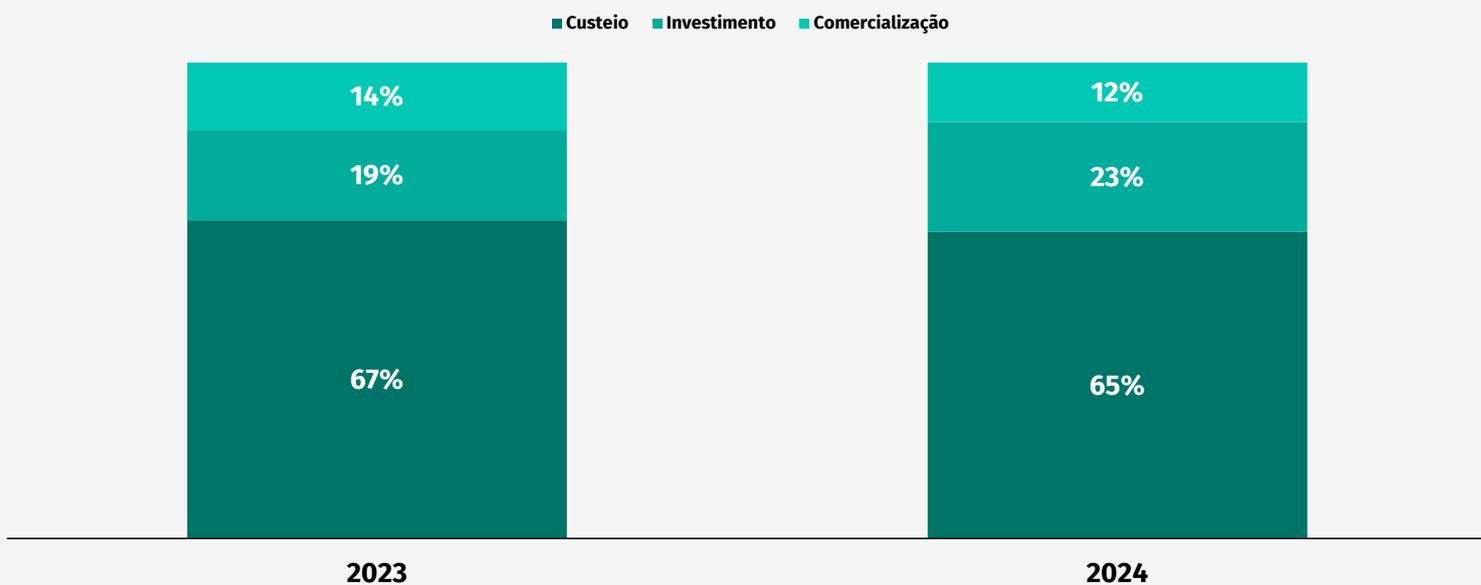
Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Sistema Farsul

No período entre janeiro e outubro de 2024, observamos que o total tomado atingiu R\$ 37,6 bilhões para o RS, ou seja, uma queda de 14% em relação ao mesmo período de 2023, resultado muito ruim, visto que a última vez que o montante total retirado diminuiu foi em 2016. O número de contratos caiu 7,8% no mesmo período, reflexo da queda dos contratos de custeio.

O custeio segue representando, naturalmente, a maior parcela de capital dentre as mo-

dalidades do Crédito Rural, ocupando quase dois terços da carteira no RS. O investimento foi a modalidade de crédito que mais avançou em 2024, recuperando espaço na carteira depois de dois anos consecutivos de estagnação, aumentando em quatro pontos percentuais em relação ao ano passado e reduzindo espaço de comercialização e até mesmo de custeio na carteira, o que sinaliza a recuperação da capacidade de investimento em capital fixo dos produtores.

GRÁFICO 10 - PARTICIPAÇÃO DO CUSTEIO, INVESTIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO DENTRO DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL TOMADO NO RS EM 2023 E 2024, EM PERCENTUAL.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Sistema Farsul

1.3

ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

1.3.1 Análise do Custeio

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

O valor tomado para custeio entre janeiro e outubro de 2024 apresentou uma queda expressiva de 17% em relação ao ano anterior. Em termos de valores, observamos que a queda está correlacionada com a redução do custo de produção no período e as renegociações das dívidas acumuladas depois de três anos de eventos climáticos extremos no Estado. Os contratos apresentaram uma queda menor de 12% na comparação com 2023. Analisando o período entre janeiro e outubro, somam-se 26.461 contratos a menos de custeio do que o mesmo período do ano passado, as renegociações das estiagens passadas aumentaram a seletividade dos agentes financeiros.

O número de contratos tomados no período de janeiro a outubro, nos quatro principais grãos caiu 16%, ou seja, o grupo apresentou

uma queda maior que o do total do custeio no RS. As principais culturas de lavoura registram 25.756 contratos a menos, isso representa 97% da queda contratual total no período. Os valores sacados no Estado neste grupo, para custeio, no período de janeiro a outubro de 2024, apresentaram comportamento similar aos contratos, com queda de 20%, sendo responsável por 86% da retração nos valores totais retirados. Devemos lembrar que houve uma queda no custo de produção que se refletiu nos montantes retirados, porém é inegável que este ano foi marcado por uma seletividade maior por parte dos agentes financeiros, depois de dois anos de estiagens e uma enchente, os produtores rurais somaram um passivo creditício que obrigou alguns produtores a renegociarem dívidas fora do manual do crédito rural.

TABELA 6 - COMPARATIVO DO CRÉDITO RURAL TOMADO PARA CUSTEIO DOS PRINCIPAIS GRÃOS DO RIO GRANDE DO SUL, ENTRE 2023* E 2024*, EM R\$ MIL.

GRÃOS	CONTRATOS			VALORES		
	2023	2024	VARIAÇÃO (23/24)	2023	2024	VARIAÇÃO (23/24)
ARROZ	4.081	3.873	-5	2.223	2.153	-3%
MILHO	43.571	32.290	-26%	2.788	1.870	-33%
SOJA	71.356	64.221	-10%	11.802	9.596	-19%
TRIGO	39.515	32.383	-18%	3.723	2.720	-27%

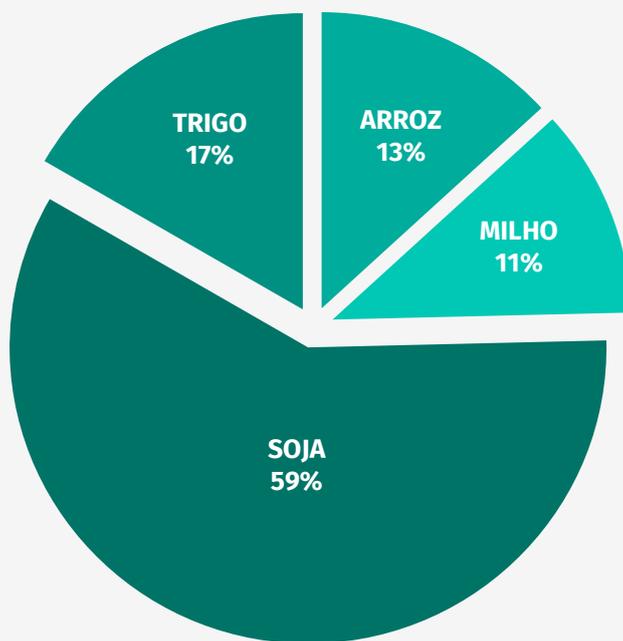
Fonte: BDB/DIORF/DEROP/DIORE Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR). Elaboração: Sistema Farsul
(*): acumulado entre janeiro e outubro

Devido ao cenário de queda maior dos valores retirados frente ao número de contratos, o valor médio tomado pelos produtores caiu 5%. A média do saque de custeio por produtor saiu de R\$ 124,3 mil em 2023 para R\$ 118 mil em 2024, reflexo do arrefecimento do custo de produção no período.

Dentre os grãos, a soja continua sendo responsável pela captura da maior parte do crédito em 2024. A sua participação recuperou dois pontos percentuais, sendo destino de 59% do crédito, seguido de trigo que apresentou uma queda de um ponto percentual dentro da carteira, contudo, segue com uma tendência de evolução da cultura no Estado. No custeio da carteira de

crédito rural do RS, o arroz recuperou 2 pontos percentuais em relação a 2023, evidenciando o bom momento dos preços e a aposta de aumento de área dos produtores para próxima safra de verão. Milho, que vem perdendo espaço contínuo dentro da carteira, foi a cultura que mais caiu em participação, três pontos percentuais. Era natural esperar uma redução na participação do milho, este foi o grão que mais reduziu as contratações para este ano, 11.281 contratos a menos em comparação com o mesmo período do ano passado. O elevado risco da cultura e a queda dos preços durante o primeiro semestre do ano foram os fatores centrais para sua redução de participação dentro da carteira de custeio.

GRÁFICO 11 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRÃOS NO CUSTEIO DA CARTEIRA DE CRÉDITO RURAL DO ESTADO EM 2024 (JAN-OUT), EM PERCENTUAL.



Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração: Sistema Farsul

1.3

ANÁLISE DO CRÉDITO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

1.3.2 Análise do Investimento

Por Ruy Augusto da Silveira Neto

O valor total no período de janeiro a outubro de 2024 aumentou 5% na relação com igual período de 2023. No que diz respeito ao número de contratos, esse aumento foi mais expressivo, na ordem de 19%. Observamos dois fatores importantes para esse comportamento dos investimentos em 2024: primeiro, a recuperação da safra de verão de 2024, a disponibilidade de produto para comercializar foi essencial para os produtores auferirem margens operacionais e recuperassem a sua capacidade de investimento perdida nos últimos anos. Segundo uma recuperação nos preços das commodities, principalmente no segundo semestre do ano, estabilizou as receitas e deu mais segurança para alavancagens de prazo mais longo. Mesmo com uma recuperação em termos de contratos e va-

lores, devemos ressaltar que elas vêm em cima de uma base bem fraca do ano anterior.

Com um aumento maior no número de contratos do que nos valores sacados, é natural que os valores médios por contratos tenham caído 12% em 2024. O ticket médio por contrato em 2023 era de R\$ 190,2 mil passou para R\$ 168,1 mil em 2024, resultando em um segundo ano de queda no ticket. O valor médio sacado por contrato subiu consecutivamente entre 2013 e 2022, ou seja, dois anos seguidos de queda deixa evidente o quão comprometido está a capacidade de alavancagem dos produtores gaúchos, mesmo com uma manutenção das mesmas taxas de juros praticadas no Plano Safra do ano passado.

TABELA 7 - COMPARATIVO DAS TAXAS DE JUROS DE INVESTIMENTO DENTRO DA CARTEIRA DO CRÉDITO RURAL DE 2023 PARA 2024.

FINALIDADE	TAXA DE JUROS 2023	TAXA DE JUROS 2024	VARIAÇÃO (23/24)
MODERFROTA	12,5%	11,5%	-8,0%
PROGRAMA ABC	8,5%	8,5%	0,0%
PCA	8,5%	8,5%	0,0%
INOVAGRO	10,5%	10,5%	0,0%
PRONAMP	8%	8%	0,0%
PROIRRIGA (MODERINFRA)	10,5%	10,5%	0,0%
MODERAGRO	10,5%	10,5%	0,0%
PRODECOOP	11,5%	11,5%	0,0%

Fonte: Ministério da Agricultura e Abastecimento. Elaboração: Sistema Farsul

Analisando os principais produtos que compõem a carteira de investimento, no período de janeiro a outubro de 2024, observamos uma retomada no avanço das contratações. Com a recuperação de grande parte da safra de verão no RS, os produtores conseguiram

recuperar a sua capacidade de investimento perdida nos últimos anos. Portanto, os produtores optaram por realizar aqueles investimentos mais pesados em capital fixo que ficaram represados depois de duas estiagens seguidas no Estado.

TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO DOS PRINCIPAIS TIPOS DE PRODUTOS DENTRO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTO DO CRÉDITO RURAL ENTRE JANEIRO E OUTUBRO DE 2023 E 2024.

MÊS	CONTRATOS		VALOR (R\$ milhões)	
	2023	2024	2023	2024
ADUBAÇÃO INTENSIVA DO SOLO	260	405	193,16	172,79
ARMAZÉM, SILO, DEPÓSITO E INSTALAÇÕES	3.431	5.051	788,85	940,62
CAMINHÕES, VEÍCULOS E UTILITÁRIOS	2.146	2.876	194,70	275,33
COLHEITADEIRAS	2.337	2.752	1.037,56	1.127,82
IRRIGAÇÃO	704	631	366,92	207,23
MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E IMPLEMENTOS	11.365	13.105	1.674,64	1.726,94
TRATOR	6.392	8.749	1.528,73	1.700,18
OUTROS	16.746	20.273	2.463,02	2.501,15
TOTAL GERAL	43.381	53.842	8.247,58	8.652,03

Fonte: BDB/DIORF/DEROP/DIORE/ Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR). Elaboração: Sistema Farsul

Observando a tabela anterior, entre janeiro e outubro de 2024, aumentou os valores tomados em praticamente todos os produtos que pesam mais dentro da carteira de investimentos. Destacamos com preocupação a Irrigação, uma modalidade de investimento muito relevante, visto os últimos anos de seca, que apresentou queda em valor e número de contratos no período. O custo de tempo e burocracia de se implementar um sistema de irrigação vem impedindo que os produtores invistam de maneira mais intensa. Adubação intensiva do solo, aumentou incríveis 56% o número de contratos, com a queda nos preços dos fertilizantes os produtores voltaram a investir mais nessa modalidade, porém os valores caíram 11% re-

flexo da conjuntura apresentada de queda nas cotações durante o ano.

Quando se trata de outros itens de investimento observamos resultados robustos de aumento tanto em termos de contratos como em valores retirados. Houve uma retomada nos investimentos de máquinas, colheitadeiras e tratores que ficaram represados nos anos anteriores. Um destaque foram os investimentos em armazéns, silos e depósitos que aumentaram 47% em número de contratos e 19% em valores retirados, a atual realidade dos preços exige que os produtores invistam em alternativas de armazenagem da produção. Os produtores em 2024 optaram pelos investimentos que exigem maior complexidade e longo prazo no seu pagamento.

ANÁLISE DA COMERCIALIZAÇÃO

A comercialização entre janeiro e outubro de 2024 exibiu uma retração considerável de 26% no número de contratações, em relação ao mesmo período de 2023. E quando se trata de valo-

res sacados entre janeiro e outubro, esta queda é de 24%, na comparação com o ano passado. A estabilização nos preços e até mesmo a valorização colaborou para produtores recorrerem menos dispositivos de comercialização para terem caixa disponível, principalmente logo após a colheita.

TABELA 9 - COMPARATIVO DO CRÉDITO RURAL TOMADO PARA COMERCIALIZAÇÃO DOS PRINCIPAIS GRÃOS DO RIO GRANDE DO SUL, ENTRE 2023* E 2024*, EM R\$ MIL.

GRÃOS	CONTRATOS			VALORES		
	2023	2024	VARIAÇÃO (23/24)	2023	2024	VARIAÇÃO (23/24)
ARROZ	1.318	853	-35%	1.574	1.099	-30%
MILHO	302	401	33%	227	337	49%
SOJA	2.490	2.244	-10%	2.887	2.260	-22%
TRIGO	694	151	-78%	585	186	-68%

Fonte: BDB/DIORF/DEROP/DIORE/Sistema de Operações do Crédito Rural e do Proagro (SICOR). Elaboração: Sistema Farsul
(*) acumulado entre janeiro e outubro

Dentro da carteira de comercialização do Crédito Rural, historicamente os principais produtos continuam sendo: arroz, milho, soja e trigo, que possuem a maior parcela em termos de contratos e valores tomados. Neste ano, as quatro principais culturas do Estado recuaram na sua dominância dentro da carteira de comercialização, diminuindo sua participação de 85% para 83%. O recuo nos valores tomados de Arroz, Soja e Trigo foi R\$ 1,4 bilhão, o que representa 92% da queda total da carteira em relação ao período anterior.

O Milho foi o único grão do grupo que apresentou um aumento de contratos e valores, o preço despencou no primeiro trimestre de 2024, então os produtores optaram por fazer contratos de comercialização para concentrar a comercialização na segunda metade do ano. O valor médio sacado no período de janeiro a outubro de 2024 aumentou 3% em relação ao mesmo período de 2023, pois a queda no número de contratos foi mais significativa que a dos valores retirados.



1.4

**ANÁLISE E PERSPECTIVAS
DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL
E BRASILEIRA**

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

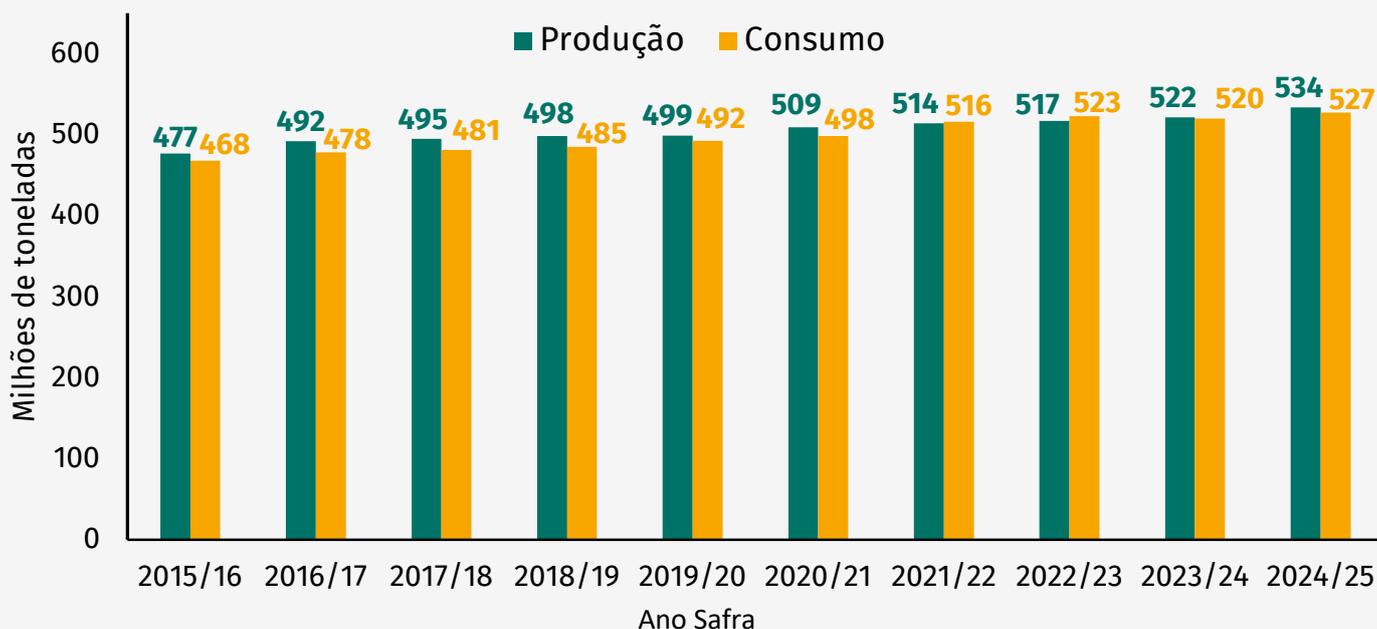
1.4.1 ARROZ

Por Danielle Montiel Guimarães

O comércio internacional de arroz deve se intensificar após o anúncio do fim das políticas de restrição às exportações da Índia⁶, maior exportador global. Esta medida deve estimular ampliação da sua área de arroz para um nível recorde, o que deve refletir em produção também recorde de 145 milhões de toneladas. Além da Índia⁶, a China, maior produtor global, também deve colher um volume maior de arroz em 2025.

Caso as estimativas se confirmem, a produção mundial deve atingir 534 milhões de toneladas em 2025, o que representaria um aumento de 12 milhões de toneladas em relação à safra anterior. O consumo mundial deverá crescer em 7 milhões de toneladas, volume significativo, mas ainda em ritmo menor que a produção. Caso a projeção se confirme, o excedente de produção deve atingir 6,5 milhões de to-

GRÁFICO 12 - COMPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO GLOBAIS DE ARROZ



⁶ A Índia retirou, em 28 de setembro de 2024, as seguintes políticas de restrição de exportação que eram praticadas há mais de um ano: banimento das exportações de arroz tipo não-basmati, removeu a política de preço mínimo de exportação e reduziu para 10% as tarifas das exportações de arroz em casca, marrom e parboilizado. Fonte: Grain: World Markets and Trade/USDA (out/2024).

Fonte: USDA (nov/24)

neladas, mais que o triplo da safra passada e distante das safras 2022 e 2023, quando registramos excedentes de consumo.

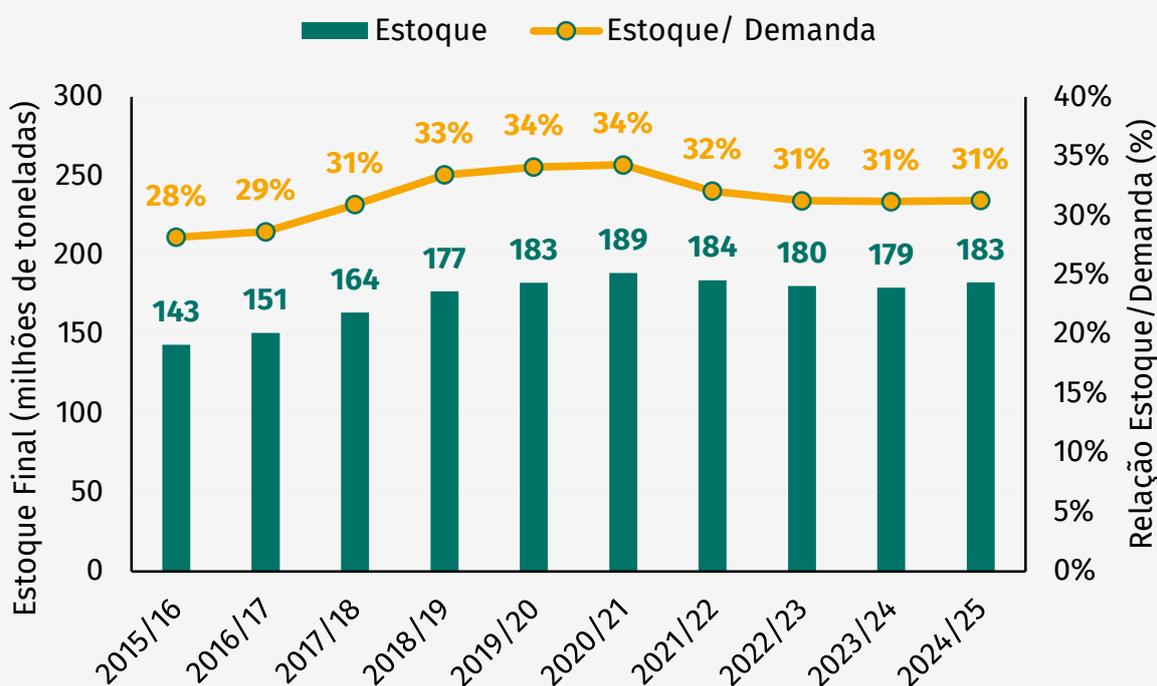
Diante desse cenário de excedente de produção, os estoques finais globais devem atingir 182,6 milhões de toneladas, ou seja, um incremento de aproximadamente 3 milhões em relação a 2024. Entretanto, a expectativa de maior demanda mantém a relação estoque/demanda no patamar de 31% (gráfico a seguir), ou seja, o volume de estoque deve continuar representando cerca de um terço da demanda global. Apesar da estabilidade estimada para a relação estoque/demanda, o preço do arroz na Bolsa de Chicago registrou média de US\$ 15,53/Cwt (até novembro), 9,7% superiores ao mesmo período do ano passado. Além disso, no momento que o relatório é escrito, o preço futuro do arroz com vencimento em novembro de 2025 é negociado na Bolsa de Chicago em US\$14,06/Cwt, indicando espaço para a queda dos preços no mercado internacional.

Neste ano, o mercado brasileiro foi marcado por turbulências, e não aquelas causadas pelo mer-

cado, e sim pela tentativa de influência do governo. Usando como desculpa as enchentes do Rio Grande do Sul, o Governo Federal anunciou a realização de leilões para a compra de arroz importado, com a justificativa de retração da oferta de arroz no Brasil, o que nem o próprio levantamento do Governo (Conab) apontou, o que demonstra que a intenção do Governo jamais foi outra que não intervir no mercado de arroz. Este cenário certamente iria prejudicar o produtor gaúcho no seu momento mais fragilizado colocando arroz dos nossos competidores no mercado interno e pressionando os preços recebidos pelos produtores. Entretanto, apesar de muito trabalho das entidades que representam o setor produtivo gaúcho, estas medidas somente foram abandonadas quando o próprio governo admitiu irregularidades nos leilões.

Assim como a safra 2024, ao que tudo indica até então, a safra 2025 também não deve enfrentar problemas de abastecimento interno. O USDA estima que haverá uma ampliação de 4% da produção de arroz no Brasil, chegando a 11 milhões de toneladas de arroz (base cas-

GRÁFICO 13 - ESTOQUES FINAIS E A RELAÇÃO ESTOQUE/DEMANDA DE ARROZ NO MUNDO



Fonte: USDA (nov/24)

ca). Esse aumento da produção deve se somar aos estoques da safra passada e resultar numa oferta nacional 200 mil toneladas maior que o ano passado. Por outro lado, com o aumento das exportações a demanda pelo arroz brasileiro deve ampliar, mas em menor magnitude que a produção (100 mil toneladas), resultando em estoques finais 14% superiores. A relação estoque/demanda deve atingir 10% ante os 9% registrados no ano anterior, o que significa que os estoques devem crescer mais que a capacidade de absorção. Apesar do aumento na relação estoque/consumo, ainda assim o resultado deve ser muito semelhante ao registrado na safra 2021/22, quando o preço médio da saca no Estado do RS foi R\$ 72,79/50 kg.

Essas estimativas do USDA, entretanto, estão sustentadas na manutenção da área plantada, o que não deve se concretizar, pois o IRGA já estima um aumento de 5,3% da área plantada no Rio Grande do Sul, que é responsável por 70% da produção brasileira. Portanto, acreditamos

que o aumento da produção nacional poderá ser ainda maior que o estimado pelo USDA, aumentando a oferta em ritmo ainda mais acelerado que a demanda e abrindo mais espaço para a queda do preço.

Atualmente, nossos preços internos estão superiores aos que registramos no passado, quando a relação entre estoque e demanda era muito semelhante à que se espera para 2025. Além disso, o arroz brasileiro está perdendo competitividade no mercado externo e o resultado é o saldo negativo da balança comercial entre janeiro e outubro deste ano. O cenário pode se agravar com a chegada da safra dos Estados Unidos, principal concorrente do Brasil no mercado de arroz, que vem colhendo uma safra com desempenho superior à média dos últimos anos. Caso ocorra aumento da área plantada no Brasil, a pressão sobre os preços poderá aumentar, dependendo das condições climáticas e da capacidade do país em reverter o atual déficit comercial.

GRÁFICO 14 - PREÇO DO ARROZ NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: Cepea

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

1.4.2 MILHO

Por Danielle Montiel Guimarães

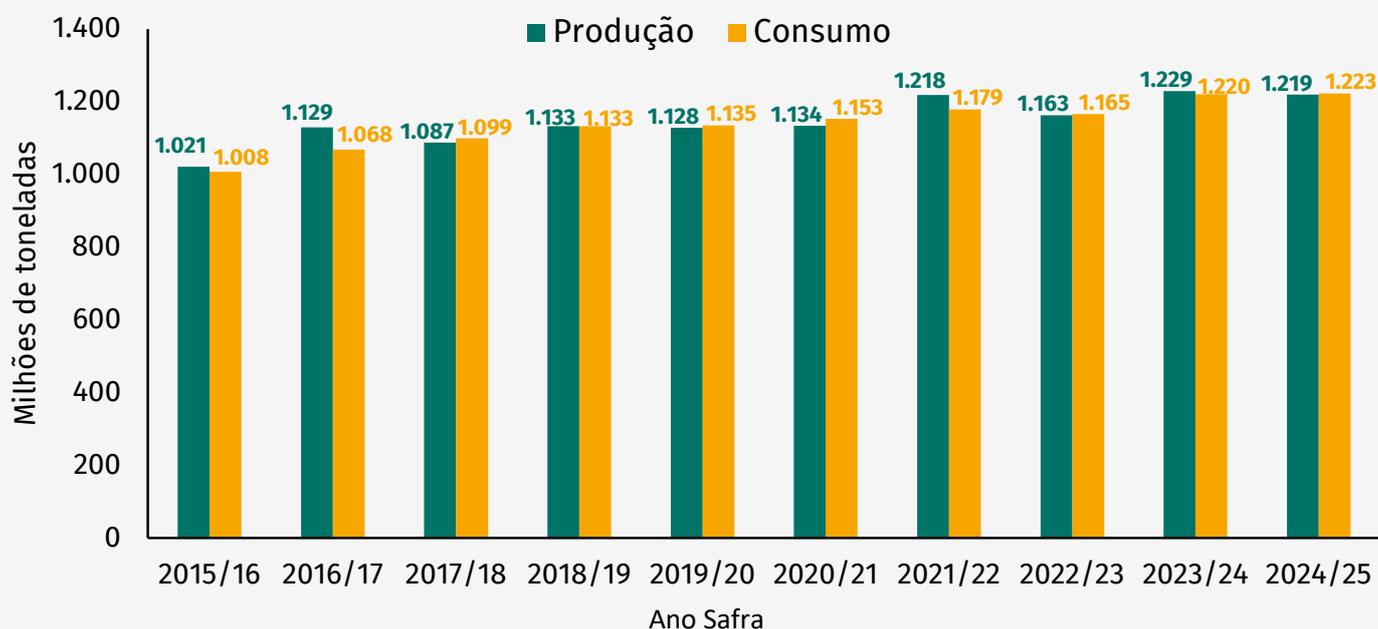
Apesar da estimativa de rendimento médio recorde, a queda de 1,5 milhão de hectares da área colhida nos Estados Unidos deve refletir na retração da sua produção na safra 2024/25. O país representa cerca de um terço da oferta global de milho e deve ser o principal vetor para a queda de 9,7 milhões de toneladas esperada na produção de milho a nível global. Menores produções também são estimadas na Ucrânia e na União Europeia, onde as colheitas (em andamento) têm registrado rendimentos médios inferiores à safra passada.

Por outro lado, as maiores demandas, especial-

mente na China e Índia devem refletir em um consumo mundial 3 milhões de toneladas superior em 2025. Caso as projeções se confirmem, a estimativa é de que o consumo global supere a produção em 3,7 milhões de toneladas.

Diante deste cenário, será necessário recorrer aos estoques para abastecer o mercado. O USDA estima uma retração de 10 milhões de toneladas nos estoques mundiais, que deve ocorrer especialmente na China, que detém os maiores estoques globais, e no Brasil. Entretanto, no momento que este relatório é escrito, os Estados

GRÁFICO 15 - COMPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO GLOBAIS DE MILHO



Fonte: USDA (nov/24)

Unidos estão em plena colheita e os preços na Bolsa de Chicago refletem a entrada dessa safra, que, apesar de menor, ainda registra níveis historicamente elevados e rendimento recorde.

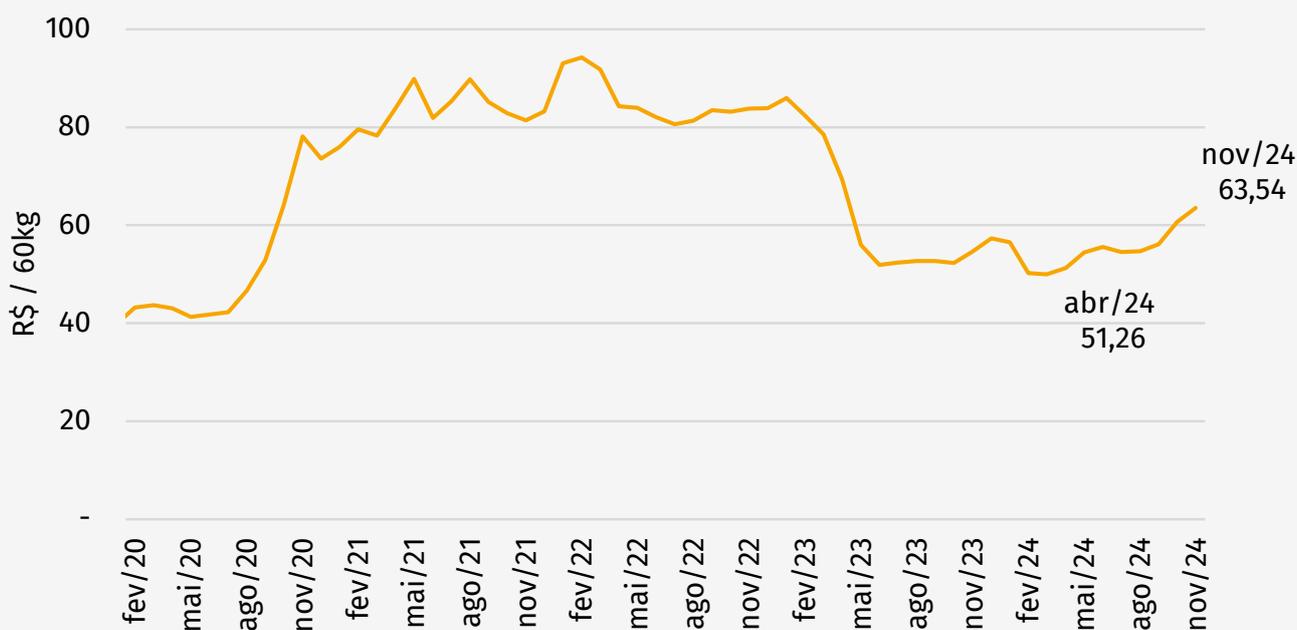
A partir do primeiro trimestre de 2025, o mercado começará a precificar a safra de milho do hemisfério sul. No Brasil, apesar da estimativa de aumento da produção brasileira (atingindo 127 milhões de toneladas), a expansão da demanda, especialmente das exportações, deve tornar necessário recorrer aos estoques para garantir o abastecimento. Assim, os estoques finais de milho no Brasil atingiriam um nível mínimo histórico de 2,8 milhões de toneladas, menos da metade dos estoques finais da safra anterior.

Como consequência, a relação estoque/demanda deve reduzir de 5% em 2023/24 para 2% em 2024/25, indicando que o país terá em estoque o equivalente a 2% da demanda total. Esse cenário já influencia os preços domésticos, que vêm reagindo desde a divulgação das primeiras projeções do USDA para a safra

2024/25. Em abril deste ano o preço da saca de milho em Passo Fundo/RS registrou uma média de R\$ 51,26/60 kg; em novembro deste ano, momento em que o relatório é escrito, o preço atingiu média de R\$ 63,54/60 kg, ou seja, um avanço de 23%, conforme ilustra o gráfico a seguir. Caso as estimativas de retração de estoques para atender uma demanda aquecida se concretizem, abre-se espaço para uma melhora dos preços no mercado interno, em especial depois que o mercado internacional absorver os altos estoques dos Estados Unidos.

É importante lembrar que para que esta expectativa se confirme é necessário que o Brasil consiga atingir este patamar de exportações de milho projetado pelo USDA, uma vez que estas representam cerca de 40% da produção doméstica. Além disso, historicamente disputamos a posição de segundo maior exportador de milho com a Argentina e os nossos vizinhos devem colher boa safra e também ampliar significativamente suas exportações.

GRÁFICO 16 - PREÇO DO MILHO EM PASSO FUNDO



Fonte: Cepea

14

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

1.4.3 SOJA

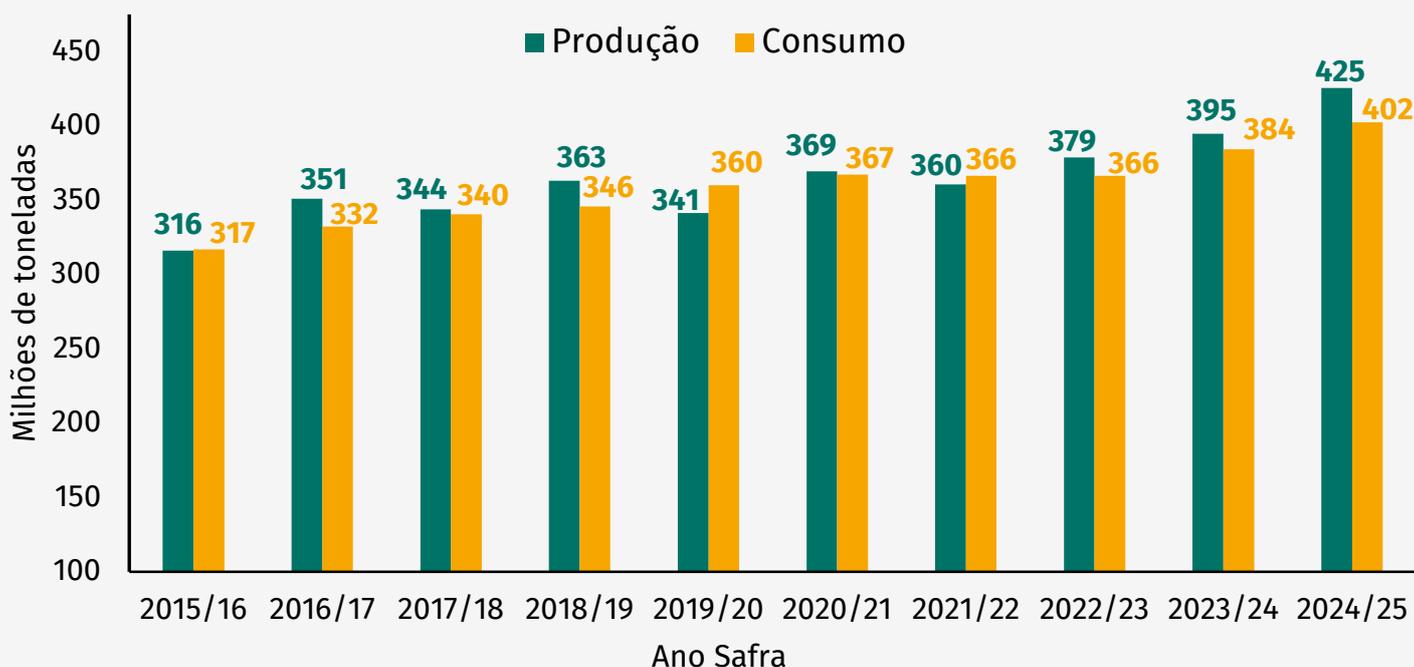
Por Danielle Montiel Guimarães

A velocidade em que a produção global de soja vem crescendo, especialmente nos últimos três anos, não está sendo acompanhada pelo consumo, resultando em acúmulos cada vez maiores de estoques finais.

Em 2023 e 2024, a produção superou o consumo em 12 e 11 milhões de toneladas, respec-

tivamente. Em 2025 este excedente deve atingir 23 milhões de toneladas. Cabe atentar ao leitor que o cenário deste triênio – 2023, 2024 e 2025 - é totalmente diferente do que observamos nos três anos anteriores, quando as relações entre produção e consumo eram mais justas, inclusive com excedente de consumo, conforme ilustra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 17 - COMPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO GLOBAIS DE SOJA



Fonte: USDA (nov/24)

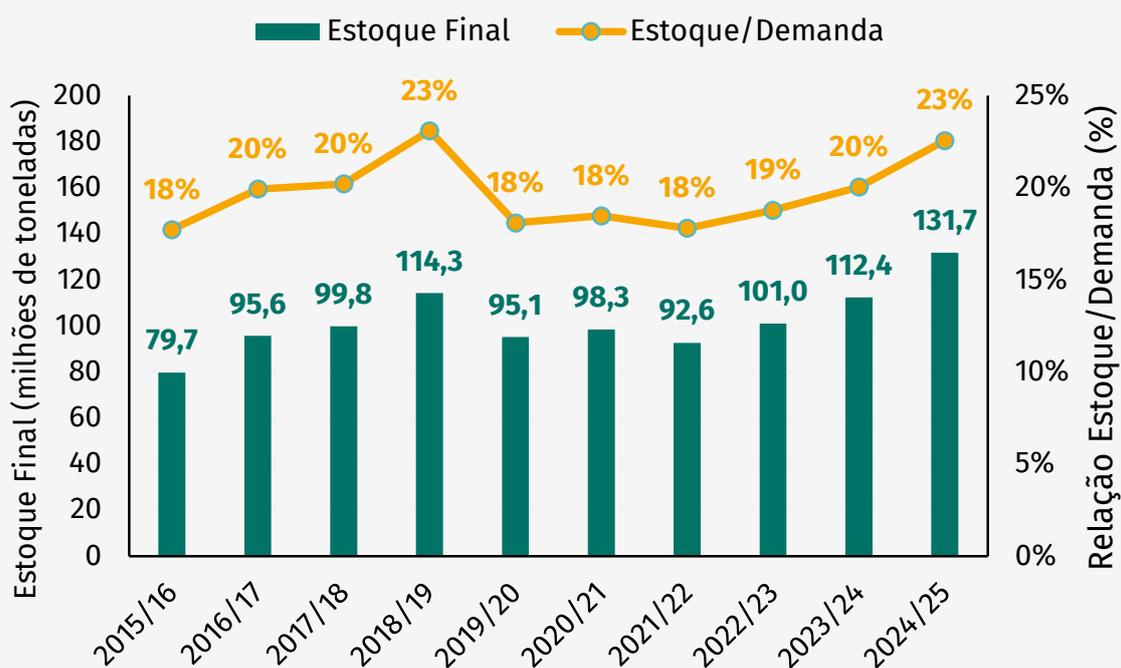
O Brasil tem contribuído muito para o cenário de maior oferta global, se destacando desde 2020 como o maior produtor mundial de soja. De 2023 a 2025 adicionamos quase 39 milhões de toneladas de soja no mercado, o que nos torna responsáveis por 59% do aumento da produção global neste período. Para que se tenha uma métrica de comparação do tamanho do impacto que o Brasil causou no mercado: o Brasil colocou quase *uma Argentina a mais*⁷ no mercado global de soja.

Como mencionado anteriormente, um dos reflexos do triênio de produção superior ao consumo foi o aumento dos estoques finais globais, que devem chegar a 131,7 milhões de toneladas em 2025. E, mais uma vez, o Brasil deve ser o maior responsável por este aumento, com estimativa de ampliação de 5,6 milhões de toneladas de seus estoques internos, ou seja, responsável por quase um terço do aumento dos estoques globais. Apesar do aumento dos estoques brasileiros ser quase o dobro do aumento esperado para os estoques chineses de soja, o país asiá-

tico segue sendo o detentor dos maiores estoques globais, o que é comum em um país importador. Mas, não podemos esquecer que em 2023 o Brasil chegou a ultrapassar a China com um estoque de 37 milhões de toneladas.

O acúmulo dos estoques a nível global está acontecendo em ritmo mais acelerado do que a capacidade de absorção do mercado, o que fica ainda mais evidente quando observamos o crescimento linear, desde 2022, da relação estoque/demanda mundial de soja (gráfico a seguir). Em 2025, esta relação deve atingir 23%, o que significa que a capacidade de absorção do consumo é de aproximadamente um terço do que se tem em estoque, o mesmo patamar de 2019, quando o preço do bushel atingiu uma mínima de US\$6,39 na Bolsa de Chicago. Desde que as primeiras projeções do USDA para a safra 2025 foram divulgadas, o preço do bushel de soja foi de US\$11,51 em abril (média do mês anterior à divulgação das projeções) e chegou a bater a mínima de US\$9,60 em agosto deste ano, uma desvalorização de 16,6%.

GRÁFICO 18 - ESTOQUES FINAIS E A RELAÇÃO ESTOQUE/DEMANDA DE SOJA NO MUNDO



Fonte: USDA (nov/24)

⁷ O Brasil ampliou a produção em 39 milhões de toneladas nos três anos (2023, 2024 e 2025). A Argentina produziu, no mesmo período, uma média 40 milhões de toneladas.

Como dito anteriormente, o maior aumento de estoques em 2025 deve ocorrer no Brasil. Isto porque a produção deve se somar aos estoques da safra anterior e refletir em uma oferta interna de 197 milhões de toneladas em 2025, 6,4 milhões de toneladas superior ao ano anterior; enquanto a demanda, tanto externa quanto interna, deve se manter praticamente inalterada em torno de 163 milhões de toneladas, aumento de apenas 880 mil toneladas no mesmo período. A relação estoque/demanda do Brasil vem piorando: os estoques representavam 17% da demanda total em 2024 e devem passar a 20% em 2025.

Em resumo, nem o cenário externo nem o cenário interno são favoráveis aos preços da soja até o primeiro semestre de 2025 (depois o mercado passa a ser balizado pela safra 2026). E ainda, se soma a isso a expectativa cambial para os próximos meses, que irá depender do esforço do Banco Central em manter o poder de compra da moeda, do esforço fiscal do Governo e da expectativa dos investidores em relação ao mercado brasileiro. Por esta razão, a nossa recomendação é de que os produtores busquem travar os preços, porque o que se desenha até aqui não é favorável - a não ser que tenhamos alguma frustração de safra, e não torcemos para isso.

A nossa recomendação é de que os produtores busquem travar os preços, porque o que se desenha até aqui não é favorável

GRÁFICO 19 - PREÇO MENSAL DA SOJA EM PASSO FUNDO/RS



Fonte: Broadcast

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

1.4.4 TRIGO

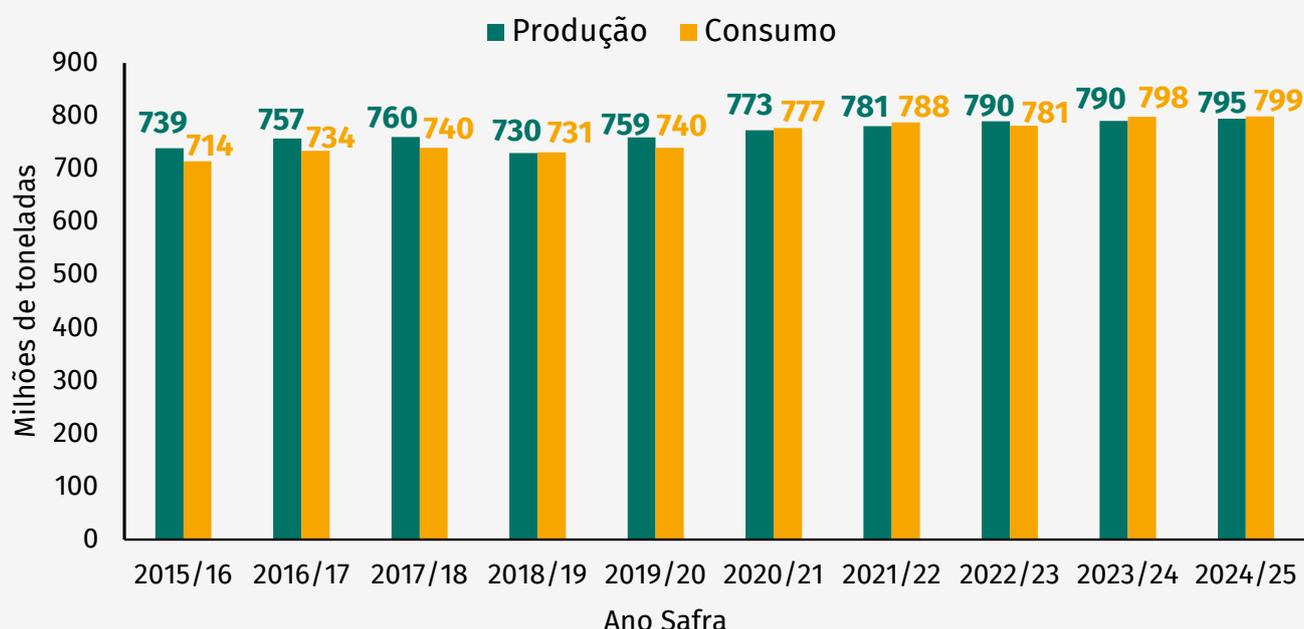
Por Danielle Montiel Guimarães

Os elevados preços internacionais do trigo reduziram sua competitividade em relação a substitutos na produção de ração, especialmente milho e cevada. Por este motivo, projeta-se que o consumo de trigo para ração em 2024/25 tenha uma retração significativa, estimada em 5,7 milhões de toneladas em comparação com a safra passada. Porém, essa queda deve ser mais que compensada pelo aumento esperado no consumo com destino industrial, que deve ampliar em 6,2 milhões de toneladas, resultando num consumo total de trigo maior em 500 mil de toneladas no mesmo período. O crescimento da demanda industrial

deve ocorrer especialmente na China e Índia, reflexo dos aumentos populacionais e das maiores ofertas do grão nestes países.

A produção mundial de trigo, por outro lado, deve aumentar em um ritmo mais acelerado de 4 milhões de toneladas, com destaque para China e Índia, onde ampliação de área e os bons rendimentos impulsionaram a produção. Na contramão, a produção russa foi menor com piora do clima depois de duas boas safras e a produção da União Europeia, onde o clima não ajudou algumas importantes regiões produtoras como a França.

GRÁFICO 20 - COMPARAÇÃO ENTRE PRODUÇÃO E CONSUMO GLOBAIS DE TRIGO



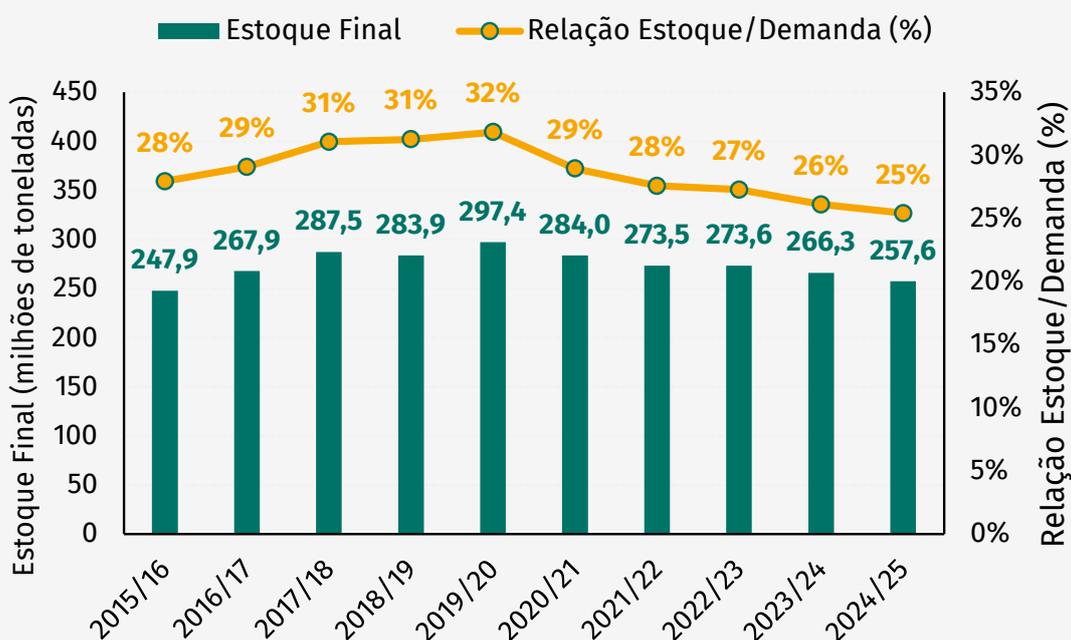
Apesar do aumento significativo esperado para a produção global em 2025, novamente deverá ser formado um excedente de consumo de 4 milhões de toneladas sobre a produção, o que exigirá o uso dos estoques para atender à demanda. Este cenário, caso se confirme, refletiria em uma queda de 8,7 milhões de toneladas dos estoques globais atingindo o menor estoque desde 2016. Os maiores declínios de estoque devem ocorrer nos países exportadores que colheram menores volumes nesta safra, como Rússia e União Europeia.

A relação estoque/demanda global do trigo deve ser de 25% em 2024/25, indicando que os estoques representam cerca de um quarto da demanda global de trigo. O declínio em relação à safra anterior evidencia que a demanda está crescendo em ritmo mais acelerado que a reposição dos estoques, o que levaria a esperar um cenário favorável para os preços no mercado internacional. No entanto, o preço do trigo na Bolsa de Chicago chegou a um pico de US\$ 15,31/bushel em maio de 2022 com a invasão russa à Ucrânia e, desde então, vem desacelerando e não parece reagir às estimativas de menores estoques. Isso ocor-

re porque (1) a safra do hemisfério sul está ampliando a disponibilidade de trigo no mercado, com boas expectativas de safra para Austrália, Argentina e Brasil, (2) o consumo deve crescer em menor velocidade, com o trigo sendo substituído por grãos mais competitivos na produção de ração animal. Além disso, a Índia baniu as exportações de trigo desde maio de 2022, o que traz um sinal de alerta para o mercado pois o país já retirou algumas das restrições para o mercado de arroz e fazer o mesmo para o trigo pressionaria ainda mais os preços.

No Brasil, a área plantada de trigo para a safra 2024/25 retraiu 12%, segundo o IBGE. Essa redução é atribuída principalmente a dois fatores: (1) as intensas chuvas no Paraná e no Rio Grande do Sul, responsáveis por 80% da produção de trigo do país, resultaram na perda da janela ideal de plantio e, conseqüentemente, muitos produtores optaram por reduzir a área para mitigar os riscos de cultivar fora desse período; (2) o baixo preço do trigo no período que antecedeu a decisão de plantio desestimulou a escolha do grão.

GRÁFICO 21 - ESTOQUES FINAIS E A RELAÇÃO ESTOQUE/DEMANDA DE TRIGO NO MUNDO



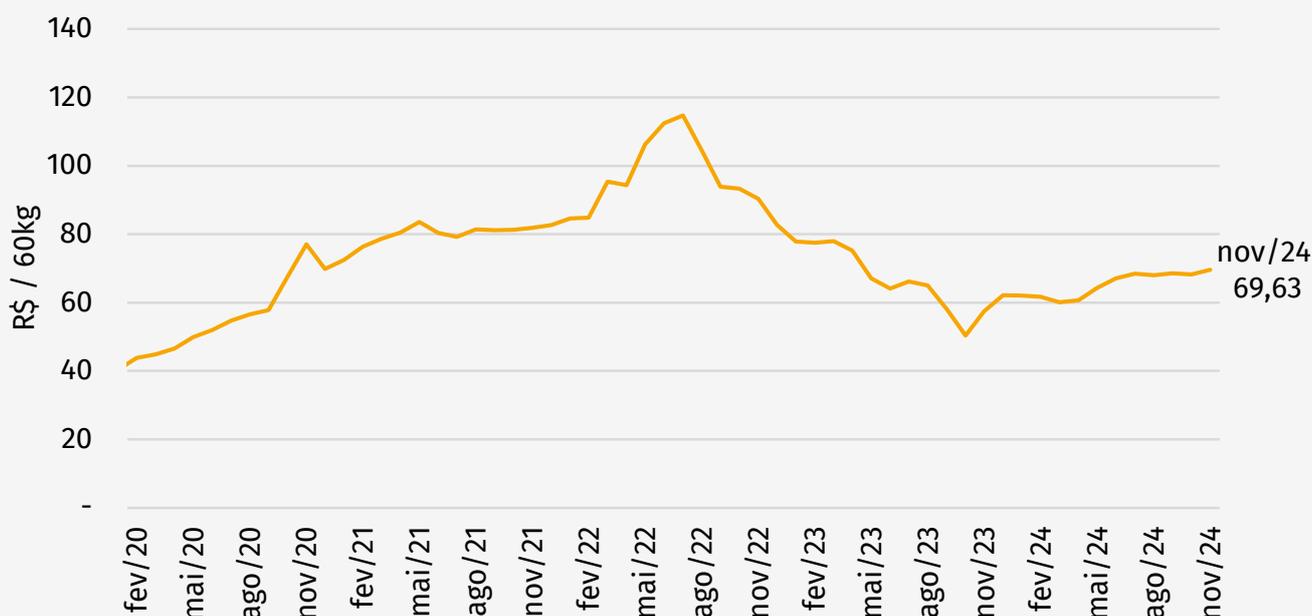
Fonte: USDA (out/24)

Apesar da diminuição da área plantada apontada pelo IBGE, a Farsul estima que o Brasil deve colher um volume de trigo muito semelhante à safra passada podendo ser menor a depender do desempenho da safra no Rio Grande do Sul. No momento que esse relatório é escrito a área colhida no estado ultrapassa 80%, mas vem apresentando rendimentos menores que os previstos no início da colheita. Apesar do reajuste das estimativas, acreditamos em um aumento de cerca de 45% da produção gaúcha, visto que a safra passada fora extremamente prejudicada pelo clima. Por outro lado, de acordo com o IBGE, o Paraná já finalizou sua colheita e registrou produção 35% inferior à safra passada. Dessa forma, estimamos que a produção a nível nacional deve ser muito próxima ao registrado no ano passado.

Do lado da demanda, o USDA estima estabilidade tanto do consumo interno quanto externo. Caso a produção nacional seja a mesma do ano passado, os estoques finais devem se manter nos mesmos patamares da safra passada. Entretanto, a colheita ainda em andamento no Rio Grande do Sul e pode trazer mudanças no sentido de redução da

produção nacional, o que poderia implicar em retração dos estoques e espaço para a valorização dos preços no mercado interno. Cabe ressaltar que os preços no mercado interno vêm refletindo as incertezas em torno dos rendimentos na região sul bem como ao recente anúncio da Conab de compra de até 200 mil toneladas de trigo. Embora esse anúncio possa gerar reação positiva do mercado no curto prazo, políticas de garantia de preço mínimo resultam em distorções de mercado. Essas distorções incluem incentivo à produção acima do equilíbrio e criação de estoques maiores no próximo ciclo, o que não é sustentável no longo prazo pois é bastante custoso para o governo e sociedade pagadora de impostos. Outro impacto dessas políticas é que a elevação do preço interno torna mais atrativa a importação de trigo - especialmente da Argentina, nosso maior fornecedor, que colhe safra mais vasta nesse ano. Além desses fatores, é importante estarmos atentos ao fato de que a existência de estoques públicos de trigo também estabelece um preço teto, pois esses volumes serão vendidos provavelmente quando o preço estiver alto, para controlar o impacto no consumidor final.

GRÁFICO 22 - PREÇO MENSAL DO TRIGO EM PASSO FUNDO/RS



Fonte: Cepea



ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

1.4.5 CARNE BOVINA

Por Danielle Montiel Guimarães

Em 2025, o número abates de gado a nível global deve sofrer uma queda de 1,392 milhão de cabeças, puxada principalmente pelos Estados Unidos, que vem reduzindo abates desde 2022 e devem abater 1,369 milhão de cabeças a menos em 2025 em relação ao ano passado, sendo responsáveis por 98% da queda do número de cabeças abatidas no mundo.

Diante dessa queda esperada para os abates dos Estados Unidos, sua produção de carne bovina deve retrair em quase 4%, apesar do aumento estimado para o rendimento médio, que deve passar de 381,5 kg/cabeça em 2024 para 382,6 kg/cabeça em 2025. Por ser o maior produtor mundial de carne bovina, a queda da produção nos Estados Unidos deve refletir na menor produção a nível global, mesmo com aumentos sendo esperados para Argentina, Índia e Austrália.

No caso da Austrália, espera-se uma produção recorde de 2,6 milhões de toneladas, impulsionada pela maior demanda de importação projetada para os Estados Unidos. Isso deve elevar os abates australianos em 300 mil cabeças, especialmente com maior número de abate de fêmeas e bezerras. Este cenário, apesar de reduzir o rendimento para 295 kg/cabeça em 2025, uma queda de 3 kg/cabeça em relação ao ano passado, deve refletir numa produção 2% maior (equivalente a 60 mil toneladas). Na Argentina, políticas de incentivo à exportação, como a redução de tarifas sobre alguns cortes, devem estimular a demanda externa, ampliando os abates em 2% (equivalente a 300 mil cabeças) e a produção em 2,4% (equivalente a 75 mil de toneladas), mantendo o rendimento em torno de 230 kg/cabeça.

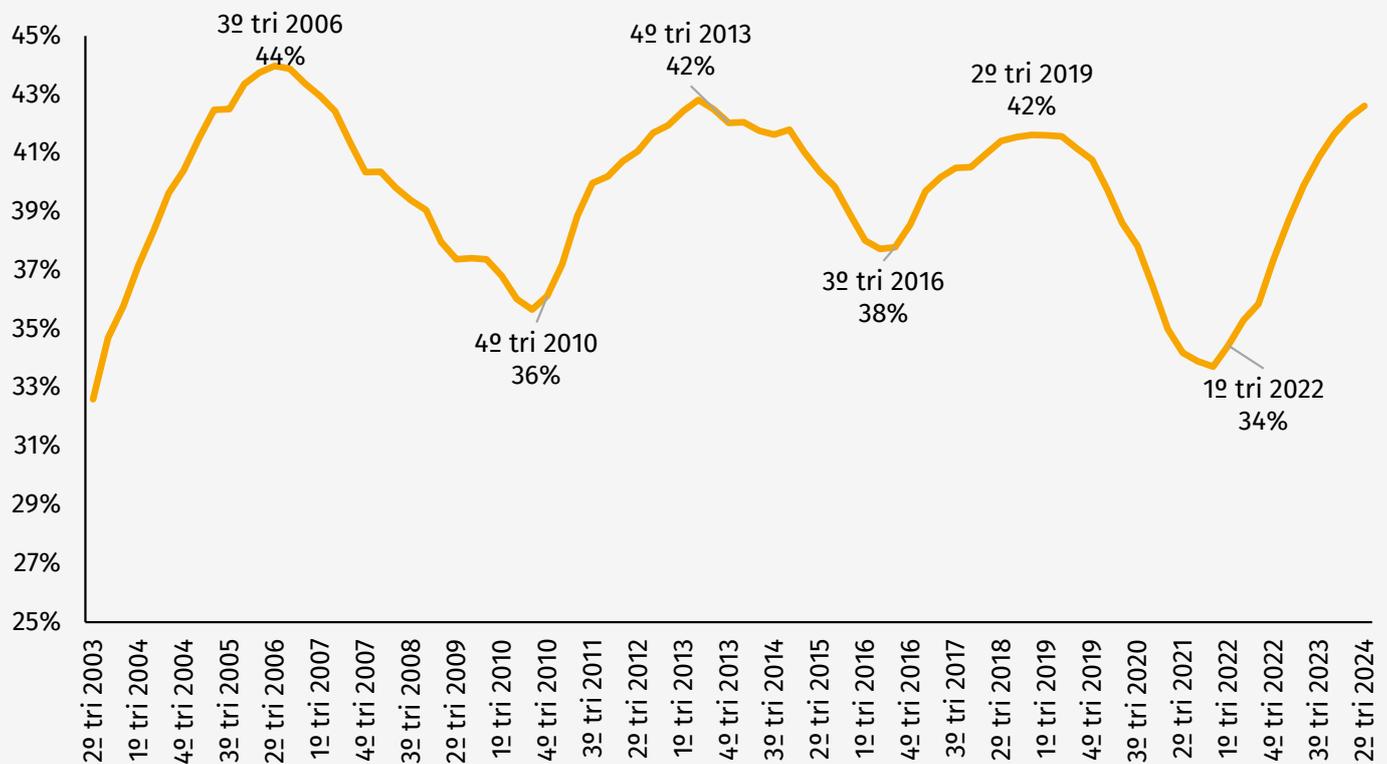
Por ser o maior produtor mundial de carne bovina, a queda da produção nos Estados Unidos deve refletir na menor produção a nível global

As Exportações globais em 2025 devem cair puxadas pelos EUA e União Europeia. Excluindo os Estados Unidos, a expectativa para as exportações mundiais é de crescimento de 1%, com Brasil e Austrália, os dois maiores exportadores, ganhando market-share ao ocupar os mercados deixados pelos norte-americanos e europeus. Mesmo com a retração das exportações, a demanda deve cair em menor proporção que a oferta e reduzir os estoques mundiais em 5,6%, atingindo seu menor nível da história: 469 mil toneladas. Essa situação é impulsionada pelo aumento de consumo esperado na China e Argentina, apesar das quedas estimadas para Estados Unidos e Brasil.

No Brasil, o ciclo da pecuária tem duração média de três anos e apresenta sinais de inversão. Desde o quarto trimestre de 2021 registramos um aumento do percentual de abates de fêmeas,

que subiu de 34% do total abatido para 43% no segundo trimestre de 2024, enquanto os preços médios tiveram uma queda de 21%, indo de R\$20,59/kg carcaça para R\$16,18/kg carcaça. O gráfico a seguir ilustra esse ciclo e permite concluir que provavelmente estaremos perto da inversão desta tendência, ou seja, indica que provavelmente o país passe a reduzir o abate de fêmeas, o que poderia abrir espaço para a elevação dos preços no mercado interno. As projeções do USDA corroboram com essa tendência, indicando que em 2025 o Brasil deva abater 500 mil cabeças a menos, contando especialmente com a retração dos abates de fêmeas. Apesar da estimativa de melhora da produtividade média, essa redução na quantidade de animais abatidos deve resultar numa produção de 11,75 milhões de toneladas, equivalente a uma queda de 100 mil toneladas em relação a 2024.

GRÁFICO 23 - CICLO DA PECUÁRIA: PERCENTUAL DE ABATES DE FÊMEAS NO BRASIL

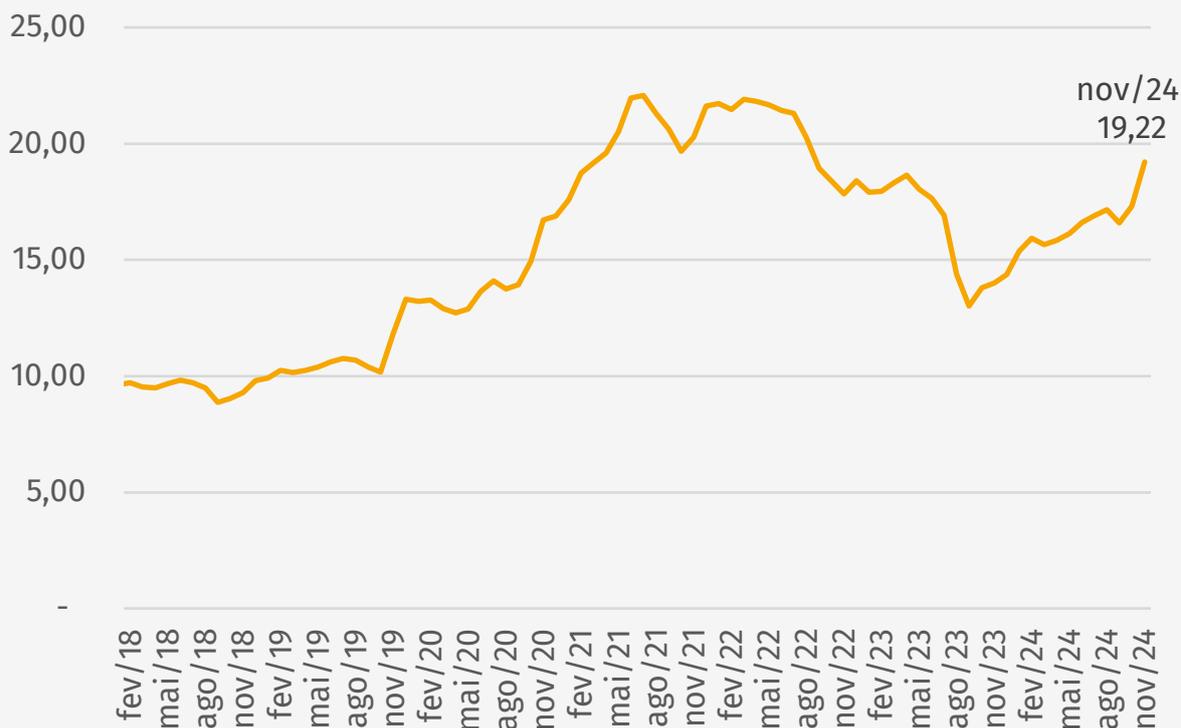


Fonte: Assessoria Econômica / Sistema Farsul, a partir de IBGE/Abates

Outro fator que aponta para uma melhor nos preços é o aumento projetado para as exportações brasileiras que, de acordo com o USDA, devem alcançar 3,57 milhões de toneladas em 2024, um aumento de 23% sobre o ano anterior, com projeção de novo recorde de 3,60 milhões de toneladas em 2025. Este cenário

positivo já se reflete nos preços atuais que, em novembro de 2024⁸, registram média de R\$ 19,22/kg carcaça no mercado físico do Rio Grande do Sul, e nos preços futuros que, atualmente, registram R\$ 322,35/@ (R\$21,92/ kg carcaça) na BM&F, com vencimento para outubro de 2025.

GRÁFICO 24 - PREÇO DO BOI GORDO NO RIO GRANDE DO SUL, EM R\$/KG CARCAÇA



Fonte: Cepea/Esalq

⁸ Média até 18 de novembro de 2024.



1.4

ANÁLISE E PERSPECTIVAS DA AGROPECUÁRIA MUNDIAL E BRASILEIRA

1.4.6 LEITE

Por Danielle Montiel Guimarães

A produção mundial de leite deverá crescer 0,5% em 2024, o que representa um aumento de 3,64 milhões de toneladas em relação ao ano anterior. O maior crescimento é esperado na Índia (+1,5%), seguida pela China, cuja produção deve subir 1,1%, ambos impulsionados pelo aumento do consumo. Em contrapartida, a Argentina deve ter a queda mais acentuada na produção (-7,4%). Essa previsão, entretanto, poderá ser revista na próxima divulgação do USDA, pois, embora estivesse relacionada à alta inflação e ao desestímulo às exportações, a inflação desacelerou no país e, em agosto deste ano, o governo argentino suspendeu as tarifas sobre as exportações de leite. Apesar da mudança de cenário na Argentina, é provável que a produção de 2024 ainda assim seja menor que o volume do ano passado, como resposta do fim da Operação Tambero. Esses movimentos refletem uma tendência

de expansão do consumo global de leite, que deve crescer especialmente na Índia e na China.

O Brasil deve apresentar o segundo maior incremento no consumo, com 514 mil toneladas a mais que em 2023. Essa projeção de aumento esperado para o Brasil estava sustentada no crescimento econômico registrado no primeiro e segundo trimestres deste ano. No entanto, a inflação acumulada de leite e derivados até outubro registrou 11,58% e pode frustrar essa expectativa de ampliação no consumo.

Em 2023, o Brasil atingiu um recorde de importação de leite, com a compra de 199 mil toneladas de leite em pó, um aumento de 87% em relação a 2022. Os preços do leite caíram, especialmente a partir de junho, e o preço médio em 2023 foi de R\$ 2,27, 3% menor que no ano anterior, com uma mínima de R\$ 1,92/litro em dezembro.

A produção mundial de leite deverá crescer 0,5% em 2024, o que representa um aumento de 3,64 milhões de toneladas

Em resposta a essa alta nas importações e à pressão sobre o setor produtivo, o governo brasileiro autorizou um decreto que permitiu que empresas participantes do programa “Mais Leite Saudável” aproveitassem até 50% do crédito presumido de PIS e Cofins ao comprarem leite in natura de produtores brasileiros. A taxaço das importações foi descartada, sob o argumento de evitar retaliações que prejudicariam as exportações do país. Alguns estados também tomaram medidas para priorizar o leite nacional: o Rio Grande do Sul passou a proibir benefícios fiscais para empresas que utilizam leite ou queijo importados⁹, enquanto Mato Grosso sancionou uma lei que retira incentivos fiscais para importadoras de leite¹⁰. No Paraná, o ICMS para leite em pó e muçarela importados passou de isento para 7%¹¹.

Apesar do recorde de importação em 2023, a produção de leite não foi tão impactada, já que a queda nos custos manteve as margens

de produção favoráveis, especialmente no primeiro trimestre. No entanto, a relação de troca entre leite e milho piorou em agosto devido ao aumento do preço do milho: foram necessários 21,6 litros de leite para adquirir uma saca de milho, contra 21,02 litros em julho (embora ainda inferior aos 26,6 litros de setembro de 2022, segundo o CEPEA).

No primeiro trimestre de 2024, a produção de leite adquirida pelas indústrias foi de 6,2 bilhões de litros, 3,5% acima do mesmo período de 2023, sustentada pelo aumento das margens de produção. No segundo trimestre, a produção caiu para 5,8 bilhões de litros, uma redução de 6% em relação ao trimestre anterior, mas ainda 0,76% superior ao mesmo período do ano passado. No acumulado do semestre, a produção brasileira foi de 11,8 bilhões de litros em 2023, subindo para 12,05 bilhões de litros em 2024, um aumento de 2%, indicando uma desaceleração na expectativa de oferta.

GRÁFICO 25 - QUANTIDADE DE LEITE CRU ADQUIRIDO, EM BILHÕES DE LITROS



* Projetado pela Assessoria Econômica do Sistema Farsul

Fonte: IBGE/Pesquisa Trimestral do Leite

⁹ Decreto nº 57.571/2024 – Estado do Rio Grande do Sul

¹⁰ Lei Nº 12.483/2024 – Estado do Mato Grosso

¹¹ Decreto 5.396/2024 – Estado do Paraná

A oferta no mercado interno foi pressionada pela queda nas importações (5% entre janeiro e novembro em comparação ao ano anterior) e pela desaceleração na produção no segundo trimestre, resultando em uma valorização dos preços de 24,7% entre janeiro e outubro deste ano. A produção no segundo semestre deve desacelerar ou até diminuir em relação ao mesmo período do ano passado, devido ao aumento de 30% no preço do milho entre julho e novembro, que é um componente essencial no custo de produção do leite.

Além disso, surgem incertezas quanto aos cus-

tos de produção: em setembro, a relação de troca entre leite e milho subiu para 21,84 litros por saca, embora ainda abaixo dos 26,63 litros de setembro de 2023. A suspensão das tarifas de exportação de leite pelo governo argentino em agosto também adiciona um fator de pressão para os preços internos, considerando que cerca de metade das importações brasileiras de leite vêm da Argentina. Estes fatores podem desestimular a produção e consequentemente valorizar o preço, mas o custo parece crescer em velocidade mais rápida, o que pode encolher as margens do produtor no decorrer deste ano.

GRÁFICO 26 - PREÇO DO LEITE NO RIO GRANDE DO SUL, R\$/LITRO



Fonte: EMATER



2.0 **CONJUNTURA** **2024-25**

Nessa seção a Assessoria Econômica do Sistema Farsul oferece seu entendimento sobre a conjuntura econômica do Brasil e do Estado do Rio Grande do Sul, através de dados e informações que coloquem o próximo ano em perspectiva.

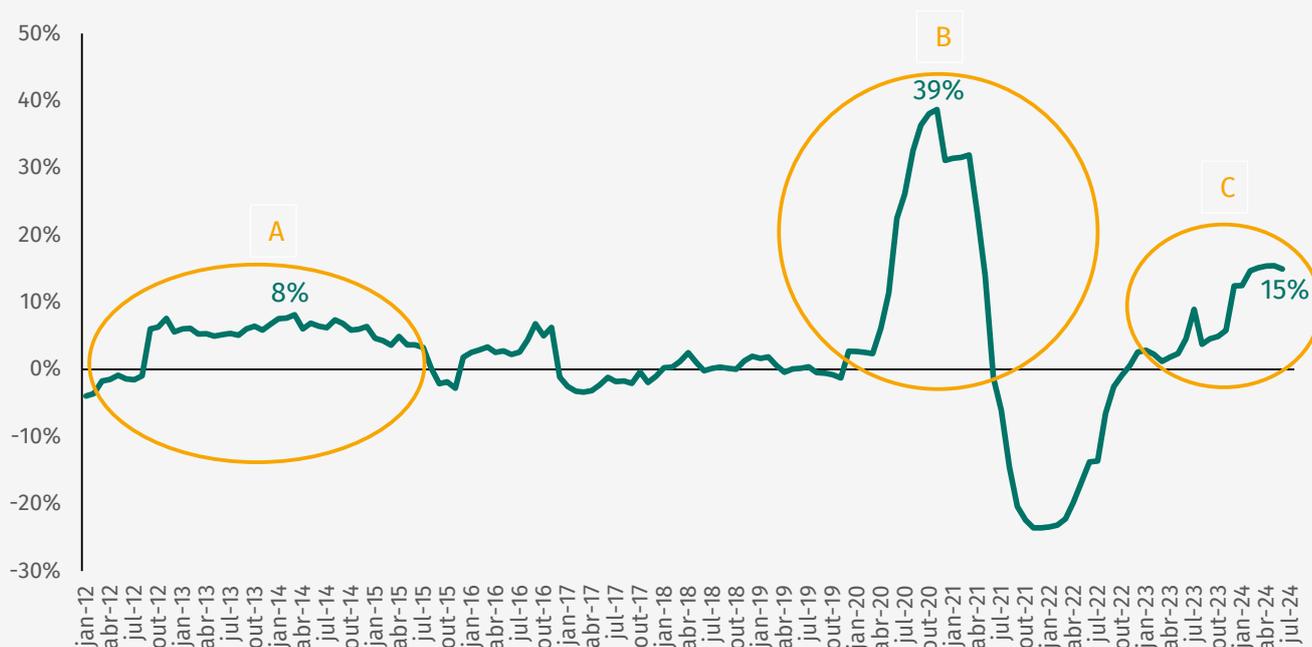
2.1 Economia Brasileira

No nosso relatório do ano anterior alertamos a sociedade para a perspectiva de piora dos dados fiscais e os potenciais desdobramentos que poderiam ocorrer no conjunto da economia, sobretudo seus impactos monetários. Por conta de nossa preocupação decorrer desde o ano passado e pela persistente e crescente preocupação dos agentes econômicos neste momento em que escrevemos esse relatório, vamos começar por esse ponto.

O gráfico a seguir trata da evolução das despesas totais do governo federal onde destacamos três períodos (A, B e C). Em “A” tivemos o trecho que

antecedeu a crise econômica de 2015-16, onde experimentamos a maior recessão da história de nossa economia. Como pode ser observado, havia um permanente crescimento real da despesa total acumulada em doze meses em A, o que foi abruptamente cortado justamente pela insustentabilidade desta política fiscal. Já em “B” temos o período da pandemia de Covid-19, onde governos do mundo inteiro administraram elevadas doses de gastos públicos como medida anticíclica e, no Brasil não foi diferente, assim como também não é diferente ou coincidente que até hoje estes países ainda estejam combatendo a inflação decorrente destes impulsos.

GRÁFICO 27 - EVOLUÇÃO REAL¹² DAS DESPESAS DO GOVERNO CENTRAL (ACUMULADO EM 12 MESES)



¹² Corrigido pelo IPCA (set/24)

Fonte: STN

Já em “C” temos o período recente cujos dados estão acumulados até setembro de 2024. Embora não se observe, pelo menos por enquanto, a longevidade da curva de crescimento real da despesa, já é possível notar que a inclinação deste é maior do que no período antecedente da crise fiscal brasileira, o que

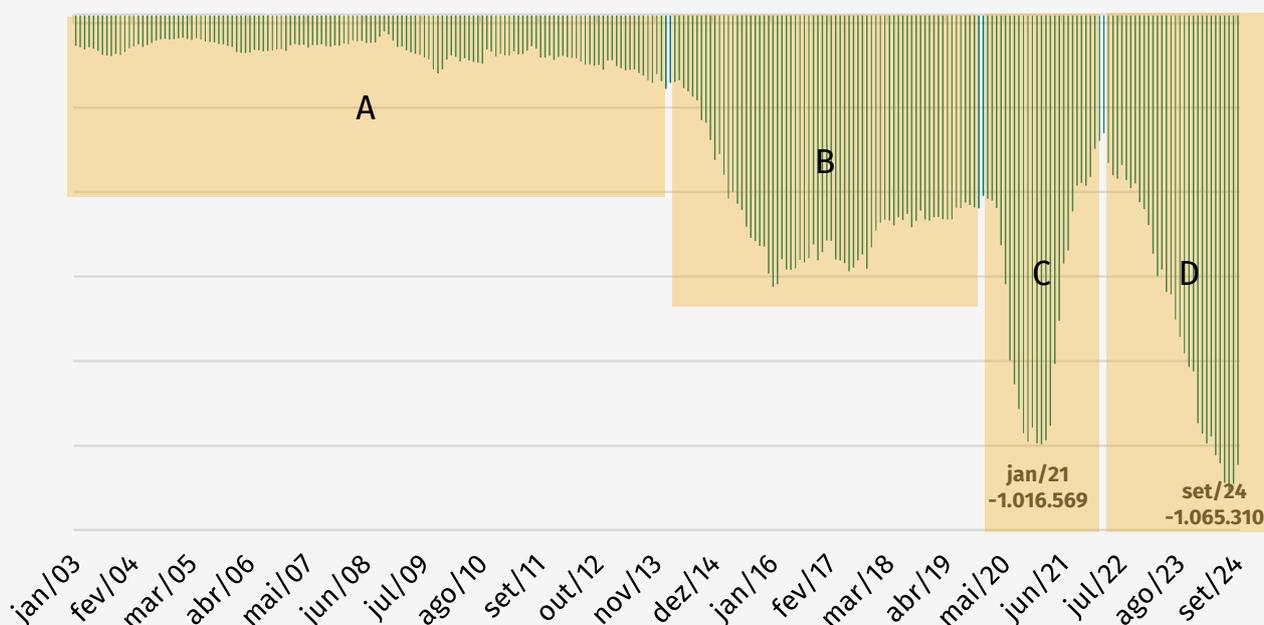
tem trazido grandes preocupações para os economistas.

Sem a pretensão de antever os próximos acontecimentos, mas trabalhando exclusivamente com os dados passados e atuais, o que colecionamos como consequência destes impulsos fiscais são:

- Crescimento acima das expectativas, ainda que artificial;
- Hiato do produto positivo;
- Mercado de trabalho excessivamente apertado, com ganhos reais acima da produtividade;
- Resultados nominal e primário deficitários;
- Inflação elevada e desancoragem das expectativas;
- Elevação da relação Dívida/PIB bruta e líquida;
- Elevação dos prêmios de risco, tanto dos títulos públicos quanto privados;
- Elevação da Taxa de Juros (Selic);
- Recessão econômica;
- Necessidade de cortes de gastos que precarizam o serviço público custeado pela sociedade;

No gráfico a seguir apresentamos o Resultado Nominal, onde também destacamos alguns períodos.

GRÁFICO 28 - RESULTADO NOMINAL¹³ - FLUXO ACUMULADO EM 12 MESES (R\$ MILHÕES)



Fonte: Banco Central do Brasil

¹³ Sem desvalorização cambial

Em “A” tínhamos um déficit nominal controlado por políticas fiscais austeras, onde apesar do resultado nominal negativo, o resultado primário (que não considera os juros) era positivo, ou seja, havia superávit primário para encaixar a maior parte dos juros da rolagem e o resíduo era facilmente coberto pelo crescimento econômico, que gerava uma Dívida/PIB estável ou até mesmo decrescente em alguns períodos, como veremos adiante.

Já o período “B” foi marcado por fortes déficits nominais quando foi implementado no Brasil um arcabouço de medidas econômicas que fora chamado de “Nova Matriz Econômica”, onde se acreditava que o gasto público seria o indutor do crescimento econômico e, conseqüentemente, ajustaria o fiscal no médio prazo, através da maior receita. As boas práticas econômicas mostram que se trata de um pressuposto equivocado e os resultados falam por si mesmos: foram gerados fortes déficits, endividamento, inflação, juros altos e a maior recessão econômica da história brasileira.

A zona “C” se refere ao período da pandemia de Covid-19, onde a maior parte das economias do mundo fizeram fortes expansões monetárias - através de taxas de juros muito baixas - e fiscais - através de forte endividamento -, de modo a manter minimamente o tecido econômico vivo até ocorrer a reabertura total. Não há dúvidas que as medidas foram acertadas para resolver os problemas do momento, mas também o resultado dos desequilíbrios fiscais no médio

e longo prazo eram bastante previsíveis: inflação elevada, juros altos, prêmios de risco nas alturas e instabilidade macroeconômica geral.

O período em “D” é o contemporâneo, onde há forte e aguda expansão fiscal, maior do que o ocorrido na própria pandemia, mas sem ter um problema daquela magnitude para equacionar. Sendo assim, o que devemos esperar como consequência dessa má gestão fiscal: inflação elevada, expectativas desancoradas, prêmio de risco nas alturas, Taxa Selic elevada e, no melhor dos cenários, baixo crescimento por longo período, pois o pior cenário é voltarmos a ter trimestres com PIB negativos em caso de o governo não fazer ajustes necessários.

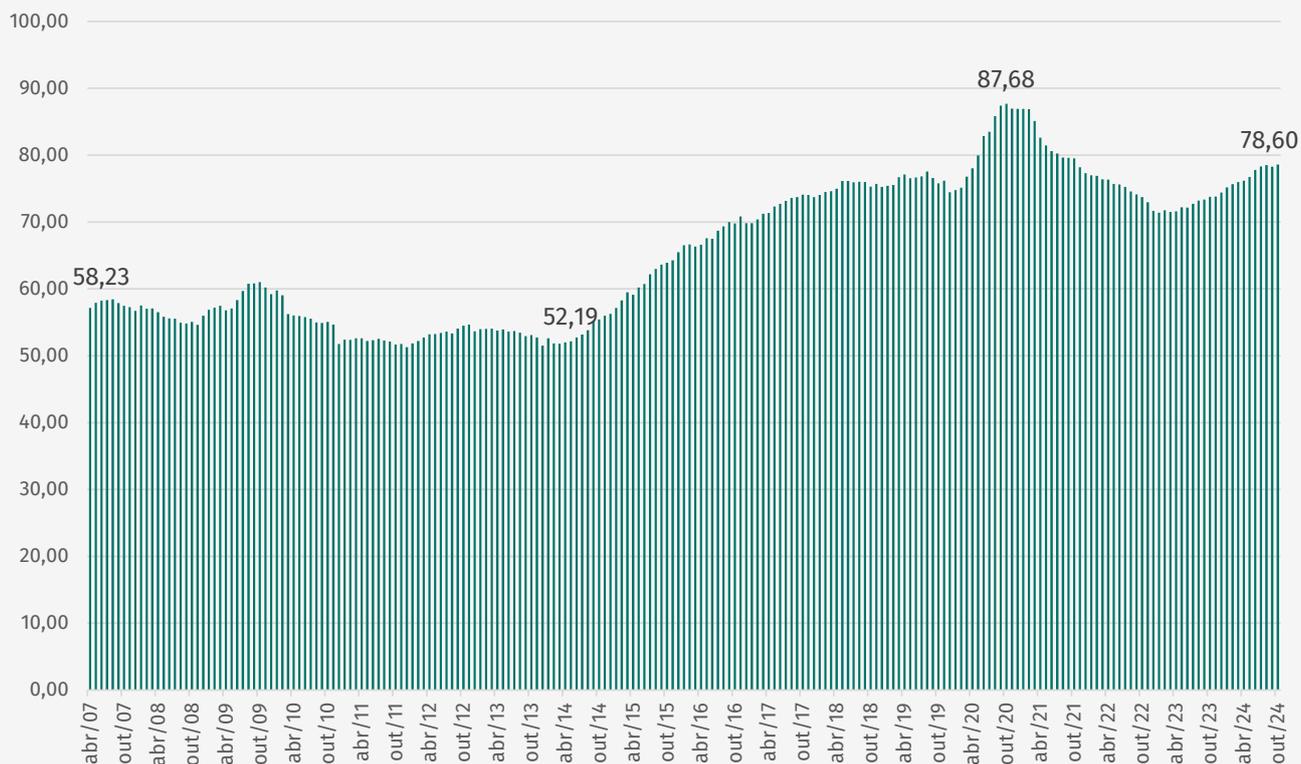
O lamentável nisso tudo é que as quatro zonas demarcadas no gráfico ilustram os últimos 20 anos, ou seja, os resultados dos impactos da boa e da má condução da política fiscal na economia não precisam ser consultados em livros de história econômica, uma vez que são fenômenos recentes que estão vivos na memória de todos nós. O momento requer bom senso.

Decidimos por não trazer o gráfico do resultado primário em razão das diversas e criativas mudanças na sua metodologia de cálculo, que parecem tentar minimizar os impactos das políticas fiscais nos seus resultados. No lugar traremos as relações de dívida e PIB, tanto na sua forma bruta quanto líquida, pois é possível manobrar para obter um resultado primário mais palatável, mas não há como esconder a dívida total.



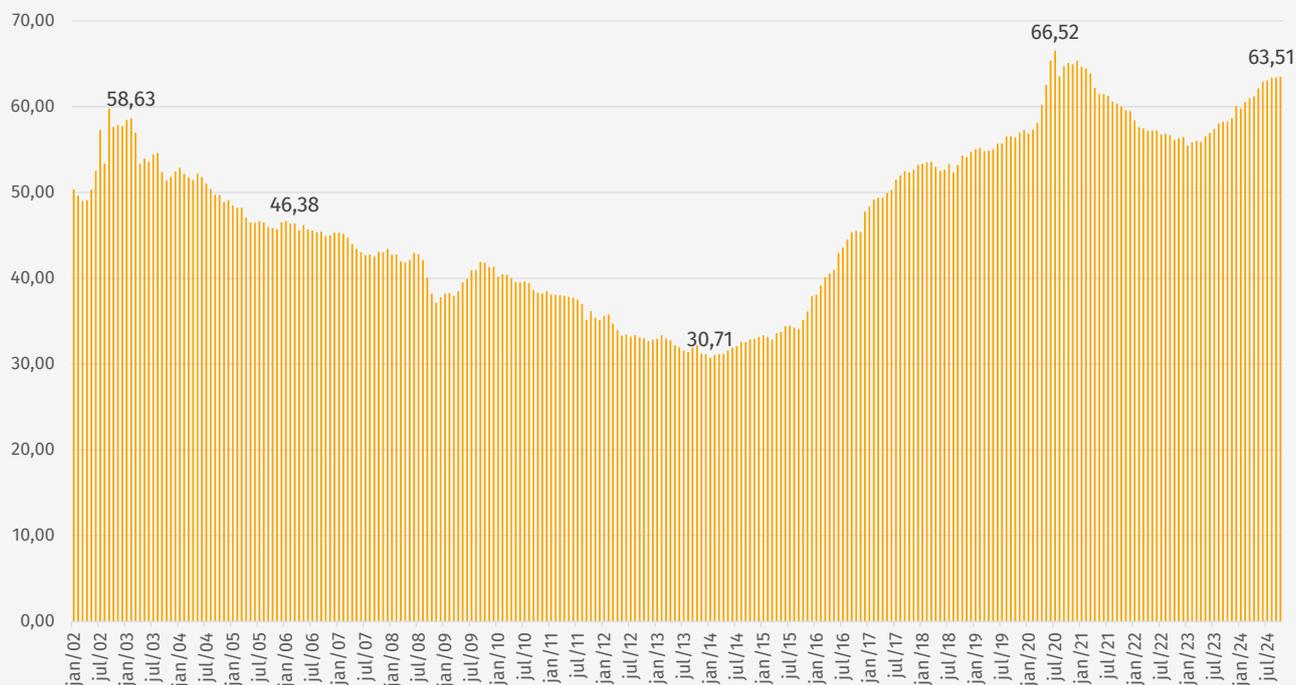
O que devemos esperar como consequência dessa má gestão fiscal: inflação elevada, expectativas desancoradas, prêmio de risco nas alturas, Taxa Selic elevada e, no melhor dos cenários, baixo crescimento por longo período.

GRÁFICO 29 - DÍVIDA BRUTA¹⁴/PIB (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

GRÁFICO 30 - DÍVIDA LÍQUIDA¹⁵/PIB (%)



Fonte: Banco Central do Brasil

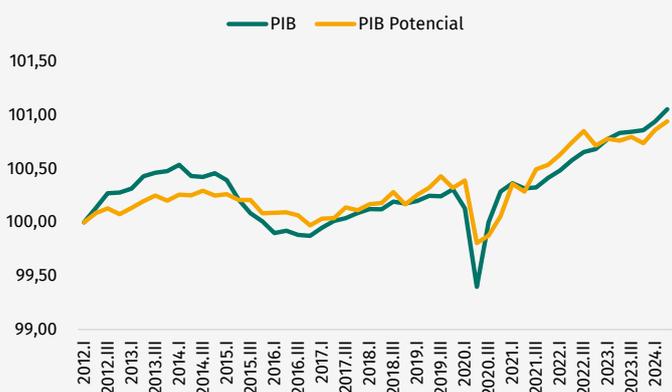
¹⁴ ¹⁵ Governo Geral

A dívida vem crescendo de forma acelerada e consistente desde 2023, quando houve alteração na diretriz de condução da política econômica. Estes impulsos geram crescimento econômico acima das expectativas médias de mercado, mas trata-se de um crescimento artificial e insustentável. Fazendo uma analogia com o corpo humano: comemorar crescimento a partir de impulsos fiscais que não são possíveis de serem mantidos é como comemorar a evolução física de um atleta que está fazendo uso de anabolizantes.

Também coincide com a elevação da despesa total e a necessidade de reavaliação das es-

timativas de crescimento o hiato do produto, que é a diferença aproximada entre o PIB potencial e o PIB real. Nos gráficos a seguir temos a diferença entre o PIB observado e o Potencial e, como podemos observar, nos anos que precederam a grande recessão de 2015 e 2016 também tínhamos um hiato positivo, crescimento bem acima da expectativa, mercado de trabalho bastante restrito (pleno emprego), tudo isso motivado pela expansão fiscal. O que vimos na sequência foi justamente a reversão do quadro positivo – por sua insustentabilidade - e um mergulho o qual levamos muitos anos para nos recuperar.

GRÁFICO 31 - PIB E PIB POTENCIAL (ÍNDICE BASE FIXA¹⁶)



Fonte: Farsul/Assessoria Econômica

GRÁFICO 32 - HIATO DO PRODUTO



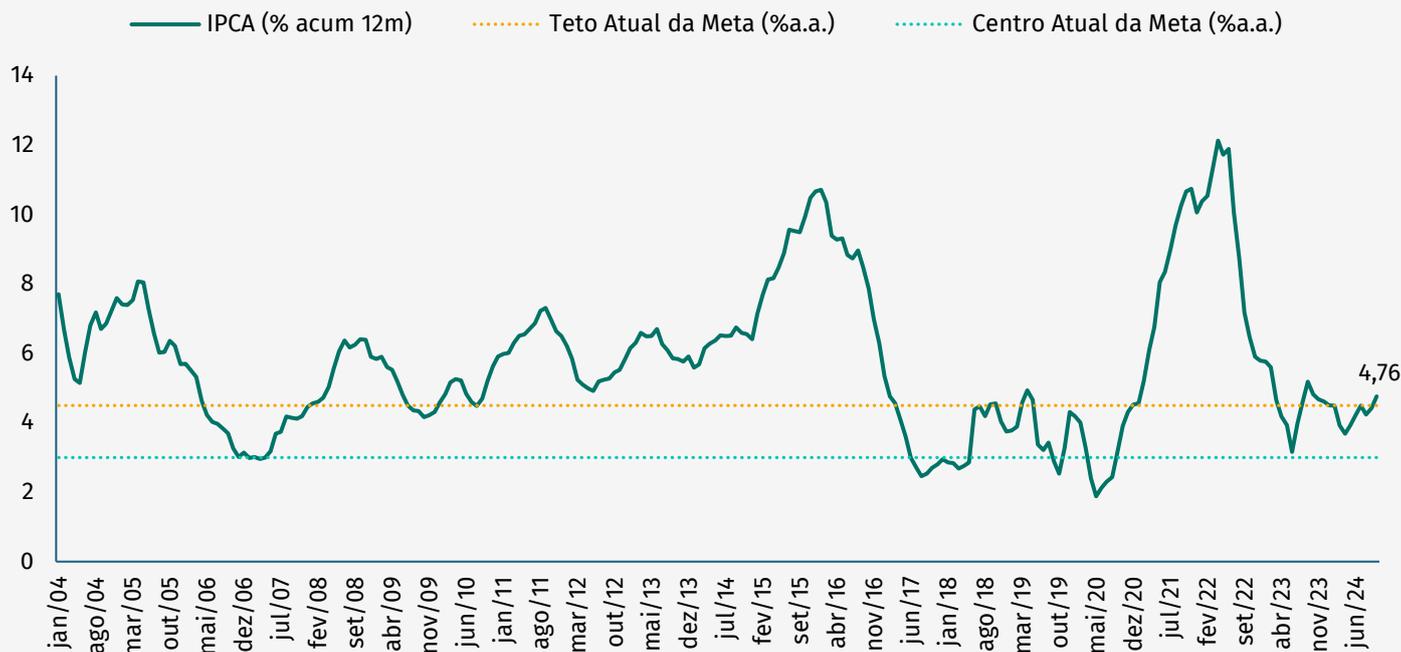
Fonte: Farsul/Assessoria Econômica

O outro ponto que desejamos observar com maior atenção são os saltos de IPCA em momentos seguintes ao hiato do produto positivo, ou seja: impulso fiscal precede hiato do produto positivo e elevação da inflação.

Observe os gráficos da despesa total e do hiato plotados anteriormente e note o comportamento altista da inflação neste momento no gráfico a seguir.

¹⁶ Índice de base fixa em 2012.I

GRÁFICO 33 - IPCA (% ACUMULADO EM 12 MESES)



Fonte: IBGE

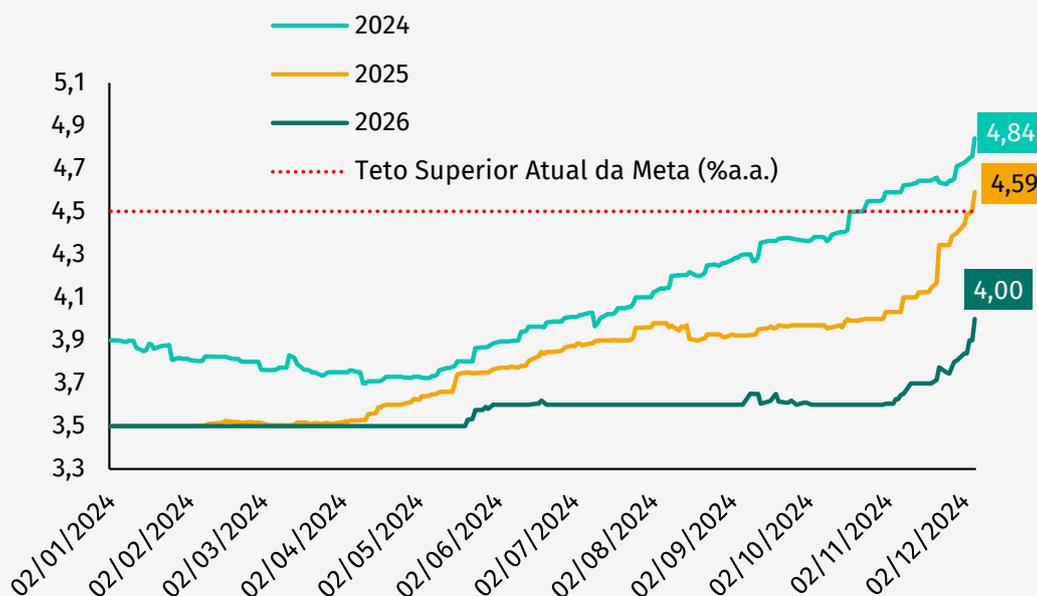
Queremos destacar duas questões importantes sobre o IPCA. Primeiro, **a dificuldade de cumprir a meta de inflação**. Embora a meta atual tenha larga banda superior de aceitação, o cumprimento ainda se mostra desafiador. Isso não quer dizer que sejamos tolerantes com inflação ou que estejamos alinhados aos defensores de metas mais frouxas. Muito pelo contrário, queremos que haja exequibilidade estrutural dessa meta para que possamos vê-la reduzida para patamares até mesmo inferiores, pois inflação e civilidade não andam juntas. Para tanto, é necessário que a sociedade bra-

sileira discuta, com seriedade, as razões pelas quais temos um nível de inflação estruturalmente elevado. Sem a pretensão de esgotar o tema, abordaremos esse assunto na seção sobre a Taxa Selic.

Segundo, **a desancoragem das expectativas no horizonte relevante**. Os impulsos fiscais também causam fortes impactos nas expectativas futuras para a inflação (ver gráfico a seguir). Quando a inflação está em alta e as expectativas se desancoram da meta, o Banco Central é obrigado a adotar uma postura mais rigorosa, como elevações na taxa de juros.

Queremos que haja exequibilidade estrutural dessa meta para que possamos vê-la reduzida para patamares até mesmo inferiores, pois inflação e civilidade não andam juntas.

GRÁFICO 34 - EVOLUÇÃO DA MEDIANA DAS EXPECTATIVAS PARA INFLAÇÃO NO FINAL DO ANO (% A.A.)



Fonte: Banco Central/ Sistema Expectativas de Mercado

Antes de aprofundarmos mais sobre a Taxa Selic, é necessário desmistificar alguns pontos sobre o seu impacto na dívida pública. Muitas pessoas acreditam que o aumento da Taxa Selic é o responsável pela elevação do comprometimento orçamentário com juros, o que é uma verdade parcial. Entre os títulos emitidos pelo Governo Federal, somente as Letras Financeiras do Tesouro (LFT) são lastreadas na Taxa Selic. Os demais títulos, como LTN, NTN-B e NTN-F tem seus prêmios atrelados a outros indicadores financeiros. Em 2023, cerca de 60% dos títulos de dívida emitidos pelo governo não eram atrelados à Selic, mas refletiam as condições de mercado para sua aceitação pelos investidores.

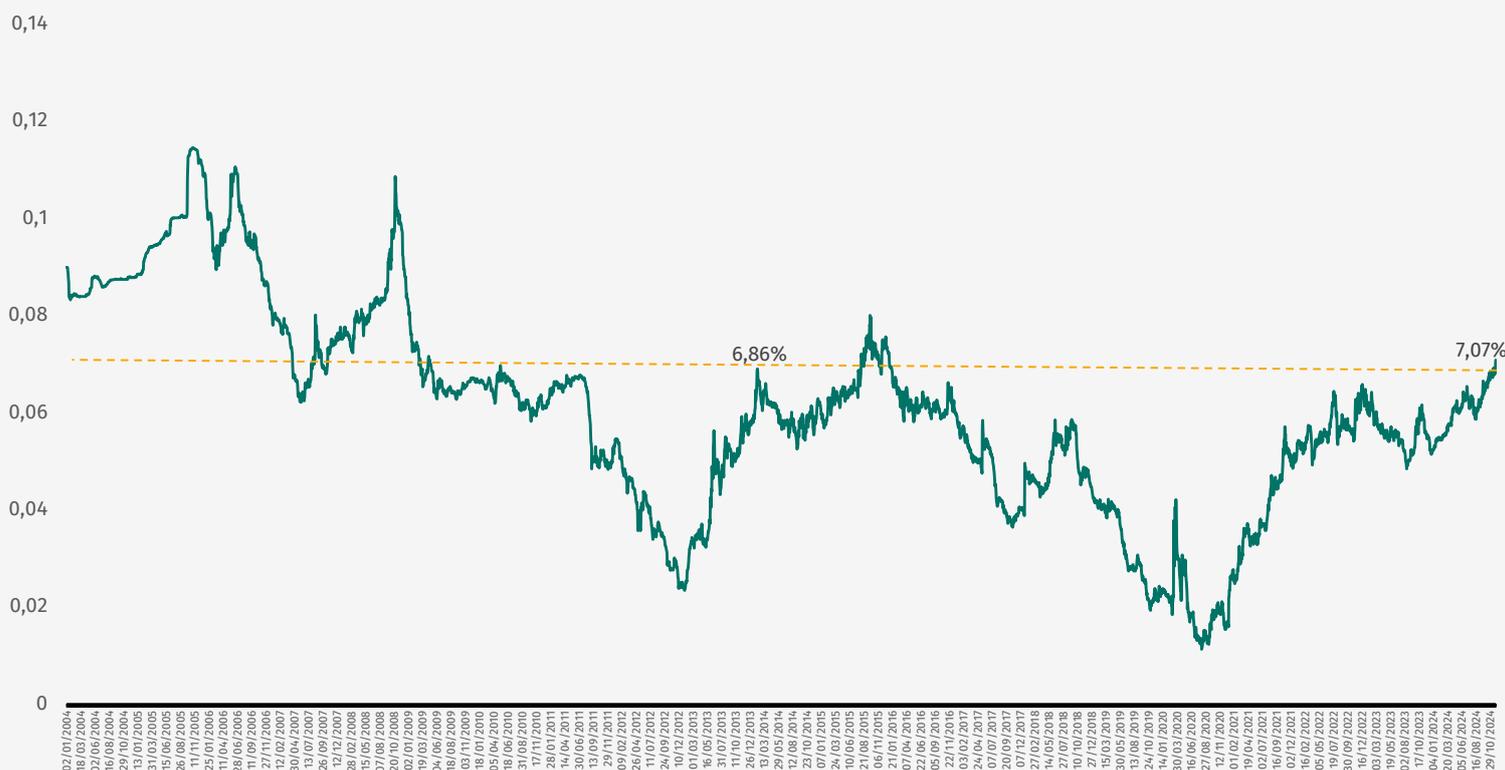
Logo, em momentos de piora do cenário fiscal e incerteza quanto à capacidade do governo de rolar suas dívidas, os prêmios para a colocação desses papéis no mercado se elevam, tornando maior o custo da rolagem. Ou seja, para que o governo não pague caro para rolagem da dívida é necessário que o montante sobre o qual os juros incidem seja o menor possível, bem como o grau de incerteza fiscal, e ambos os vértices podem ser gerenciados

com estabilidade macroeconômica e política fiscal austera.

Tomemos como exemplo a Nota do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B) com vencimento em cinco anos. A deterioração fiscal observada neste final de 2024, diante do “pacote” de ajustes do Governo Federal - que veio muito abaixo do necessário para cumprir as metas fiscais de 2025 e 2026 - fez com que o prêmio desse título saltasse para patamar superior aos 7%, ou seja, o portador desse título será remunerado nos próximos cinco anos ao valor do IPCA mais este prêmio. Já os títulos pré-fixados com vencimento em dois anos, os prêmios superam 15%, sugerindo - nesse momento em que escrevemos o relatório - uma Taxa Selic terminal nestes patamares. Sendo assim, os títulos são tão ou mais importantes que a Selic para a determinação das taxas de juros no Brasil.

Esse elevado nível de prêmios causa preocupação, especialmente quando olhamos em perspectiva. Em 2015, quando vivíamos a maior crise econômica da história do Brasil, as colocações desses títulos no mercado saíram a esses níveis, conforme ilustra o gráfico a seguir.

GRÁFICO 35 - EVOLUÇÃO DAS EMISSÕES DE NTN-B (5 ANOS) - IPCA+



Fonte: STN

Em resumo, o cenário econômico atual é marcado pela combinação de inflação elevada, desancoragem de expectativas e elevados prêmios dos títulos negociados no mercado, o que demanda uma postura contracionista por parte da autoridade monetária, ou seja, do Banco Central. Através do Comitê de Política Monetária (Copom) esse papel tem sido cumprido com a elevação da Taxa Selic, os juros básicos da economia. Se o governo não cumpre seu papel de oferecer uma Política Fiscal equilibrada, caberá ao Banco Central combater os efeitos colaterais da irresponsabilidade fiscal engendrada na Praça dos Três Poderes.

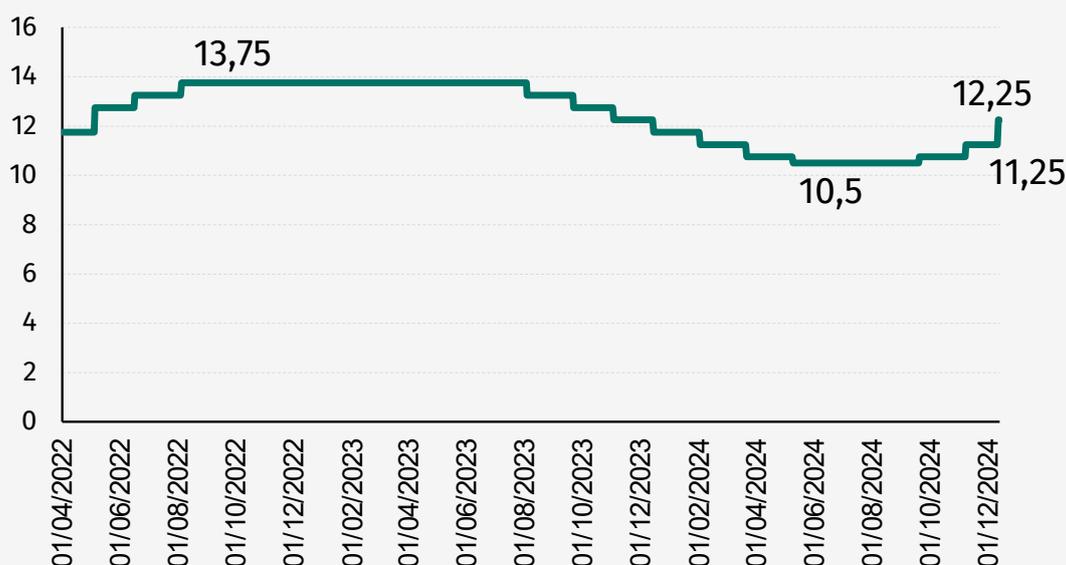
O movimento de alta da taxa Selic começou em maio de 2024, com objetivo de combater as pressões inflacionárias decorrentes da decisão do governo de flexibilizar as regras fiscais para 2025 e 2026, que sinalizaram um desequilíbrio fiscal maior nos anos seguintes e, conseqüentemente, uma pressão inflacionária adicional. Embora o aumento da taxa tenha sido um marco relevante,

é importante ressaltar que a transição entre governos, marcada por uma série de promessas de ajuste fiscal não cumpridas, contribuiu para que os desempenhos observados em 2023 e 2024 destoassem significativamente das expectativas anunciadas pelo governo¹⁷.

Diante desse cenário, somado a uma dose de incerteza muito grande quanto a postura do governo, congresso e judiciário em relação aos ajustes fiscais necessários para equilibrar as finanças públicas, a nossa expectativa é de mais um incremento na última reunião do Copom no ano de 2024, subindo 0,75% e atingindo 12%. Apesar de colecionarmos uma série de promessas não cumpridas desde a transição em 2022, acreditamos que os poderes terão uma postura diferente em 2025 e apliquem um ajuste do tamanho necessário. **Neste cenário trabalhamos com uma Taxa Selic entre 15% e 15,25% em 2025. No caso de manutenção das convicções fiscais vigentes, a taxa deverá ser elevada para patamares ainda superiores.**

¹⁷ As jornalistas Adriana Fernandes e Idiana Tomazelli fizeram uma matéria jornalística muito interessante onde foram reunidas todas as promessas em ordem cronológica. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/10/equipe-economica-repete-promessa-de-revisao-de-gastos-mas-duvida-ronda-haddad.shtml>

GRÁFICO 36 - META PARA A TAXA SELIC (% A.A.)



Fonte: Banco Central do Brasil

Ainda que seja uma discussão absolutamente estéril e sem sentido, quase comparada ao debate sobre a forma geométrica do Planeta Terra, há ainda uma parte da sociedade formada principalmente por políticos, jornalistas e, pasmem, economistas, que discutem se os juros devem ser empregados como instrumento de combate à inflação. Então, é bom lembrarmos que em virtude da expansão fiscal observada na pandemia de Covid-19, centenas de países do globo (sim, a Terra é redonda) sofreram com fortes inflações decorrentes dos impulsos fiscais e, para zero surpresa, essas inflações foram acomodadas com elevação de taxas de juros, seja em países subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou desenvolvidos.

Dada esta realidade observada e a polarização, que conduz a sociedade a confundir o que são pautas de direita e esquerda e o que é correto de ser decidido do ponto de vista das boas técnicas e práticas desenvolvidas pela Ciência Econômica, convém esclarecer que o colegiado que compõe o Comitê está quase que integralmente dividido entre membros indicados por este e pelo governo anterior. Apesar das eventuais diferentes visões de mundo, até esse momento as decisões têm sido unânimes, tanto para condução da política monetária quanto

aos constantes avisos ao governo federal em relação à necessidade de ajuste fiscal.

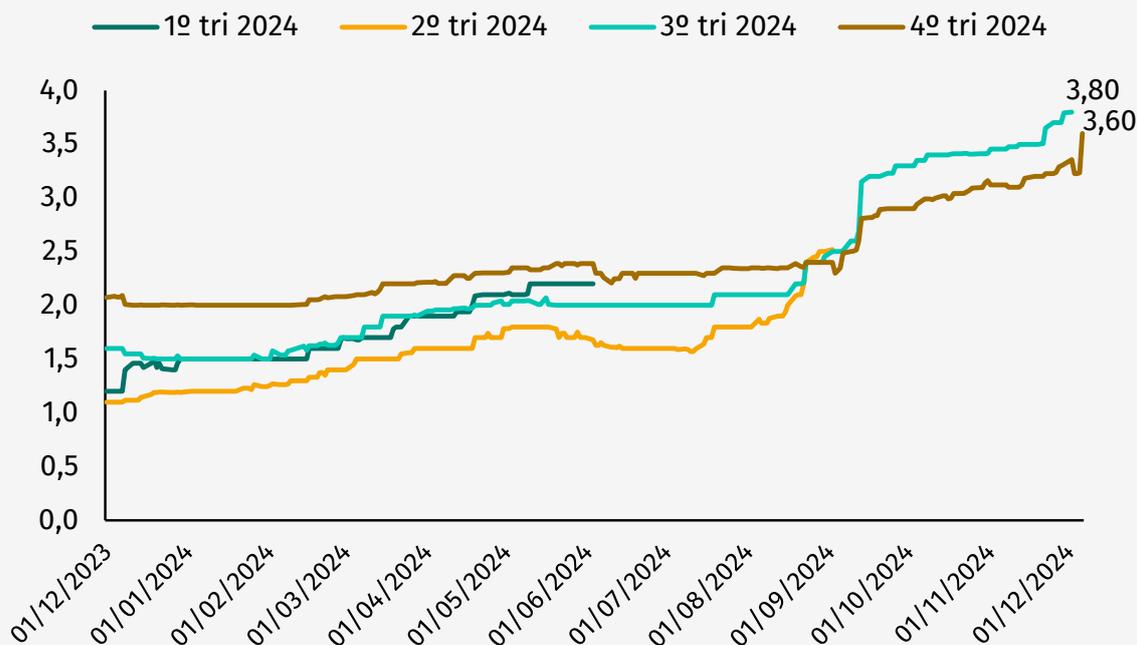
Uma questão recorrente é o porquê dos níveis de juros no Brasil serem tão elevados em comparação a outras economias para combater os mesmos níveis inflacionários. Embora essa seja uma discussão relevante, que deveria ocupar uma posição prioritária na sociedade devido à sua importância e impacto, este relatório não se propõe a aprofundar essa análise. Sendo assim, elencamos algumas razões: inflação inercial decorrente da indexação de contratos privados entre empresas e funcionários; concentração bancária, pois cinco instituições financeiras controlam quase 80% do crédito; crédito direcionado, uma prática que somente tem paralelo em proporções com a Índia, que gera ineficácia da política monetária; insegurança jurídica, onde magistrados tomam decisões que dificultam a cobrança de devedores e/ou a execução de garantias, elevando o prêmio de risco e, consequentemente, os juros; dívida pública alta para uma baixa taxa de poupança, onde o governo concorre com a sociedade pelo mesmo e escasso recurso; risco fiscal constantemente no radar pelo histórico de imprudência dos governantes; dentre outros.

Até aqui, apresentamos os impactos dos impulsos fiscais na inflação, prêmios das notas do Governo e taxa básica de juros. A partir de agora, abordaremos seus impactos no Produto Interno Bruto (PIB).

Para começar, queremos apresentar não a nossa opinião, mas a evolução da mediana das

projeções para o PIB trimestral colhidas pelo Boletim Focus do Banco Central para 2024. Como pode ser observado no gráfico a seguir, houve uma mudança muito significativa nas expectativas a partir de setembro, com elevação sistemática das projeções de crescimento para os dois últimos trimestres do ano.

GRÁFICO 37 - EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES DO BOLETIM FOCUS DO BANCO CENTRAL PARA OS PIB TRIMESTRAIS DE 2024 (%)



Fonte: BCB/Boletim Focus

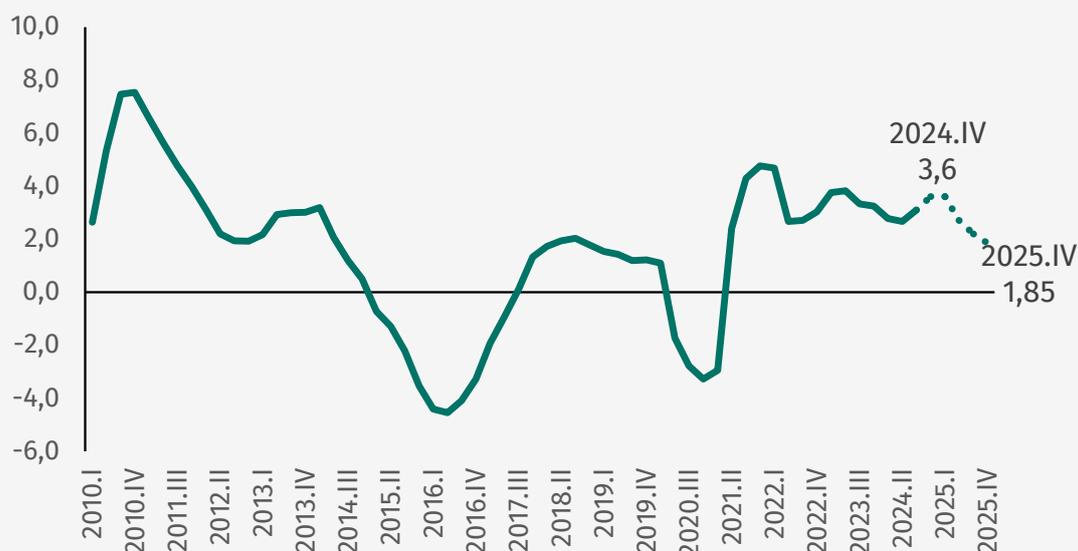
Essa revisão foi motivada, primeiramente, pela distância entre as projeções iniciais e o resultado apurados pelo IBGE, que rapidamente foram atribuídas ao impulso fiscal, o qual demonstramos no primeiro gráfico desta seção do nosso relatório.

Para o final de 2024, nossa expectativa é de que o PIB brasileiro apre-

sente um crescimento de 3,60%. Contudo, prevemos uma desaceleração para 1,85% no ano de 2025, que seria compatível com a nossa expectativa de mudança na condução da política fiscal no sentido de retração dos impulsos fiscais e dos efeitos das elevadas taxas de juros, que devem predominar no horizonte de crescimento do próximo ano.

Para o final de 2024, nossa expectativa é de que o PIB brasileiro apresente um crescimento de 3,45%. Contudo, prevemos uma desaceleração para 1,5% no ano de 2025

GRÁFICO 38 - PIB BRASIL ACUMULADO EM 4 TRIMESTRES, COM PROJEÇÃO DA FARSUL PARA 2024 E 2025



Fonte: IBGE até 2024.III e Farsul projeções para 2024.IV até 2025.IV

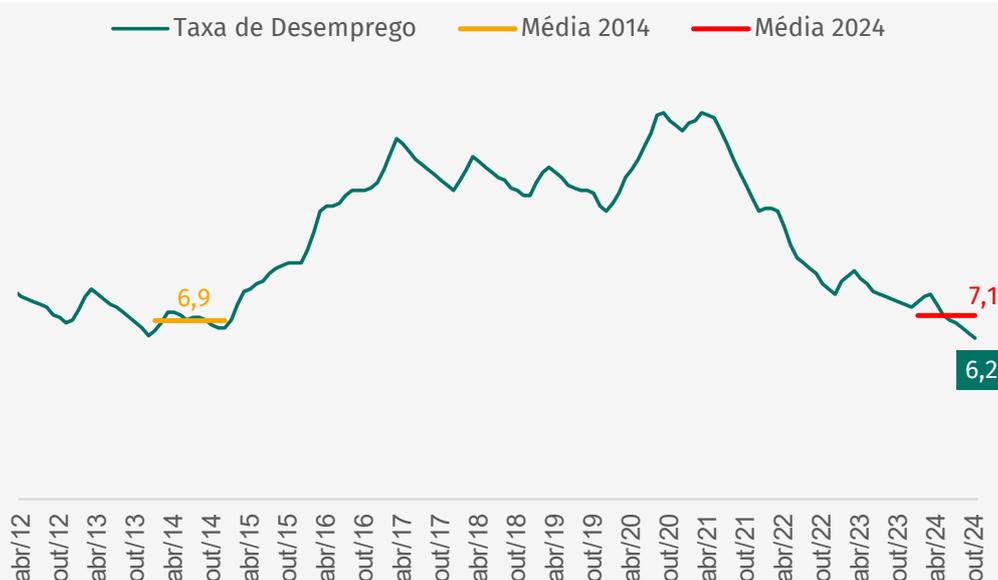
Por fim, outro ponto muito relevante para 2025 é o nível de emprego. Temos observado um crescimento real dos salários sem o compatível aumento da produtividade, o que tem gerado pressões inflacionárias. É importante ressaltar que este ponto também tem sido exaustivamente apontado pelo Copom em suas atas que justificam as decisões de juros.

Atualmente, taxa de desemprego está em 6,4%, a menor taxa desde janeiro de 2013, conforme apresentado no gráfico a seguir. Sem dúvidas é

uma empregabilidade desejada e cuja tendência central de redução se observa desde maio de 2021. Entretanto, em abril de 2023 passa a cair com mais contundência, em resposta contracíclica ao aumento do primeiro quadrimestre daquele ano, possivelmente influenciada pelo hiato do produto positivo resultante dos estímulos fiscais.

Esse indicador está no grupo daqueles que imaginamos com potencial maior de alterações em 2025, em resposta a desaceleração, redução dos estímulos e juros mais elevados.

GRÁFICO 39 - EVOLUÇÃO DA TAXA DE DESEMPREGO NO BRASIL (%) E COMPARAÇÃO COM A MÉDIA DOS ANOS DE 2014 E 2024¹⁸



¹⁸ média até outubro

Fonte: IBGE

2.2 Economia Gaúcha

No último trimestre de 2023, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul trouxe a pauta do aumento da alíquota modal do ICMS, com a justificativa de que o estado seria prejudicado no repasse das verbas federais, já que um item da reforma tributária federal considerava como critério de repasse das verbas federais a participação média dos estados na arrecadação dos anos de 2024 a 2028.

Imediatamente, alguns estados começaram a elevar suas alíquotas modais, com o objetivo de aumentar sua fatia de repasses e, nesse contexto, o Governo do RS trouxe a discussão do aumento da alíquota no estado com a justificativa de que o estado perderia espaço na distribuição das verbas. Na ocasião, a Farsul publicou uma nota¹⁹ onde reiteramos que se todos os estados aumentassem suas alíquotas modais de ICMS nenhum seria beneficiado e o resultado seria oneroso para a população, que pagaria uma carga tributária maior. Na nota, reforçamos a posição contrária da Farsul ao aumento do tributo e propomos uma alteração no item para considerar como critério de rateio a média dos últimos 8 anos. Esse pleito foi atendido e o período de referência passou a ser entre 2012 e 2021.

Mesmo com a mudança na regra, em dezembro de 2023 o governador voltou a discutir a necessidade de alternativas para aumento de arrecadação, apresentando o argumento de que a situação fiscal do governo era crítica. Na ocasião, destacou como principais motivos a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal (RRF) e a perda de arrecadação (de R\$ 3 bilhões) com a redução da alíquota de ICMS sobre combustíveis de 25% para 17%, implementada a nível federal em 2022. Dessa vez, o Governo trouxe dois caminhos: 1) aumento da alíquota modal; 2) retirada de incentivos fiscais de 64 setores da economia, ampliar o Fator de Ajuste de Fruição (FAF) e incidência de alíquota de 12% de ICMS na cesta básica.

A opção 1, de aumento da alíquota modal, sequer foi a votação diante da sua baixa adesão por parte dos parlamentares. Então, no apagar das luzes do ano de 2023, o Governo publicou oito decretos²⁰, onde 5 retiravam incentivos de ICMS, dois alteravam as regras do FAF e outro alterava a cesta básica. Os decretos entrariam em vigor a partir de janeiro e abril de 2024. Depois de muito trabalho e diálogo com o Governo do Estado e Secretaria da Fazenda, em 29 de dezembro de 2023 foi publicado o Decreto nº 57.411 que prorrogava a entrada de vigência para 1º de março de 2024.

¹⁹ NOTA SOBRE A PROPOSTA DE AUMENTO DA ALÍQUOTA MODAL DO ICMS. Disponível em: https://www.farsul.org.br/files/ef35f45d62d323d4866d4db0acea1f8a/midia_document/20231117/Nota-FARSUL.pdf

²⁰ Decreto nº 57.363/2023, Decreto nº 57.364/2023, Decreto nº 57.365/2023, Decreto nº 54.457/2024, Decreto nº 57.366/2023, Decreto nº 57.411/2023, Decreto nº 57.367/2023 e Decreto nº 57.413/2023.

Cabe ressaltar que a Farsul é favorável a eliminação de todos os “benefícios fiscais”, contanto que todos os demais estados façam o mesmo, que a alíquota modal seja reequilibrada de modo que não haja aumento de carga e que os produtores tenham direito ao crédito dos impostos que pagam na produção. Como essas condições não estavam em discussão, buscamos novamente diálogo com o Governo e Secretaria da Fazenda para conscientizá-los de que a arrecadação do estado em 2023 foi prejudicada pela seca severa que castigou o produtor gaúcho - e

que resultou num menor recolhimento de impostos - e que a retomada da produção agrícola iria trazer, naturalmente, um ganho de arrecadação em 2024. Infelizmente, fomos contestados pela equipe da Secretaria da Fazenda, que disse que em sua NT 03/2024 que “é mito afirmar que PIB e arrecadação de ICMS encontram-se direta e proporcionalmente relacionados”. Acontece que o setor agrícola vai muito além da fazenda, e o agronegócio representa cerca de 25% da arrecadação de ICMS do Estado, equivalente a R\$ 10,3 bilhões.

GRÁFICO 40 - ÍNDICES DE ARRECADAÇÃO ICMS (BASE 100 = MÉDIA 2007)

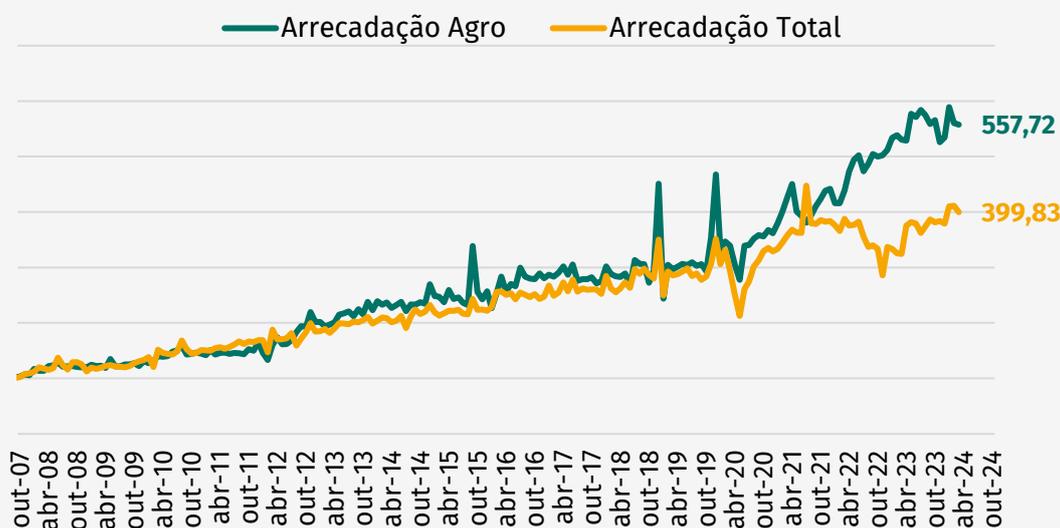
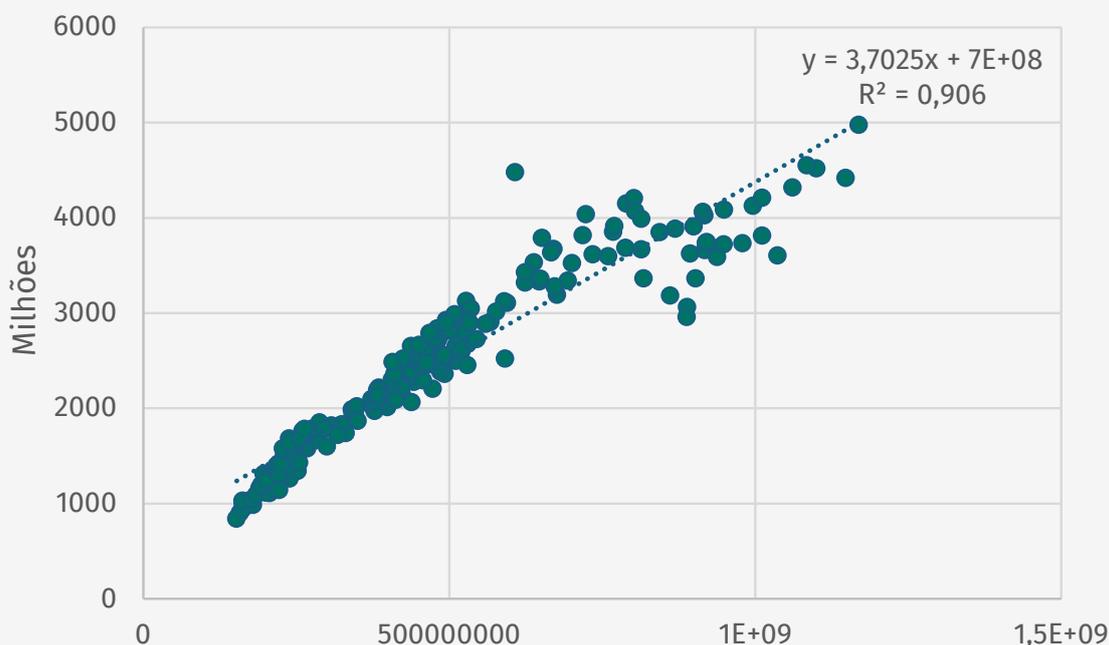


GRÁFICO 41 - DISPERSÃO ENTRE ARRECADAÇÃO AGRO E TOTAL

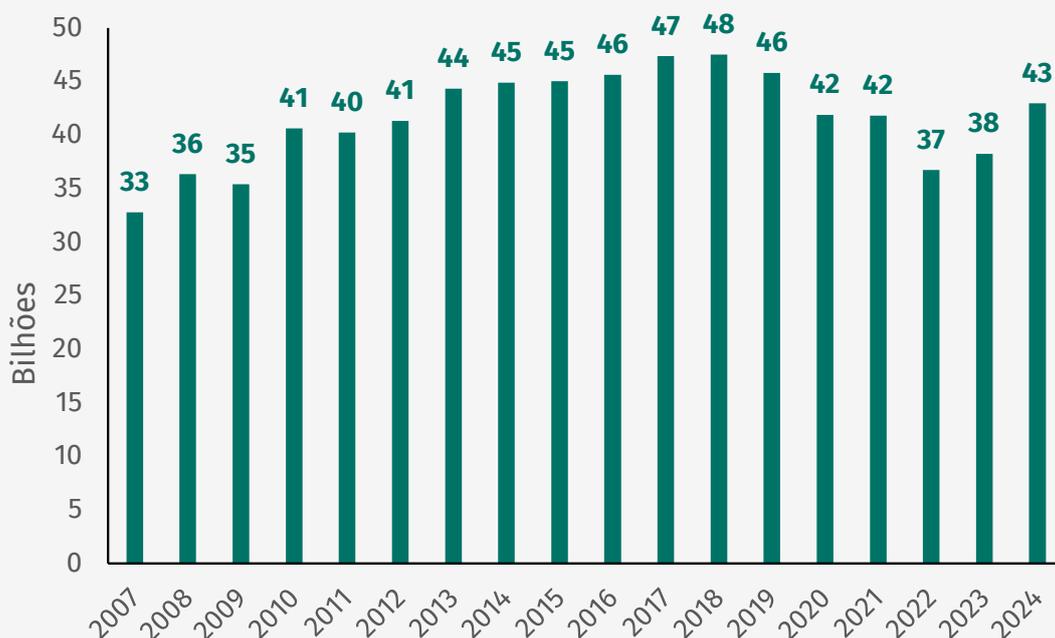


Posteriormente, em março de 2024, foi publicado o Decreto nº 57.532, que adia para 1º de maio a entrada em vigor de alguns dos decretos²¹ que previam alterações no ICMS.

O governo do estado teve recuperação da arrecadação em 2024 em função da adoção da alíquota ad rem sobre gasolina, diesel e

GLP, além de ter recuperado boa parte da produção agrícola depois de dois anos de estiagens. O resultado desse cenário foi que entre janeiro e outubro de 2024 o Governo Estadual arrecadou R\$42,9 bilhões de ICMS, um aumento de 12% em relação ao mesmo período de 2023 e 17% em relação a 2022 (em termos reais).

GRÁFICO 42 - ARRECAÇÃO DE ICMS DO GOVERNO DO ESTADO DO RS, PERÍODO ENTRE JANEIRO E OUTUBRO (R\$ BILHÕES CONSTANTES)



Fonte: Sefaz

Com as enchentes, o governo tomou a decisão de adiar os prazos dos decretos. Alguns desses foram desidratados, com exceção do Decreto nº 57.367/2023 e o Decreto nº 57.413/2023, que foram mantidos, e do Decreto nº 57.365/2023, que foi adiado, mas deve entrar em vigor em janeiro de 2025.

Logo na primeira semana após as enchentes, o Governo Federal realizou a primeira reunião sobre o tema. A reunião foi entre Ministério da Agricultura, representado pelo Ministro Carlos Fávaro, a Farsul e representantes de 111 Sindicatos Rurais. Na ocasião, a

Farsul já tinha um pleito definido: uma “securitização” através de linha de crédito que fosse acessada pelos produtores com objetivo de quitar as dívidas dentro e fora do sistema bancário, com prazo de 15 anos, carência de 2 anos e taxa de juros de 3% a.a. Na mesma semana foi publicada a Resolução CMN nº 5.132 de 10/05/2024, que atendia uma de nossas demandas: a prorrogação do vencimento das parcelas das operações de crédito rural para 15 de agosto. Naquele momento o intuito era dar tranquilidade aos produtores enquanto tentávamos buscar alternativas mais resolutivas. Posterior-

²¹ Decretos: 57.365 (FAF), 57.366 (diferimentos e cesta básica), 57.367 (alteração em benefícios), 57.411 (alteração benefícios em frutas, flores, ovos, verduras e hortaliças) e 57.413 (altera regras do recolhimento de ICMS dos inseticidas, fungicidas e outros defensivos agrícolas).

mente, em 14/05, a Circular SUP/ADIG 25/2024 aumentou o prazo dessa negociação: passou a abranger as parcelas vencidas e vincendas até 31/10 para um ano após a última, mantendo os encargos contratuais originais.

Nessa mesma semana, foram publicadas duas Medidas Provisórias que previam recursos para auxiliar na retomada da economia gaúcha. A MP 1.216 destinou R\$ 2 bilhões para descontos nas prorrogações e renegociações das dívidas com recursos controlados de todos os setores da economia. A MP 1.218 destinou um crédito extraordinário de R\$12 bilhões para rubricas específicas como recuperação de infraestrutura, defesa civil, saúde, segurança e, até mesmo, leilões de arroz; no setor da agropecuária, poderiam acessar esse recurso somente os produtores enquadrados no Pronaf e Pronamp. Como essas MPs não tinham recursos suficientes para atender os grupos de produtores a que se destinavam e tampouco enquadrava os que se financiaram de crédito a juro livre, a Farsul propôs uma melhor alocação desse montante: retirar recursos para leilões de arroz e alocar em outras rubricas que gerassem condições de parcelamento de crédito. Essa demanda foi parcialmente atendida.

A Farsul também buscou outras alternativas, como a ampliação da Resolução CMN 5.123 para abranger todos os produtores e operações de custeio. E também teve outras demandas atendidas, como a Resolução CMN 5.135, que simplificava a comunicação de perdas no âmbito do PROAGRO.

Paralelamente, o Governo Federal, anunciou a destinação de R\$ 7 bilhões para a compra de até

1 milhão de toneladas de arroz importado por meio de leilões. Essa medida – apesar de o Governo ter demonstrado interesse em intervir nos preços de mercado desde o ano passado – veio sob o pretexto de evitar o desabastecimento de arroz do país, já que o Rio Grande do Sul é responsável por mais de 70% da produção nacional. Essa narrativa equivocada foi desmentida inclusive pela própria Conab, que apontou um aumento da produção de arroz nacional em relação ao ano anterior, apesar da catástrofe climática que atingiu o maior estado produtor.

A Farsul publicou uma nota técnica²² informando os impactos nocivos que as importações teriam nos preços e, conseqüentemente, na arrecadação de ICMS do Estado, especialmente em um momento tão crítico para a sociedade gaúcha. Apesar disso, o governo persistiu na narrativa da escassez de oferta, o que gerou medo de desabastecimento por parte dos consumidores, que reagiram realizando estoques de arroz, o que resultou no aumento dos preços. Além de gerar caos no mercado, o governo sinalizou que importaria arroz de países asiáticos. Acontece que esses países utilizam em sua produção de arroz 39²³ defensivos que não são permitidos ou proibidos no Brasil.

Apesar de todos esses argumentos contrários, o governo pôs em prática o seu plano e realizou um leilão de importação de 263 mil toneladas de arroz, somando um gasto para esta compra de R\$ 1,3 bilhão. Entretanto, passados cinco dias o leilão foi anulado em meio a indícios de incapacidade técnica e financeira de algumas empresas vencedoras do processo, além de suspeitas de irregularidades.

²² NOTA TÉCNICA: POTENCIAIS IMPACTOS DAS IMPORTAÇÕES GOVERNAMENTAIS DE ARROZ DE TERCEIROS PAÍSES NA ARRECADAÇÃO DE ICMS NO RS. Disponível em: <https://www.farsul.org.br/farsul/farsul-divulga-nota-tecnica-sobre-impacto-das-importacoes-de-arroz-no-icms-gaucha,441987.jhtml>

²³ 1) Inseticidas: Etiprole, Fenobucarb, Fenobucarbe, Flupirimin, Fluratiocarb, Izofofos, Mefosfolan, Nitempiran, Protiofos, Tetranilprole, Triazofos, Triflomezopirim; 2) Fungicidas: Amisulbron, Azociclotina, Bismertiazol, Brometo metila, Carbopramid, Edifenfos, Flonicamid, Fluoreto de enxofre, Fluzilasole, Isoprotiolane, Kitazin, Kresokim metil, Kresoxim metil, Oxitetraciclina, Trifluzamida; 3) Herbicidas: Anilofos, Azimsulfuron, Bensulfuron metil, Cialofop butil, Clorimuron etil, Flufenacet, Metsulfuron, Oxaziclomefone, Pertilacloro, Pretilaclor, Propirissulfuron; e 4) Outros: Azociclotina, Validomicina, Blastidina. Fonte: "Parecer sobre importação de arroz de países asiáticos pelo Brasil como abordagem de Segurança Toxicológica e do Consumidor" de Claud Goellner.

Só dois meses após as enchentes é que vieram as primeiras medidas. Em 31 de julho foi publicada a Medida Provisória 1.247, que restringiu seus efeitos exclusivamente aos eventos extremos ocorridos em abril e maio deste ano. No entanto, a raiz dos problemas enfrentados pelos produtores remonta às seguidas estiagens dos últimos anos. Além disso, a MP incluiu apenas as parcelas de renegociação referentes às estiagens vencidas ou vincendas em 2024, sem abarcar os montantes totais das dívidas.

A MP estabeleceu diversos regramentos que tornaram o processo mais complexo e excessivamente burocrático. Todos os custeios e investimentos realizados com recursos livres ficaram excluídos, o que representou uma segunda tragédia para os produtores. Em 2023/2024, por exemplo, foram contratados R\$ 21 bilhões em recursos livres no Rio Grande do Sul. Dessa forma, o produtor foi penalizado duplamente: primeiro, por pagar juros mais altos; segundo, por não conseguir renegociar a dívida quando mais necessita.

Se os recursos livres são utilizados pelo governo para anunciar Planos Safra robustos, é inaceitável que, quando os produtores precisam de subvenção, esses recursos sejam deixados de fora. Outro ponto problemático da MP é que operações “enquadradas” no Proagro e no Seguro Rural não poderiam acessar os benefícios. Contudo, nem todas as operações enquadradas nesses programas geram indenização de seguro, o que exclui uma parcela significativa da agricultura familiar.

Adicionalmente, os artigos 2º e 4º da MP limitam a extensão dos benefícios por mutuário, e não por operação. Isso é um grande problema, pois é comum que um produtor possua várias operações. Nesse caso, o limite global imposto pode ser insuficiente para atender às suas

necessidades. Por fim, a MP determina que os benefícios serão concedidos até um limite orçamentário. Caso esse valor seja atingido, os produtores que ainda não tiverem sido atendidos ficarão excluídos, um mecanismo semelhante ao do Seguro Rural.

Com o intuito de contribuir para o aperfeiçoamento da MP 1.247 a Farsul elaborou uma série de Emendas que os parlamentares gaúchos já apresentaram no Congresso. Essas emendas tratam dos seguintes pontos: incluir os montantes das dívidas renegociadas das estiagens e não somente as parcelas vencidas e vincendas de 2024; incluir os Recursos Livres; substituir “enquadrada” por “indenizada” para incluir as operações que não foram indenizadas e estão dentro do Proagro e Seguro Rural; substituir “mutuário” por “operação” no trecho que limita a extensão dos benefícios; e suprimir o trecho que impõe um limite orçamentário.

Resolução CMN 5.164 de 22/08/2024, trouxe avanços, permitindo prorrogações de parcelas de custeio e industrialização com vencimentos entre 01/05 e 31/12/2024, por até quatro anos, e eliminando exigências como aprovação pelo CMDRS. Porém, essa resolução não resolvia os problemas da maioria produtores rurais do Estado, que se financiaram com recursos livres. Somente no final de setembro, surgiu a primeira medida que atenderia os financiamentos de recursos livres. A Circular SUP/ADIG nº 90/2024-BNDES alterou o Programa BNDES Emergencial Automático, concedendo prazo de oito anos e juros de até 10,32% ao ano. Essa linha de crédito entrou em vigência somente no dia 11/10, ou seja, seis meses depois das enchentes, quase dois meses depois da promessa dessa linha por parte do Ministro Carlos Fávaro na Expointer e com prazo apertado para adesão, pois a data de prorrogação de vencimento das parcelas era 15/10. Assim sendo, o produtor teria

um prazo de apenas 2 dias úteis para fazer todo o processo burocrático e acessar o crédito para evitar tornar-se inadimplente. Esse montante de recursos destinados ao crédito livre foi bem inferior a real necessidade do setor, o que fez com que o recurso se esgotasse rapidamente.

A maior parte das renegociações foram feitas no bojo das MPs que abrangiam os recursos

controlados. Uma parcela relevante renegociou diretamente com os bancos. Como os recursos do BNDES não foram suficientes, foram feitos apenas cerca de 1,4 mil contratos nessa linha, sendo que, pelo tamanho do ticket médio, acredita-se que uma parte dos acessos tenha ocorrido por parte de cooperativas. A Farsul segue pleiteando o aumento de crédito nesta linha.

TABELA 10 - DADOS DAS RENEGOCIAÇÕES REALIZADAS ATÉ DIA 21/11/2024

TIPO DE RENEGOCIAÇÃO	NÚMERO DE CONTRATOS	VALORES (R\$ MILHÕES)	TICKE MÉDIO (R\$)
MPs	127.000	14.675	115.551,18
BNDES	1.396	3.830	2.743.553,01
LIVRE DO BANCO	38.000	6.000	157.894,74
TOTAL	166.396	24.505	147.269

Fonte: Instituições Financeiras

Nota: Ticket médio total refere-se a média ponderada pelo número de produtores



FARSUL

RELATÓRIO ECONÔMICO 2024 E PERSPECTIVAS 2025

ASSESSORIA ECONÔMICA FARSUL

Antônio da Luz

Economista-chefe

Danielle Montiel Guimarães

Renan Hein dos Santos

Ruy Silveira Neto

✉ assessoriaeconomica@farsul.org.br

☎ (51) 3215.7512